COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

# ECONOMIA INDUSTRIAL MOVELEIRA

## *Um estudo de caso em Boa Vista (RR)*

LUCIANA SILVA DE SOUZA

EDITORA UFRR

# ECONOMIA INDUSTRIAL MOVELEIRA

## *Um estudo de caso em Boa Vista (RR)*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

Reitor:
Jefferson Fernandes do Nascimento

Vice-Reitor:
Américo Alves de Lyra Júnior

Pró-Reitora de Ensino e Graduação:
Lucianne Braga Oliveira Vilarinho

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR:
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev
Edlauva Oliveira dos Santos
Cássio Sanguini Sérgio
Guido Nunes Lopes
Gustavo Vargas Cohen
Lourival Novais Neto
Luís Felipe Paes de Almeida
Marisa Barbosa Araújo Luna
Rileuda de Sena Rebouças
Silvana Túlio Fortes
Teresa Cristina Evangelista dos Anjos
Wagner da Silva Dias

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av . Cap . Ene Garcez, 2413, Aeroporto - CEP .: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone:+55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR




Volume 30

# ECONOMIA INDUSTRIAL MOVELEIRA

## *Um estudo de caso em Boa Vista (RR)*

**LUCIANA SILVA DE SOUZA**




BOA VISTA/RR
2018

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.




EXPEDIENTE

Revisão:
Elói Martins Senhoras

Capa:
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação:
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Organizadores da Coleção
Elói Martins Senhoras
Maurício Zouein

Conselho Editorial
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Maurício Elias Zouein
Sandra Gomes
Sônia Costa Padilha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

S 726e SOUZA, Luciana Silva de.

Economia industrial moveleira: um estudo de caso em Boa Vista (RR). Boa Vista: Editora da UFRR, 2018, 205 p.

Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 30. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

ISBN: 978-85-8288-171-2

1- Economia. 2 - Cadeia produtiva. 3 - Indústria. 4 - Indústria moveleira. 5 - Boa Vista, RR. I - Título. II - Souza, Luciana Silva de. III - Série

CDU – 674.093 (811.4)

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

## EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas da comunicação social e das políticas públicas.

O selo "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *praxis*, seja na comunicação social, seja nas políticas públicas, e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento sobre as relações internacionais *lato sensu* por meio do livre acesso e divulgação das obras.

*Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein*
(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

# PREFÁCIO

Na Antiguidade, o homem vivia em cavernas, ou em choupanas rudimentares feitas no meio das árvores. Era preciso abrigar-se das chuvas e do frio, bem como de animais selvagens; ele guardava no interior dessa morada primitiva o estritamente necessário, pois se mudava periodicamente, em função da disponibilidade local de alimentos, ou por mudanças climáticas.

Com o desenvolvimento da agricultura em locais com disponibilidade de água, a situação mudou, pois o homem se fixou em determinado local, deixando de ser nômade. Então, ele e sua família foram acrescentando objetos no interior da casa, que passou a ser fixa, como camas, mesas, roupeiros, cômodas, cadeiras e bancos. Com o tempo, esses móveis foram evoluindo em função das necessidades, da capacidade técnica e da estética.

Surgiu uma nova profissão, além da de caçador e de agricultor: a de fabricante de móveis. Os primeiros móveis foram de pedra, depois evoluiu para a madeira. A história registra que os egípcios utilizavam móveis, não somente para uso doméstico, como para os cerimoniais religiosos. Os tronos e cadeiras cerimoniais eram revestidos de ouro e prata; já a mobília do lar possuía pouco acabamento, permanecendo com a cor natural da madeira. Os artesãos egípcios há mais de cinco mil anos já conheciam os sistemas de encaixe para madeira.

Depois, o uso desses móveis difundiu-se pela África, Ásia, passando pela Grécia e Roma, até chegar aos europeus e demais países do mundo. Cabe destacar a importância do uso da madeira, que se desenvolveu após o descobrimento do machado há mais de dez mil anos atrás. A madeira passou a ser usada tanto na fabricação de móveis, mas para carros e outros artefatos, que se

vinculou ao aperfeiçoamento de outros instrumentos de corte e de perfuração.

Hoje, o uso da madeira para fabricar móveis mudou bastante; além de móveis de madeiras maciças, vime, palha e plástico, podem ser feitos móveis de madeira aglomerada (pó de madeira e cola), madeira compensada (lâminas de madeira superpostas e colada), MDF (chapas feitas de partículas finas). Essas madeiras modificadas são feitas, basicamente, de pinus ou de eucalipto reflorestados, o que preserva as árvores nativas, com efeitos positivos sobre o meio ambiente e a fauna.

A indústria do mobiliário faz parte do chamado setor tradicional da economia; caracteriza-se por reduzido dinamismo tecnológico, mão de obra relativamente intensiva e utilizando basicamente materiais de origem vegetal. Há dificuldade de automação e ganhos de escala. Daí a necessidade de transferir para o varejo a montagem; as maiores inovações ocorrem no início do processo, ou seja, na matéria prima utilizada. Porém, o *design* desempenha grande papel na competição entre fabricantes de mobiliário.

Do ponto de vista do desenvolvimento, cada indústria não pode ser vista de forma isolada, mas inserida em um contexto, tendo em vista a cadeia produtiva (fornecedores, clientes pessoa física, clientes pessoa jurídica) e suas interações com o meio onde as fábricas se encontram instaladas. A indústria de móveis interage está neste caso através das compras de matéria prima, seja das que vem de fora do Estado, ou do próprio município e região.

É importante o conhecimento das teorias envolvidas no objeto de cada pesquisa, bem como de sua evolução no tempo e no espaço; porém, nenhum estudo será completo se não for levado em conta as peculiaridades locais, os problemas enfrentados no dia a dia pelos produtores. Assim, as pesquisas de campo, com o uso de

questionários, têm se revelado muito importantes para trazer as respostas ao que se está estudando.

Qualquer pesquisa envolve custo e tempo; necessita-se também da boa vontade dos entrevistados, que às vezes desconfiam dos questionamentos e as respostas podem ter viés; assim, sempre é importante que fique bem claro quais são os objetivos da pesquisa e que os pesquisados serão os maiores beneficiados com os levantamentos, assim como o poder público e a comunidade acadêmica.

O presente livro resultou de uma dissertação de mestrado feita por Luciana Silva de Souza, que tinha como objetivo avaliar a estrutura e as potencialidades da indústria moveleira de Boa Vista, RR. Foram aplicados questionários a 19 empresas filiadas ao Sindicato de Marcenaria do Estado de RR, sendo que 15 responderam aos questionários. A ideia foi detectar os pontos fortes e os pontos fracos do setor, a fim de efetuar sugestões, de sorte a aumentar sua competitividade e maximizar as relações interindustriais na própria região.

Constatou-se que a matéria prima utilizada provém de outros municípios do Estado e que cerca de 80% da produção destina-se ao próprio Município de Boa Vista; e o restante é vendido no próprio Estado; portanto, não há exportação. Concluiu-se que o setor moveleiro de Boa Vista necessita de melhor gestão e logística, além de maquinários para melhorar a produtividade, já que a produção é quase toda semi-artesanal. Outra grande dificuldade é encontrar mão de obra qualificada e dispor de capital para giro e para investimento.

O setor público tem importante papel no desenvolvimento do setor noveleiro, formando mão de obra e disponibilizando financiamentos pelas agências de fomento. Cursos de empreendedorismo são oferecidos pelo SEBRAE e pelo SENAC

(além de cursos de gestão, design e informática), tanto à distância, como presencialmente. O SENAI-RR possui cursos de marcenaria e de informática. Essas entidades treinam empreendedores e formam pessoal especializado, fator indispensável para o desenvolvimento econômico, via crescimento empresarial e geração de empregos.

*Nali de Jesus de Souza*

Ex-professor dos Cursos de Pós Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

# SUMÁRIO


APRESENTAÇÃO | 15

CAPÍTULO 1 | 17
Agenda de pesquisa

CAPÍTULO 2 | 29
Revisão da literatura

CAPÍTULO 3 | 67
A cadeia produtiva do setor moveleiro

CAPÍTULO 4 | 99
Estrutura de oferta da indústria moveleira de Boa Vista (RR)

CAPÍTULO 5 | 145
Potencialidades da indústria moveleira de Boa Vista (RR)

CONCLUSÃO | 171

REFERÊNCIAS | 183

SOBRE A AUTORA | 197

*O sucesso num dado momento depende da sorte. O sucesso em algum momento (mais cedo ou mais tarde) depende apenas de dedicação e esforço. Assim, seja persistente o suficiente para não depender da sorte. Se ela te ajudar, ótimo; se não ajudar, vença assim mesmo.*

Autor desconhecido

# APRESENTAÇÃO

O objetivo deste livro foi avaliar a estrutura e as potencialidades da indústria moveleira do Município de Boa Vista (Roraima). Para a obtenção dos dados, foram aplicados questionários a empresas filiadas ao Sindicato das Indústrias de Marcenaria do Estado de Roraima – SINDIMAR; de um total de 19 empresas, 15 responderam aos questionários, representando 78,9% da amostra.

Procurou-se levantar dados de forma simplificada, mas que retratassem a real situação do setor. Além desses dados, se obteve outros de fontes secundárias e de estudos empíricos anteriores sobre o setor, além daqueles fornecidos por instituições como SEBRAE. A ideia foi efetuar sugestões visando o aumento da competitividade do setor, através de melhorias nas matérias-primas, mão de obra, tecnologia e *design*, para agregar maior valor ao produto final.

A revisão da literatura focou a teoria da localização, a teoria dos polos de crescimento e a teoria do desenvolvimento local endógeno, centrada no papel das inovações e dos atores locais. Ao visitar as empresas, procurou-se detectar suas deficiências e potencialidades.

Com o diagnóstico da situação atual do setor, se identificou os fatores de seu sucesso e os que vêm dificultando o seu avanço, com o objetivo de motivar os empresários a investir nessa atividade. Constatou-se que a matéria-prima utilizada é oriunda de outros municípios do Estado de Roraima e que cerca de 80% da produção é destinado ao próprio Município de Boa Vista, enquanto que os outros 20% destina-se a outros municípios do Estado.

Como resultado da pesquisa, este livro conclui que o setor moveleiro de Boa Vista necessita de muitas melhorias, tanto no plano tecnológico, com máquinas mais modernas, como do ponto de vista de gestão e logística. As principais dificuldades enfrentadas pelo setor são a carência de mão de obra qualificada, a falta de capital de giro para investir em equipamentos apropriados, já que a produção é feita na maior parte de forma semi-artesanal, entre outros fatores. Nesse sentido, o setor necessita de mais apoio de órgãos oficiais de assistência e de crédito, a fim de promover o desenvolvimento do setor, independentemente do porte das empresas.

# CAPÍTULO 1

*Agenda de pesquisa*

# AGENDA DE PESQUISA

A Amazônia abrange 3,7 milhões de $km^2$ de floresta tropical. Assim, possui a maior reserva de madeira tropical do mundo, isso representa um terço das florestas úmidas do planeta. O estoque madeireiro comercial destas florestas é estimado entre 40 e 60 bilhões de $m^3$, cujo valor econômico potencial poderia alcançar R$ 4 trilhões em madeira serrada (VERÍSSIMO; BARROS, 1996 *apud* TONINI, 2006, p. 09).

Segundo Tonini (2004), dentre os principais problemas que envolvem a adoção e a sustentabilidade dos planos de manejo florestal na Amazônia, está o baixo nível tecnológico da indústria de base florestal, caracterizado por apresentar baixo rendimento e gerar grandes quantidades de resíduos.

Mas a utilização desse recurso florestal tem contribuído de forma modesta na geração de renda para o desenvolvimento regional. Os impactos gerados pela exploração madeireira têm sido significativos e as exportações têm contribuído para a degradação ambiental devido ao abastecimento histórico de operações florestais predatórias. Ainda assim, o Brasil possui um grande potencial de crescimento no setor moveleiro que é pouco aproveitado, incipiente e, no geral, trabalha sob encomenda.

Em relação ao Estado de Roraima, este possui vários produtos considerados potenciais de abastecimento local e regional. Caracterizam-se pelas atividades que se restringem ao abastecimento local, em função da população existente nas localidades do Estado, que procuram estes tipos de produtos. O mercado é delimitado pela demanda local; suporta uma pressão empresarial limitada e só cresce de acordo com fatores como renda e população, entre outros em menor escala (SUFRAMA, 2000).

O abastecimento regional depende da competitividade interestadual, ou seja, de fatores como produtividade, transporte, custo de produção, entre outros, que tornam o produto atraente para comercialização em outros estados da região. Especificamente, no Estado de Roraima, dadas as condições climatológicas diferenciadas do restante da Amazônia, os produtos potenciais de abastecimento local e regional possuem uma vantagem comparativa com relação aos mesmos bens produzidos em outros Estados, porque a sazonalidade dos produtos agropecuários ocorre em épocas distintas em relação ao restante do País.

Assim, o setor moveleiro está distribuído espacialmente em todo o Estado de Roraima, concentrando-se mais no Município de Boa Vista. É um setor que possui um enorme potencial de mercado, além da possibilidade de mudar a sua pauta exportadora de matérias-primas para produtos acabados e com agregação de valor.

## Definição do problema

O setor da industrialização da madeira no Estado de Roraima vem apresentando significativo desenvolvimento com o surgimento de novas empresas, em função do enorme potencial madeireiro. Todavia, os métodos de produção são de reduzido nível tecnológico. As empresas não secam a madeira; o acabamento é deficiente; inexiste *design* moderno, dentre outros problemas. Como resultado, a produtividade do setor é baixa, tendo reflexos na qualidade, nível de produção e lucratividade (SUFRAMA, 2000).

O incremento da eficiência produtiva depende de vários

fatores, tais como: modernização das máquinas e equipamentos, introdução de novas tecnologias no processo produtivo, qualificação da mão de obra, utilização de madeira seca, disponibilidade de recursos financeiros para capital de giro e investimentos na atividade. Assim, o município de Boa Vista dispõe de matérias-primas e outros fatores favoráveis para o desenvolvimento do potencial regional moveleiro, no qual se concentrará este estudo.

A competitividade da indústria moveleira está baseada na organização da produção, no desenvolvimento de novos produtos, seja através de alterações de *design* ou da introdução de novos materiais e formas de comercialização. Assim, a indústria de móveis, de maneira geral, desempenha importante papel no crescimento das economias em desenvolvimento.

O Estado de Roraima possui um arranjo produtivo local ligado ao setor de madeira e móveis. Este segmento é composto de micros e pequenas empresas, que fabricam móveis de madeira maciça sob encomenda. Contudo, poucas empresas possuem produção de móveis seriados. A questão a ser discutida é se o município de Boa Vista pode alavancar esse setor.

Existem impedimentos à atual realidade da indústria moveleira do Estado e do município de Boa Vista, que podem gerar impactos negativos sobre o desempenho do setor, a longo prazo. Dessa forma, como melhorar a competitividade e reverter os baixos investimentos do setor, relacionados aos seguintes fatores: matéria-prima, mão de obra, tecnologia e *design*, ou seja, como agregar valor ao produto final?

## Objetivos do estudo

Este estudo tem como objetivo geral avaliar as potencialidades da indústria moveleira do município de Boa Vista, através da análise da cadeia produtiva, salientando as interligações para frente e para trás no interior do complexo, ou seja, traçar um perfil e conhecer melhor o funcionamento, as dificuldades e as perspectivas de crescimento do setor.

## Objetivos específicos

a) Analisar a estrutura de oferta da indústria moveleira do Município de Boa Vista, mostrando as empresas existentes: localização, origem dos principais insumos e destino da produção, além de mostrar as principais dificuldades que enfrenta o setor moveleiro;

b) Apresentar a composição da cadeia produtiva da indústria moveleira, evidenciando os pólos de crescimento e complexos industriais; as interligações para frente e para trás deste setor, através das teorias de desenvolvimento regional;

c) Verificar as possíveis potencialidades para a indústria moveleira do Município de Boa Vista, as políticas públicas destinadas ao setor, a legislação ambiental que define o manejo florestal no Estado, além de apresentar os projetos do governo estadual e municipal para desenvolvimento do setor.

## Justificativas da pesquisa

As possibilidades que a indústria moveleira representa, como indutora do desenvolvimento da economia estadual, são de suma importância, do ponto de vista econômico e social, e estão condicionadas ao suprimento de matéria-prima e uma política de apoio a um programa de verticalização de produtos gerados pelo beneficiamento da madeira serrada.

Reflete-se, dessa forma, o grau do processo de exploração florestal e do beneficiamento da madeira como matéria-prima, com a utilização de métodos e tecnologias arcaicas, gerando grande desperdício de madeira.

É nesse sentido que a indústria moveleira do Município de Boa Vista pode apresentar-se como uma formatadora de possibilidades e perspectivas para o desenvolvimento de sua cadeia produtiva, principalmente por apresentar dinâmica própria. O setor é importante para a economia regional, do ponto de vista social, pelos efeitos que sua verticalização trará ao conjunto socioeconômico estadual, com a geração de forte valor agregado ao longo da cadeia. Dessa forma, discorrer sobre os benefícios do manejo florestal, nas atividades voltadas para produtos madeireiros e não-madeireiros, é contribuir para o desenvolvimento de uma política florestal no Estado de Roraima.

## Hipóteses de trabalho

a) A falta de incentivos ao setor industrial moveleiro é significante, carecendo de políticas públicas voltadas para este setor.

b) O setor moveleiro enfrenta a questão ambiental, que apresenta, de certa forma, efeitos negativos sobre a estrutura operacional do setor.

## Estrutura do livro

Esse trabalho está estruturado em seis capítulos, sendo o primeiro deles essa introdução. No segundo apresentam-se os fundamentos teóricos do desenvolvimento regional, abordando o conceito de desenvolvimento regional endógeno, comparando-o com a realidade local da indústria moveleira do Município de Boa Vista.

Ainda neste capítulo, abordam-se os conceitos e as relações entre espaço e território, passando pelas teorias do lugar central, teoria da localização da atividade econômica, bem como pela teoria dos polos de crescimento e sua influência no desenvolvimento de uma determinada região; além do papel da inovação nesse processo em questão. Esses tópicos compõem a base teórica que orientou a realização deste estudo.

O terceiro capítulo contempla uma abordagem geral sobre a cadeia produtiva da indústria moveleira, apresentando as características gerais do setor, sua composição, os principais pólos moveleiros no Brasil, além dos fatores de competitividade para o desenvolvimento do setor, ou seja, apresenta-se um panorama da indústria de móveis brasileira, onde se destacam os aspectos estruturais da organização e a importância econômica desta indústria.

Em seguida, no quarto capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa de campo realizada com as empresas do setor moveleiro do Município de Boa Vista, apresentando a

localização da atividade econômica, sua estrutura, mão de obra existente, qualificação dos funcionários, destino da produção, dentre outros fatores, como as dificuldades enfrentadas pelo setor atualmente.

O quinto capítulo aborda as potencialidades da indústria moveleira do Município de Boa Vista, destacando as iniciativas do Governo Estadual e Municipal, no que diz respeito às atividades voltadas para o setor, seja através dos incentivos fiscais, como também, pelo Zoneamento Ecológico-Econômico, que irá direcionar as áreas destinadas no Estado para o desenvolvimento do manejo florestal. Por fim, no sexto capítulo, são apresentadas as conclusões do estudo.

## Procedimentos metodológicos da pesquisa

O tipo de pesquisa adotado neste livro foi o levantamento de dados, que teve como objetivo a verificação da estrutura existente e o potencial de crescimento da indústria moveleira do Município de Boa Vista. Para tanto, foi necessário uma análise dos estabelecimentos, envolvendo sua população.

No que se refere aos objetivos, a presente pesquisa é classificada como descritiva, visto que visou a descrever a estrutura da oferta de móveis e as características dos locais onde os móveis são fabricados, bem como ver o perfil dos empresários, a origem da matéria-prima utilizada, entre outros fatores, e teve como resultado imediato proporcionar informações que permitiram melhorar o desempenho dos agentes envolvidos na cadeia produtiva do setor moveleiro localizado no município de Boa Vista.

Para Gil (2000), a pesquisa descritiva deve ser utilizada

quando a finalidade principal é a descrição de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. A pesquisa descritiva também se caracteriza, principalmente, pela técnica de levantamento de dados empregada: questionários e observação sistemática. Foi feito uma pesquisa bibliográfica, onde foram analisados os estudos disponíveis e já publicados a respeito do assunto. Caracteriza-se a pesquisa de campo como quantitativa, porque buscou dados objetivos junto aos empresários que fabricam móveis em Boa Vista.

No presente levantamento, a amostra foi definida com empresários que estão filiados junto ao sindicato local e que atende às necessidades do estudo, ou seja, um conjunto de estabelecimentos de móveis. A definição da amostra abrangendo a população de empresários filiados ao sindicato foi devido ao fato de melhor ter conduzido a amostra, bem como da dificuldade que foi em aplicar o questionário, uma vez que no sindicato havia a lista com o endereço de todos os empresários filiados. Os sujeitos da pesquisa são os próprios empresários e funcionários do setor.

A população que compõe o referido setor é formada por 19 empresas, conforme lista disponibilizada pelo Sindicato das Indústrias de Marcenaria do Estado de Roraima (SINDIMAR). A pesquisa buscou entrevistar os 19, mais logrou êxito apenas com 15 moveleiros. Dos 04 moveleiros não entrevistados, 01 não fazia parte do universo da amostra, devido a sua empresa estar localizada no município de Rorainópolis, 01 estava viajando, 01 não fazia mais móveis, porém continuava pertencendo ao sindicato. Além desses, 01 não foi localizado, mesmo depois de várias tentativas realizadas via telefone, e visitas no local da empresa.

Para a coleta de dados sobre o setor moveleiro do Município de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, utilizou-se dados fornecidos pelo SEBRAE, pelo presidente do Sindicato das

Indústrias de Marcenaria do Estado de Roraima e por empresários sindicalizados, que atuam no do setor moveleiro local, através da aplicação de questionários.

Na primeira fase da pesquisa, foi realizada coleta de dados secundários através de pesquisa documental em trabalhos científicos, arquivos públicos, particulares, fontes estatísticas e pesquisa junto à Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN). Na segunda fase da pesquisa foi realizada coleta de dados primários através de pesquisa de campo, com aplicação de questionários junto aos empresários do setor.

De acordo com Gil (2000), a coleta de dados é efetuada, usualmente, por técnicas de interrogação, através de questionários, que se caracteriza pelo conjunto de questões que são respondidas pelo pesquisado. Foram pesquisados documentos, relatórios e estudos diversos relacionados com o tema abordado, a estrutura de oferta da produção de móveis, mão de obra, design, entre outros itens. Os documentos foram pesquisados em instituições locais e sites do governo do Estado, bem como em documentos, teses e dissertações sobre o tema.

Os dados levantados na pesquisa de campo foram codificados e tabulados, tendo sido utilizada a planilha Excel para os cálculos estatísticos. A análise foi feita juntamente com a apresentação dos resultados, estabelecendo-se a relação entre os dados levantados com a teoria apresentada.

# CAPÍTULO 2

Revisão da literatura

# REVISÃO DA LITERATURA

Entre as teorias de desenvolvimento regional, o conceito de desenvolvimento local e endógeno tem-se colocado, em larga medida, diante de regiões carentes de desenvolvimento, como esperança para a ação local transformadora. Este conceito busca valorizar as potencialidades contingentes do território ao qual se pretende estimular ações transformadoras. Neste contexto, o tema desta tese, que trata da indústria moveleira do Município de Boa Vista, se compara e contrapõe ao próprio conceito de desenvolvimento endógeno.

Atualmente, instituições públicas e privadas estão utilizando o conceito de Arranjos Produtivos Locais como norteador das suas ações. O que foi percebido é que caso se deseje alavancar o desenvolvimento socioeconômico de um determinado local, não basta apenas entender a cadeia produtiva, em toda a sua complexidade e extensão. O essencial é o entendimento do território onde está inserida a atividade, dentro da sua lógica de produção, que pode se caracterizar por possuir apenas um ou vários elos da respectiva cadeia produtiva.

A noção de território, como espaço privilegiado de aplicação de estratégias de desenvolvimento, não implica em rompimento com abordagens de desenvolvimento local, regional ou nacional. Ao contrário, de acordo com Veiga (2003), o foco em "desenvolvimento territorial" propicia, em sentido amplo, melhor combinação de políticas governamentais descendentes com outras iniciativas de desenvolvimento endógeno.

Dessa forma, as teorias de desenvolvimento regional, ao longo do tempo, sofreram grandes transformações, de um lado provocadas pela crise e pelo declínio de regiões tradicionalmente industriais e, de outro, pela emergência de regiões portadoras de

novos paradigmas industriais. Esse fenômeno está associado às mudanças radicais, nas formas e nos modos de produção e de organização industriais, bem como à globalização e à abertura das economias nacionais.

Quanto ao primeiro fenômeno, devem ser considerados os aspectos da flexibilização e da descentralização, dentro e fora das organizações, os quais ocasionam impactos importantes em termos de reestruturação funcional do espaço. Quanto ao segundo fenômeno, esse tem provocado impactos consideráveis sobre os custos e sobre os preços relativos das empresas, as quais têm levado cada vez mais em conta fatores locacionais em suas estratégias de competitividade. Assim, este capítulo tem por objetivo versar sobre as principais teorias do desenvolvimento regional, abordando os conceitos e fundamentos teóricos, além de discorrer brevemente sobre o desenvolvimento regional da Amazônia.

## Teorias de desenvolvimento regional

O desenvolvimento de uma região passa do ponto de partida para entender primeiramente a definição de território. O território é o espaço econômico socialmente construído, dotado não apenas dos recursos naturais, mas também da história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções de valores e regras, de arranjos institucionais que lhes dão expressão e formas sociais de organização da produção.

Segundo Souza (2002), o desenvolvimento de uma região efetua-se com a ocupação racional de seu território, facilitando a mobilidade espacial da população, fatores de produção de bens e serviços.

Como espaço social, o território é um campo de forças políticas conflituosas, com estruturas de poder e dominação. Assim, o território é *locus* de produção de bens e reprodução de capital, que se manifesta em arranjos institucionais do poder instituído, mas mutante, que abriga conflitos de interesses e formas de ação coletiva e coordenação, que surgem em decorrência da própria natureza da atividade produtiva que é, por necessidade, uma forma de ação coletiva, fundada sobre ações individuais que são interdependentes, caracterizadas pela incerteza.

Segundo Souza (1997), no tocante ao elemento espaço e para o economista francês Richard Cantillon (1680-1734), o problema do espaço consiste na articulação entre as cidades e o campo, no estudo das grandes cidades e de suas vantagens. Segundo ele, a terra é a única fonte de riqueza, por produzir um excedente acima dos custos de produção, sendo o trabalho a força geradora dessa riqueza.

Em seu livro *A Riqueza das Nações,* Adam Smith (1723-1790) leva em conta o fator espaço como sendo a extensão dos mercados, pois proporciona maior divisão do trabalho, aumentando a produtividade e a riqueza nacional. Assim, o crescimento econômico leva em conta a concentração das atividades econômicas em função da localização da mão de obra e dos consumidores.

Alfred Marshall (1842-1924) *apud* Souza (1997) foi o primeiro a dar destaque especial ao elemento espaço na análise econômica. Marshall cunhou o termo *economias externas* para designar os benefícios que se originam da concentração da atividade econômica, bem como diferenciou economias internas de economias externas.

As economias internas decorrem do aumento das quantidades produtivas, da melhoria da eficiência produtiva, da

melhor organização da produção no nível da firma, ou seja, são as economias de escala. As economias externas dependem do desenvolvimento geral da indústria, provocado pela concentração de firmas interdependentes em uma dada localização. Estas nascem fora da firma, embora podendo ocorrer no interior da indústria, independem de sua ação em particular. Os locais que atraem as atividades econômicas para Marshall têm vantagens especiais de localização e disponibilidade de alguma matéria-prima especifica. Assim, as economias externas são fatores fundamentais da localização e atraem as atividades econômicas, levando à concentração industrial.

Entretanto, uma região não pode ser estudada apenas do ponto de vista da economia. Existem outros aspectos que precisam ser analisados como os demográficos, sociais e tecnológicos. A diferença entre o elemento espaço e a noção de região está na proximidade entre os dois termos. A região apresenta-se constituída por um espaço contínuo, delimitado por uma fronteira; enquanto o espaço econômico de um centro urbano- industrial ultrapassa as fronteiras político-administrativas daquilo que se poderia denominar de região do referido centro.

O espaço pode ser visto através de três noções: geográfico, matemático e econômico. (BOUDEVILLE, 1972, *apud* SOUZA, 1997). O espaço matemático diz respeito às condições naturais do solo, clima, sem considerações técnicas e econômicas. O espaço matemático compreende as relações técnicas de variáveis econômicas, independentes de considerações geográficas. O espaço econômico, diz respeito à localização de tais relações técnicas em uma área geográfica, compreendendo também as relações de comportamento de produtores e consumidores.

Dessa forma, a inserção do elemento espaço na teoria econômica, se deu através dos teóricos da localização da atividade econômica, onde produzir com a máxima eficiência, tendo em

vista a distribuição espacial dos recursos produtivos e da população consumidora, tem constituído uma preocupação central dos produtores, independente do debate acadêmico. (SOUZA, 1997).

As diferentes localizações das atividades econômicas refletem a distribuição espacial dos recursos e do estado das técnicas vigentes. Mudanças nas tecnologias dos meios de transporte e nas técnicas de produção, bem como o esgotamento das fontes de matérias-primas e o deslocamento das populações, alteram a matriz das localizações possíveis, influenciando as decisões locacionais por parte dos empresários.

Teoria do Lugar Central – fundamenta-se na ideia de centralidade e de hierarquia urbana na formação das áreas de mercado. A função de um centro urbano é o de servir como lugar central, fornecedor de bens e serviços para a sua área de influência. A ideia básica de centralidade é a de que a vida comunitária organiza-se em determinados pontos, e que as atividades econômicas e sociais tendem a se aglomerar em centros. Segue-se que a função principal da cidade é a de se tornar o centro de uma região (ABLAS, 1982 *apud* SOUZA, 1997).

Segundo a teoria, um lugar central (um centro urbano) fornece um conjunto de bens e serviços a uma determinada área envolvente (área de influência ou região complementar). Cada um destes lugares centrais pode ser classificado hierarquicamente em função da quantidade e diversidade de bens e serviços que fornecem à sua área de influência.

Teoria da Localização – pretende explicar a localização de empresas no espaço geográfico. A teoria abrange fatores aglomerativos e desaglomerativos, a renda urbana e a organização do espaço em geral. Na prática, tende a interessar às empresas que, ao crescerem, precisam de um novo local, bem como as grandes

empresas, em razão de suas estratégias de crescimento e de ocupação do espaço no mercado nacional e internacional. Nessas empresas, as estratégias de localização tornam-se intimamente ligadas às estratégias internas de reorganizaçao e de crescimento (SOUZA, 1997).

Teoria dos Pólos de Crescimento – teoria segundo a qual o crescimento econômico não se faz de forma difusa por todo o espaço de um país, ou cobrindo as várias partes de uma região, se manifesta em certos pontos, chamados de pólos de crescimento, com intensidades variáveis, se expandindo por divesos canais com efeitos terminais variáveis sobre o conjunto da economia (ANDRADE, 1987).

Para Perroux (1977), o pólo de crescimento surge ao aparecimento de uma indústria motriz, considerando como tal aquela indústria que, antes das demais, realiza a separação dos fatores de produção, provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização. O crescimento econômico é próprio de áreas favorecidas por várias circunstâncias, onde surge uma indústria motriz e, como consequência, como reflexo da ação desta indústria, o crescimento se propaga, se expande, beneficiando as regiões que a cercam, que são para ela polarizadas.

A difusão interindustrial e espacial dos efeitos de crescimento, através das compras (efeitos de encadeamentos verticais, ou para trás) e das vendas (efeitos de encademaento horizontais, ou para frente) da indústria líder, ocorrem simultaneamente. Daí o que Hirschman denominou, em 1958, de *efeitos temazes* (HIRSCHMAN, 1974, *apud* SOUZA, 1997).

Vale destacar que, em 1955 foi desenvolvida por François Perroux, a teoria dos polos de crescimento, ao observar a concentração industrial na França, em torno de Paris, e na

Alemanha, ao longo do Vale da Ruhr. Os polos industriais de crescimento surgem em torno de uma aglomeração urbana importante (Paris), ao longo das grandes fontes de matérias-primas (Vale da Ruhr), assim como nos locais de passagem de fluxos comerciais significativos e em torno de uma grande área agrícola dependente (São Paulo).

O polo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, porque ele é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, que são liderados pelas indústrias motrizes. Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto. Ele se torna um polo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes; e ele se tornará um polo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir o produto e o emprego no meio em que está inserido (SOUZA, 1997).

A teoria dos polos, voltada para a indústria moveleira localizada no Município de Boa Vista, mostra os encadeamentos da indústria de móveis sobre os setores ofertantes de insumos (para trás). Os encadeamentos para frente são poucos, como por exemplo, as empresas que compram móveis para vender, ou seja, os encadeamentos se fazem mais com a demanda final.

Segundo Souza (2005), o conceito de indústria motriz mostra-se mais amplo do que o de indústria-chave. Toda indústria motriz é uma indústria-chave, mas nem sempre toda indústria-chave é uma indústria motriz. A primeira, além de possuir efeitos de encadeamento superiores à unidade, do ponto de vista da matriz de insumo-produto, caracteriza-se pela efetiva dimensão de seus efeitos de encadeamento, exercendo, portanto, impulsos motores significativos sobre o crescimento local e regional. Não ocorrendo indução significativa do crescimento no interior do complexo, a atividade-chave não será motora.

Indústrias motrizes atraem as empresas satélites, fornecedoras de insumos ou utilizadoras dos produtos das primeiras como insumos, desencadeando o crescimento local e regional. Utilizam-se incentivos fiscais, empréstimos subsidiados, treinamento de mão de obra e instalação de infraestruturas para motivar a vinda de grandes empresas para determinadas áreas.

Assim, segundo Andrade (1987), observa-se que os efeitos motrizes da indústria não são permanentes e que, em consequência, uma indústria que hoje provoca o aparecimento de um polo. Se ela não se renova, não dá margem ao surgimento de uma série de outras indústrias que mantenham a dinamização por ela desencadeada, fará com que o polo desapareça gradativamente, que a sua função polarizadora vá sendo absorvida por outros centros, por outros polos.

A ideia de um polo central, motor do crescimento, e de uma periferia agrícola e subdesenvolvida, a ser polarizada, corresponde a uma simplificação errônea da teoria do crescimento polarizado de François Perroux. Segundo Souza (2005), ele supôs a existência de alguns polos principais, com porte semelhante, e de vários polos secundários, de menor dimensão, hierarquizados, servindo de ponte e de filtragem aos efeitos de encadeamento emanados dos polos superiores.

As noções de polo e de região polarizada estão intimamente associadas com as ideias de urbanização e de industrialização. A região polarizada contém vários centros urbanos e industriais secundários, relacionando-se com o polo central dinâmico. Estão presentes, portanto, as noções de funcionalidade, hierarquia e heterogeneidade nas relações do polo no interior da região polarizada. “Existe uma hierarquia no poder de encadeamento dos setores e atividades, como existe uma hierarquia na irradiação das cidades. Essas duas hierarquias, uma técnica, outra geográfica, são

independentes e formam duas dimensões distintas" (BOUDEVILLE, 1972, p. 32).

Em termos de política regional de desenvolvimento, a ideia de considerar a hierarquia dos polos urbanos e industriais de crescimento, no interior das regiões, é para evitar a concentração demográfica e econômica excessiva no polo hegemônico, em detrimento da periferia rural e subdesenvolvida. A hierarquia dos polos segue a ideia da hierarquia urbana, da teoria do lugar central de Christaller (SOUZA, 1997).

A diferença fundamental dessa teoria, em relação à teoria dos polos de crescimento, está na ênfase à prestação de serviços, por parte dos centros urbanos, e não na função indutora da indústria motriz do polo de crescimento e nas interdependências que ela gera entre firmas compradoras e vendedoras de insumos na região polarizada, ou no interior do próprio centro principal.

A região central, onde se localiza o polo, pode exercer efeitos propulsores e efeitos regressivos sobre outras regiões (HIRSCHMAN, 1974; MYRDAL, 1968). Os efeitos propulsores são os efeitos de encadeamento da produção e do emprego sobre atividades induzidas de regiões vizinhas. Quando as indústrias motrizes do polo urbano-industrial central realizam inovações tecnológicas e expandem a sua produção, elas aumentam suas compras de outras regiões e ampliam a oferta de produtos, em alguns casos com preços menores. Os efeitos regressivos correspondem à drenagem referida. Adotando novas técnicas e produzindo novos bens, as indústrias motrizes do polo aumentam a demanda de fatores, elevando seus preços, o que provoca destruição criadora nas regiões periféricas.

Através do sistema bancário, demandam crédito para inovações e drenam recursos financeiros de outras áreas. O polo urbano/industrial será de desenvolvimento quando os efeitos

propulsores excederem os efeitos regressivos. À medida que a região tiver sucesso na neutralização de parte dos efeitos regressivos e internalizar de alguma forma os efeitos propulsores provenientes de outras áreas, ela estará passando por um processo acumulativo de desenvolvimento (MYRDAL, 1968).

A adoção de uma política de crescimento menos polarizado, ao favorecer a descentralização das indústrias para as áreas periféricas, poderia acelerar a tendência natural do mercado, promovendo a difusão dos efeitos propulsores a partir dos polos. Tal política implicaria o aumento da integração de espaços desconectados, acelerando um processo que, ao contrário, levaria muito tempo para a sua efetivação.

A ideia básica do crescimento por polos, a partir do centro principal, envolvendo centros secundários, fundamenta-se na maximização dos efeitos de indução dos investimentos, em contraposição a uma política de dispersão dos recursos em todo o espaço: o volume dos investimentos em cada área e setor seria tão pequeno que seus efeitos não possuiriam a força suficiente para desencadear um processo de indução do crescimento entre setores e regiões.

O grande problema das políticas de crescimento desequilibrado e polarizado são os desvios políticos, que se traduzem na excessiva concentração dos recursos em certos setores e regiões, em benefício de determinados grupos, em detrimento do conjunto da população.

Porém, a teoria da polarização não postula, necessariamente, a concentração dos recursos em um ou dois polos principais, mas se traduz, de preferência, no incentivo ao desenvolvimento de polos secundários, com base em empresas suscetíveis de se tornarem polarizadas, na criação de canais de difusão dos efeitos de encadeamento em toda a rede urbana e nas

áreas rurais.

A indústria motriz e o próprio polo não se desenvolvem se não houver atividades polarizadas nos centros inferiores da hierarquia urbana e nas áreas periféricas, a menos que tais atividades motrizes possam produzir exclusivamente para a exportação. Seus efeitos sobre o desenvolvimento de atividades de mercado interno serão fracos ou nulos na ausência de atividades induzidas e de canais de integração apropriados.

Dessa forma, a indústria motriz não constitui o único elemento do desenvolvimento regional. Cada região precisa basear o seu crescimento econômico tanto na agricultura, como em atividades industriais mais tradicionais, produtoras de bens de consumo final, como as vinculadas ao vestuário, alimentação e bebidas. As indústrias induzidas são tão indispensáveis ao polo como as indústrias motrizes. Além disso, nenhuma indústria sobrevive sem infraestruturas, mão de obra com bom nível de instrução e serviços básicos para o atendimento da população, como saneamento básico, habitação, segurança e saúde.

O passo seguinte, dado pela teoria do crescimento econômico segundo Santos (2000), foi o de incorporar o conceito de capital humano e o estoque de conhecimentos, pois não é possível se ter crescimento simplesmente aumentando a quantidade de insumos tradicionais, mas, sim, que o processo de crescimento consiste, essencialmente, na introdução de novos fatores de capital a um preço real mais barato.

Mesmo assim, as construções teóricas dos modelos clássicos e neoclássicos se mostraram insuficientes para explicar o fenômeno da desigualdade regional, e assim aparecem com vigor as contribuições teóricas que, segundo Haddad (1989), tem por objeto a questão do crescimento regional: teoria da base econômica, teoria da base exportadora, teoria weberiana da

localização industrial, teoria da localização agrícola (Von Thunen), teoria da organização espacial (a integração das teorias da localização), teoria dos polos, teoria da interdependência locacional, teoria inter-regional da renda, teoria do crescimento regional, teoria da dependência, as regiões econômicas de August Losch, teorias dos lugares centrais, o modelo de Isard, o modelo de Soderman, o modelo Somea, as teorias dinâmicas da localização e outras.

Essa visão é incorporada e enriquecida pela Economia Regional, que se assenta nos pressupostos de que:

a) O crescimento é localizado, e não disseminado no espaço ou no aparelho produtivo (PERROUX, 1950);
b) O crescimento é um processo de transformação interdependente que se produz em certo período (PAELINCK, 1963);
c) O crescimento econômico não ocorre ao mesmo tempo em toda parte e, quando ocorre, forças poderosas provocam a sua concentração, em torno dos pontos onde o processo se inicia (HIRSCHMANN, 1960). O resultado prático das hipóteses acima é um país dividido em regiões pobres e ricas.

Teoria da Base Econômica – quando se tem a intenção de estudar uma região, um dos problemas fundamentais é compreender suas relações com as demais regiões do sistema nacional e com o exterior. A teoria mais simples para explicar essas relações é a teoria da base econômica, que pretende estudar e avaliar os impactos dos fluxos de mercadorias e de serviços entre a região e o resto do mundo.

Segundo a teoria, a atividade total de uma região (ou de uma cidade) apresenta uma dicotomia bastante nítida, tendo-se, de um lado, as atividades básicas (de exportação) e as atividades locais (ou de mercado local).

As atividades básicas independem do nível da renda interna e constituem o motor do crescimento regional, porque engendram um efeito multiplicador sobre as atividades de mercado local, que delas dependem. Os bens e serviços produzidos no setor básico são consumidos no exterior, dependendo, pois, do nível de renda do resto do mundo.

Assim, a região pode crescer mesmo que grande parcela de sua população não tenha poder de compra em expansão. O setor básico será o que apresentar maior dinamismo de crescimento e o setor de mercado local terá seu crescimento limitado pela distribuição interna da renda e pelas interdependências que poderão criar-se entre as exportações e as atividades de mercado interno.

A teoria da base de exportação considera as exportações como a principal força desencadeadora do processo de desenvolvimento. O crescimento nesta teoria depende da dinamicidade das atividades econômicas básicas que, por sua vez, incentivam o desenvolvimento de atividades complementares. As atividades básicas vendem seus produtos em outras regiões, sendo, portanto, a força motriz da economia. As atividades complementares dão suporte às atividades básicas (NORTH, 1977).

A teoria da base econômica considera estável ou constante o tamanho relativo dos setores não básico e básico. Essa relação entre o setor não-básico e o setor básico [N/B] é denominada de coeficiente-base, considerado estável em razão da suposição da teoria de que o tamanho relativo dos setores não básico e básico é

constante.

Souza (1982) assinala que a teoria da base tem levado em conta somente as variáveis exógenas determinadas por forças externas à região. A base econômica é sinônimo de "base exportação", quando somente as exportações são consideradas na sua composição. Não é o conceito adotado neste livro, que inclui outras variáveis na base econômica.

Com a inclusão de outras variáveis exógenas, a base econômica regional fica determinada, não só por forças externas à região, mas também por todas aquelas variáveis exógenas formadas fora do sistema econômico, embora dentro da área, como o nível de gastos do governo local, o investimento autônomo, etc. O problema consiste em verificar a relevância dessas variáveis, em cada caso.

Neste livro, adotou-se a trilha indicada por Souza (1982), que define a base econômica como a soma de todas as variáveis exógenas significativas existentes num sistema econômico. Estas são ditas básicas porque influenciam o crescimento global das atividades da área. Ao serem acrescidas de B, originam variação mais do que proporcional nas atividades totais da região.

A atividade econômica regional é uma função das exportações (B), entendidas estas como o conjunto das despesas externas realizadas na região, não se restringindo apenas ao conjunto de bens e serviços destinados ao exterior. A atividade econômica total (P) é um múltiplo da base. Quer dizer, uma mudança na atividade econômica é um múltiplo da mudança no setor de exportação. Nesse sentido, as *exportações determinam* a formação da renda ou do produto regional.

Não ocorrem mudanças internas estruturalmente expressivas no curto prazo, ou seja, o perfil da demanda interna

não se altera substancialmente de forma a dinamizar as atividades econômicas – produção e emprego.

Dada esta hipótese, certamente que a expansão do produto e do emprego, na presença de capacidade ociosa, somente poderá experimentar elevação em resposta ao crescimento da demanda externa, vale dizer, se houver um incremento das exportações ou se houver injeção de recursos do governo federal na região, na medida em que estes funcionam como demanda externa.

Reportando a teoria da base econômica para a indústria moveleira localizada no Município de Boa Vista, nota-se que o setor, conforme pesquisa de campo realizada, não exporta para outros Estados e nem para o Exterior. A exportação, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior, é de produtos madeireiros não acabados, ou seja, exporta-se a matéria-prima a ser incorporada em outros produtos sem agregação de valor.

## Desenvolvimento regional ou local: o papel da inovação

A abordagem da teoria do desenvolvimento trata da análise dos elementos que impulsionam o crescimento local e reconhece que os sistemas produtivos locais são uma das diferentes formas de organização da produção, que contribuem para melhorar a produtividade e a competitividade de empresas e territórios. Assim, a teoria do desenvolvimento endógeno constitui um novo paradigma da economia regional. Esta teoria pode ser enunciada na seguinte proposição:

> O desenvolvimento econômico local pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da

> transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando o bem-estar da população de uma cidade ou região. Quando a capacidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno ou, simplesmente, de desenvolvimento endógeno (BARQUEIRO, 2001, p. 57).

O conceito está baseado na ideia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam o seu potencial de desenvolvimento. Com a organização do sistema produtivo local formando redes de empresas, cria-se um ambiente favorável à geração de economias de escala e à redução dos custos de transação, assim como os rendimentos crescentes e ao crescimento econômico.

Nos territórios de baixa densidade empresarial, são ainda mais escassas as condições básicas de dinamização dos negócios e da economia. Além disso, uma estratégia de desenvolvimento em espaços subnacionais (caso dos territórios) deve ser individualizada para aquele espaço específico, pois não é possível aplicar uma única estratégia para todas as regiões (SEBRAE, 2003). Contudo, percebe-se que o desenvolvimento não pode ser pensado de forma isolada, principalmente porque desenvolvimento endógeno não significa isolamento.

Os processos de desenvolvimento local endógeno ocorrem em função da utilização produtiva do potencial de desenvolvimento, situação que se verifica mais facilmente quando as instituições e os mecanismos de regulação do território funcionam com eficiência. Uma cidade ou região pode, por

iniciativa própria e em um dado momento histórico, assumir novos projetos de investimento, que lhe permitirão ingressar (ou continuar) no caminho de desenvolvimento competitivo (BARQUEIRO, 2001).

O que chama atenção é a proposição da teoria do desenvolvimento e os rendimentos crescentes onde os processos de desenvolvimento endógeno ocorrem como resultado do aproveitamento das externalidades nos sistemas produtivos locais, o que contribui para o surgimento de rendimentos crescentes e, portanto para o crescimento econômico.

Em sua teoria dos polos de crescimento, Perrox (1955) chama atenção para os mecanismos que favorecem a formação de economias de escala de caráter tecnológico. O elemento central é a empresa motriz que, com sua capacidade inovadora e liderança, exerce um efeito impulsionador sobre as demais empresas.

Sua localização em um dado território é geradora de desigualdades produtivas e espaciais, promovendo o desenvolvimento. O polo é um mecanismo que contribui para a difusão de inovações, favorecendo o crescimento econômico e explicando a concentração da atividade produtiva. Por fim, se diferencia da grande teoria do desenvolvimento ao caracterizar os sistemas produtivos locais como um sistema de redes internas, nas quais estabelecem relações de cooperação e de competitividade entre as empresas.

Outra proposição está na teoria da dependência e no controle local do desenvolvimento, o qual o desenvolvimento endógeno caracteriza-se pela utilização do potencial de desenvolvimento existente no território, graças à iniciativa dos atores locais ou, no mínimo, processa-se sob o seu controle. Os países, regiões e cidades incorporam-se a esse processo de forma hierárquica, formando os centros e as periferias do sistema.

A característica fundamental das economias periféricas é sua estrutura dependente, tornando-as incapazes de crescer de forma autônoma e autossustentada. O desenvolvimento industrial depende da importação e da adaptação da tecnologia criada e controlada pelas grandes empresas multinacionais nas economias avançadas.

As pequenas e médias empresas (inclusive as que formam os sistemas locais de empresas, os *clusters* e os distritos industriais) seguem sob o controle tecnológico e comercial das grandes firmas. Em razão disso, as transformações provocadas pela reestruturação de cidades, regiões e países estão condicionadas pelo processo de globalização e, portanto, pela estratégia das grandes empresas multinacionais.

A teoria territorial do desenvolvimento e as iniciativas locais propõem o desenvolvimento endógeno e refere-se a processos de transformação econômica e social que ocorrem em função da resposta das cidades e regiões aos desafios colocados pela competitividade, com os atores locais adotando estratégias e iniciativas destinadas a aumentar o bem-estar da sociedade local.

Dessa forma, esta é uma preposição que parte de uma ideia central de política de desenvolvimento endógeno: a dinâmica e a transformação da economia local devem estar, necessariamente, associadas às forças de mudança existentes na própria comunidade local. Assim, a teoria propõe iniciativas destinadas a fixar a população no território e a manter os vínculos da comunidade local que contribuam para o surgimento e o crescimento das pequenas e médias empresas, que incentivem a pequena agricultura camponesa e que, em última análise, criem uma alternativa ao modelo tradicional de desenvolvimento industrial, articulado pelas grandes empresas localizadas nos maiores centros metropolitanos (BARQUEIRO, 2001).

A teoria territorial do desenvolvimento constitui, dessa forma, uma das referências obrigatórias da teoria do desenvolvimento endógeno. Ambas compartilham dois princípios metodológicos fundamentais: por um lado, têm a mesma concepção do espaço econômico e, por outro, dão prioridade às ações vindas "de baixo para cima", nas políticas de desenvolvimento. Mais recentemente, com as transformações contemporâneas, resultantes das aceleradas mudanças tecnológicas e do contínuo processo de inovação, ampliaram-se, ainda mais, a importância da inovação e sua velocidade.

Em uma sociedade crescentemente dominada pelo conhecimento, as vantagens comparativas estáticas ou ricardianas, baseadas em recursos naturais, perdem importância e ganham destaque as vantagens construídas e criadas, cuja base está exatamente na capacidade diferenciada de gerar conhecimento e inovação. Em uma sociedade informacional, torna-se, cada vez mais difícil, para as empresas ou agentes produtivos, reter a exclusividade dos conhecimentos técnicos.

## A inovação no processo de desenvolvimento endógeno

O desenvolvimento econômico e a sua dinâmica produtiva dependem da introdução e difusão das inovações do conhecimento. São estas duas variáveis básicas que fomentam a transformação e a renovação do sistema produtivo, pois a acumulação de capital, em síntese, é a acumulação de tecnologia e conhecimento. Para viabilizá-la, torna-se necessária a inserção dos atores e agentes do sistema produtivo local, nos processos decisórios sobre as inversões adequadas em tecnologia e organização.

A organização do sistema produtivo local e do seu entorno

(relações entre as empresas, provedores e clientes) é que condiciona a produtividade e capacidade competitiva das economias locais, e não o tamanho das empresas nele inseridas. Assim, torna-se evidente que uma determinada economia local ou regional pode apresentar bons resultados, mesmo abrigando no seu bojo apenas empresas de pequeno e médio porte.

As demandas da produção globalizada, mesmo sob a ótica endógena, implicam em intercâmbios produtivos que, por sua vez, carecem de infraestruturas somente existentes nos contextos urbanos (energia, insumos, meios de comunicação, crédito, fontes de conhecimento, etc.). Assim, as cidades tendem a aglutinar, em seu cerne ou no seu entorno, os aglomerados econômicos, tornado-se, dessa forma, os espaços preferenciais do desenvolvimento, já que nelas situam-se os focos do crescimento econômico, onde ocorrem as decisões de inversão produtiva.

Os processos de desenvolvimento "têm profundas raízes institucionais e culturais" (LEWIS, 1955; NORTH, 1981-1994, *apud* BARQUEIRO, 2001). Os atores sociais têm cultura, formas e mecanismos próprios de associação, que geram formas específicas de organização e institucionalização que podem influenciar, positiva ou negativamente, no arranjo e gestão do cenário econômico do território (BARQUERO, 2001).

O estudo da inovação propriamente dito inicia-se nos primórdios do século XX, com os escritos de Joseph Schumpeter, que aborda a ação de inovar como criadora de processos de ruptura no sistema econômico, afetando o equilíbrio do fluxo circular. Esse processo de ruptura [introdução da inovação] é provocado pelo empreendedor, que detém a habilidade de ser o primeiro a introduzir novas combinações de meios produtivos, transformando assim o fluxo circular estabelecido (EBNER, 2000). Assim sendo, inovações nas condições de Schumpeter (1982), são representadas

pelas novas combinações de produção, que surgem descontinuamente e englobam cinco casos:

a) Introdução de um novo bem, ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados, ou de uma nova qualidade de um bem;

b) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pelas experiências no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também, em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria;

c) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes ou não;

d) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já exista ou teve que ser criada;

e) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma nova posição de monopólio (pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio.

Os arranjos produtivos ou sistemas locais de produção variam de tamanho, amplitude e estágio de desenvolvimento. O seu fortalecimento está amplamente ligado às políticas de desenvolvimento regional, estadual ou federal, objetivando emprego e renda. Podem ser definidos como um fenômeno

vinculado a economias de aglomeração, associadas à proximidade física das empresas fortemente ligadas entre si por fluxos de bens e serviços, podendo abranger empresas de um único setor como podem incluir um agrupamento de fornecedores de insumos, tecnologias, máquinas, materiais e serviços industriais (SANTOS; GUARNNERI, 2000).

De acordo com Scheffer e Schenini (2003), os arranjos produtivos locais se caracterizam por uma gama de variáveis, entre elas: a diversidade das atividades dos agentes econômicos, a extensão territorial das atividades, a importância do conhecimento tácito, cuja transmissão à proximidade entre os agentes facilita.

Constitui um aglomerado de empresas produtoras, fornecedores, clientes, instituições de pesquisa que, ao se relacionarem, geram competência, o que culmina no processo de constante aprendizado e em um ambiente propício à geração de inovações. Corroborando Cassiolato e Lastres (1999) que conceituam os arranjos produtivos locais como aqueles arranjos que apresentam interdependência, articulação, e vínculos entre os agentes, que resultam na interação, cooperação e aprendizagem das empresas produtoras com os demais agentes.

É consenso entre os autores apresentados que a atuação conjunta de um grupo de empresas do mesmo ramo traz benefícios ao desenvolvimento econômico local e à sustentabilidade das empresas. Neste sentido, a discussão sobre competitividade enverga na aplicação de novos critérios para promover relações sinérgicas, sob a influência do paradigma de competição global.

Estimular a variável tecnológica para impulsionar inovações e promover acordos de cooperação passa a ser condição de inserção e permanência no ambiente de negócios. Entende-se ainda, que no atual cenário de acelerada mudança tecnológica, a competitividade não mais é baseada unicamente no preço, mas

principalmente na construção de competências específicas para a aquisição de conhecimentos e de inovação, pois os ganhos de eficiência dependem da trajetória inovadora.

Resumindo, pode-se dizer que o desenvolvimento está enraizado nas condições locais, e que, em uma sociedade do conhecimento e do aprendizado, a capacidade de gerar novo conhecimento constitui o elemento central no processo de produção, competição e crescimento.

A decisão locacional da empresa passa a ser um elemento decisivo na sua capacidade de competição, a qual depende da combinação de suas competências individuais (PENROSE, 1959 *apud* DINIZ *et al*., 2004) e dos atributos ou ativos locais. Dessa forma, o foco do planejamento regional passa a ser a localidade, superando as experiências históricas de planejamento e de implementação de políticas regionais com vistas à promoção homogênea do crescimento econômico e a melhoria social de grandes regiões.

## Arranjos produtivos locais

A "economia baseada no conhecimento" é caracterizada por um ambiente competitivo intensivo em conhecimento, globalizado produtiva e financeiramente e liberalizado comercialmente. Entretanto, o conhecimento e os processos de aprendizagem e de construção de competências a ele relacionados, à medida em que são processos essencialmente *interativos* e incorporados em pessoas, organizações e relacionamentos, são influenciados pelo território localizado.

Como enfatizado em vários estudos, o território localizado funciona como espaço primordial de interdependências

intencionais e não-intencionais; tangíveis e intangíveis; comercializáveis e não-comercializáveis (STORPER, 1995 *apud* DINIZ *et al*., 2004 ). Por sua vez, essas interdependências, para que possam ser realizadas plenamente e originem processos de aprendizado coletivo e de difusão do conhecimento tácito e codificado entre as empresas - ou seja, para que levem à criação de um "*common knowledge context*" (HOWELLS, 2000 *apud* DINIZ et al*.,* 2004, p.20) – requerem proximidade cognitiva e física.

É importante frisar que elas devem estar "imersas" em um ambiente local, que atue como facilitador e estimulador destas interdependências e como ligação entre um sistema de produção e uma cultura tecnológica particular. Assim, pode-se pensar o território localizado como um espaço socialmente construído, uma superfície ativa e aberta, que influencia e é influenciada pelas interações localizadas.

As justificativas para este fenômeno são várias, mas duas se destacam: o fato do processo competitivo atual implicar em uma revalorização do local, enquanto espaço privilegiado para o surgimento de inovações; e o fim do estado intervencionista keynesiano, implicando em um movimento em direção à descentralização de responsabilidades do estado no sentido da região e das localidades.

Segundo Sachs (2002), é no plano local que se buscam soluções para os conflitos, se negociam compromissos e se constroem, na medida do possível, sinergias. É também aí que surgem iniciativas e inovações com horizontes temporais que transcendem o imediato, que nascem os arranjos produtivos locais e se iniciam os encadeamentos a jusante e a montante das atividades exercidas. Depreende-se disso, a importância de pensar o desenvolvimento em termos territoriais, amarrando horizontalmente, por assim dizer, todas as suas dimensões

verticais, que nos remetem às cadeias produtivas e a outros territórios.

A literatura sobre políticas de desenvolvimento de arranjos produtivos locais vem apresentando um crescente consenso acerca de um ponto específico, qual seja, a não existência de uma única política a ser aplicada em todos os clusters existentes. Dadas as peculiaridades de cada arranjo, políticas de desenvolvimento devem ser moldadas para cada caso.

Os arranjos produtivos locais são agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, que apresentam vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem. Apesar dos diversos conceitos sobre APLs, é consenso entre quase todos que são fundamentais as políticas que estimulem o desenvolvimento local, de maneira sustentada e de longo prazo; isso faz com que os arranjos interajam com o mercado, proporcionando ganhos em escala, inclusão social, melhor distribuição de renda e qualidade de vida, levando sempre em consideração as especificidades locais e regionais; essa política também leva à preservação do meio ambiente como fonte de vida e matéria-prima sustentada para o setor moveleiro.

A definição de um conceito só é precisa, quando se descreve as condições em que é possível usá-lo de forma eficaz. De acordo com a literatura, o conceito de APL se afasta das características de um cluster, pois estes apresentam maior proximidade, que proporciona maior ênfase nos processos de cooperação e externalidades estáticas.

Ao contrário, o APL se dá em caráter mais dinâmico, não delineado por uma fronteira geográfica, que leva em consideração a necessidade da participação e/ou influências de diversos atores, no processo de desenvolvimento sustentável de um APL. Sendo assim, pode-se definir um Arranjo Produtivo Local como um

conjunto de empresas, principalmente micro e pequenas empresas não interligadas horizontal e/ou verticalmente.

Estas empresas, localizadas em um mesmo território, apresentam algum tipo de relação interfirmas, com especialização produtiva, fornecedores de insumos e equipamentos, prestadores de serviços, clientes etc., além de associações e sindicatos de representação e de outras instituições público-privadas fornecedores de recursos humanos, pesquisas, treinamentos de mão de obra especializada e promoção de financiamentos para o APL.

O arranjo produtivo local pode ser muito importante na implantação de políticas de planejamento e desenvolvimento sustentável em países menos desenvolvidos, visto que esse tipo de política se adapta muito bem às particularidades do ambiente locacional, gerando as sinergias capazes de galgar novos patamares de competição e inovação, culminando com maiores ganhos socioeconômicos, tecnológicos, ambientais, entre outros.

A caracterização dos APLs envolve um referencial de análise mais amplo, no sentido em que inclui aspectos relativos aos elementos institucionais e históricos que integram sistemas territoriais. A região é percebida como um espaço cognitivo, onde valores comuns e outros ativos intangíveis contribuem para o sucesso dos processos de aprendizado interativo e tendem a minimizar os custos de transação entre firmas (SEBRAE, 2003).

Em relação à indústria moveleira, esta sintetiza-se pela reunião de diversos processos produtivos, envolvendo diferentes tipos de matérias-primas e uma diversidade de produtos finais. Pode ser segmentada de acordo com os materiais/insumos que são utilizados, como por exemplo, móveis de madeira, metal, estofados e outros, ou de acordo com o seu uso ou finalidade, ou seja, móveis para sala, cozinha, banheiro, escritório, entre outros

(GORINI, 2000).

O setor caracteriza-se mundialmente pela predominância de pequenas e médias empresas que atuam em um mercado muito segmentado. O setor é intensivo em mão de obra e geralmente apresenta baixo valor agregado, ou seja, valor por trabalhador em comparação com outros setores.

A demanda por móveis varia positivamente de acordo com a renda da população, mas existem outros fatores que influenciam a demanda por móveis como, por exemplo, as mudanças no estilo de vida da população, aspectos culturais entre outros.

O processo produtivo geralmente não é um processo contínuo, fazendo com o que a modernização muitas vezes ocorra em determinadas etapas da produção, ou seja, em uma mesma indústria é possível encontrar algumas seções com processos modernos e outras com processos obsoletos.

A indústria de móveis evoluiu bastante, principalmente através da introdução de novos equipamentos e o emprego de novas técnicas de gestão empresarial. Estes dois fatores, aliados ao uso de novos materiais, vêm contribuindo para o aumento da produtividade da indústria moveleira no mercado mundial.

## Estratégia e desenvolvimento sustentável da Amazônia

A Amazônia reveste-se de particularidades. Espera-se em perspectiva local, nacional e mundial que o ideário do desenvolvimento sustentável – um desenvolvimento moderno por se fazer, aliando eficiência econômica com equidade social e trato cuidadoso da base natural (ALIER, 1994; SACHS, 1993) – venha a orientar as políticas públicas para a região.

Destaca-se, contudo, como obstáculo a isso, um ambiente institucional conservador, cujas abordagens das possibilidades de desenvolvimento da região atribuem a agentes e setores preestabelecidos uma primazia quase natural nos processos inovativos. Assim, a empresa e o empresário, portador das atitudes tradicionais do industrialismo capitalista, são o foco da compreensão e da ação. O resultado tem sido uma dinâmica que aguça os riscos ambientais e aprofunda as mazelas sociais (COSTA, 2005).

Espera-se a oportunidade de mudanças importantes no quadro organizacional que possam, de fato, constituir fundamentos para uma intervenção do aparato de estado, compatível com as exigências de um desenvolvimento moderno, posto que, corroborando com a consolidação de uma sociedade aberta, democrática, capaz de usar de modo sustentável, seus recursos naturais e de garantir vida digna às suas populações. O diferencial está no fato de que passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais, e não mais pelo planejamento centralizado; ou seja, amplia-se a base de decisões autônomas por parte dos atores locais.

Nesse sentido, expõe Amaral Filho (2001):

> O conceito de desenvolvimento regional endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões, e conseqüentemente a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região. (AMARAL FILHO, 2001, p. 262).

A complexidade desse conceito reside no fato de agrupar as principais contribuições das teorias econômicas, que colaboraram para o debate do desenvolvimento regional no último século. Das contribuições da grande teoria do desenvolvimento e da teoria do desenvolvimento dualista, a teoria do crescimento endógeno reteve os mecanismos de acumulação e crescimento nas economias de mercado. Da teoria da dependência uma visão sistêmica ou estruturalista, isto é, a necessidade de inter-relacionar tanto as dimensões econômica, política e social. Por fim, da teoria do território, a capacidade de agenciamento dos agentes locais no processo de mudança estrutural. (BARQUEIRO, 2001).

Para tanto, é necessário que novas abordagens e mecanismos de gestão pública para o desenvolvimento possam preencher as novas organizações. Os atuais avanços na discussão do desenvolvimento (endógeno) fornecem novos conceitos, os quais, deslocando a centralidade do agente individual – empresa ou empresário – nos processos de desenvolvimento, para as redes e aglomerados, permitem redefinir o objeto da (inter) ação pública para o desenvolvimento. Portanto, é função do Estado, na Amazônia, atuar no sentido de anular o hiato de tempo existente entre formas modernas de uso dos recursos naturais da região e as necessidades cotidianas de suas populações.

É possível e necessário tornar o Estado, na Amazônia, permeável à pluralidade de forças que expressam a diversidade social e cultural da Região, dotando-o de mecanismos que o façam eficiente como indutor de desenvolvimento pela correção das desigualdades econômico-sociais.

Os Arranjos Produtivos Locais são como aglomerados de empresas, localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governos, associações empresariais, instituições

de crédito, ensino e pesquisa. Nesse tipo de território, uma agenda de ações focada no desenvolvimento local e em especial o setor moveleiro inserido nesse contexto, deverá ter como objetivo principal o incremento da competitividade do APL. Trata-se de implementar ações que busquem facilitar a cooperação entre as empresas e ampliar sua capacidade de inovação e de agregação de valor aos produtos.

A união dos diferentes atores locais em torno do objetivo do desenvolvimento (papel das universidades, sindicatos, prefeitura, empresários, agencias de fomento, secretarias de governo) são relevantes para explicar o desenvolvimento do setor moveleiro (inovações: novos design, novas maneiras de embalar o produto para facilitar o transporte e permitir a exportação, por exemplo).

As universidades exercem o papel de fornecer estudos e alternativas que visem o desenvolvimento da indústria moveleira, buscando soluções para os problemas que enfrentam o setor, contribuindo com cursos de capacitação para implementação e agregação de valor ao produto final. O sindicato local influencia apresentando as demandas e carências do setor para alavancar o desenvolvimento local. O apoio do estado e prefeitura é fundamental com políticas públicas que impulsionem o processo de crescimento do setor moveleiro, seja através de incentivos fiscais, como também através de parcerias e compras de governo que beneficiem e deem preferência de aquisição de produtos madeireiros produzidos no Estado.

Considerando os APLs como os “centros dinâmicos” do desenvolvimento local, podemos imaginar um processo continuado, que começa na mobilização dos territórios para o desenvolvimento, através da construção de redes de atores locais, visando à criação de ambientes favoráveis, até a constituição de redes de empresas, que resultará na elevação dos níveis de

adensamento empresarial, de especialização produtiva e de dinamismo econômico e social dos territórios.

Em resumo, há um ambiente institucional conservador na perspectiva de um desenvolvimento com maior esperança de sustentabilidade. A institucionalidade é tradicional, porque assentada sobre uma razão técnica incapaz, por viés de visão de mundo, ou por insuficiência da forma de conhecer, de lidar conceitual e operacionalmente com o "valor" da diversidade (cultural e ambiental) para um desenvolvimento duradouro na região, desaparelhada tanto para tratar com os agentes capazes de gerir diversidade como, também, para lidar com as manifestações e resultados locais dessas habilidades.

## Conclusões parciais

O objetivo deste capítulo foi discorrer sobre as diversas teorias de desenvolvimento regional, segundo os principais teóricos participantes deste processo, que contribuíram para estudar os fatores internos à região, capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para o setor moveleiro, através do desenvolvimento regional endógeno.

Observou-se que o desenvolvimento regional ou local depende da conciliação das políticas, que impulsionaram o crescimento, com os objetivos locais. A organização da sociedade local pode transformar o crescimento advindo dos desígnios centrais em efeitos positivos, ou melhor, em desenvolvimento para a região.

A solução dos problemas regionais e, por conseguinte as melhorias da qualidade de vida demandam o fortalecimento da

sociedade e das instituições locais, pois são estas que transformarão o impulso externo de crescimento em desenvolvimento.

A teoria econômica regional experimentou, nos últimos anos, profundas transformações, em virtude da reestruturação produtiva e espacial, assim como da emergência de novos paradigmas teóricos que encontram nas fontes internas da região (história, antecipações e ações dos agentes locais) as principais causas do desenvolvimento.

As correntes ganharam importante reforço dos novos clássicos, preocupados em incluir na função de produção neoclássica novos fatores de produção, de forma que função explicasse com mais realismo as flutuações e o crescimento.

O desenvolvimento endógeno sustentável, identificando a atividade local do setor moveleiro, por meio da geração de renda, mobilizaria os setores locais com a renda gerada e apropriada pelo "produtor", sendo consumida na sua própria localidade, isso gera economias locais, estimula o entorno da região, incentivando a diversificação e alternativas internas para o território.

Em termos gerais, a teoria do desenvolvimento focaliza a questão regional apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para sua correção. Dentro deste princípio, seja os arranjos produtivos locais e mais especificamente a indústria de móveis do Município de Boa Vista, o qual está focalizado este estudo, estes têm um impacto no desenvolvimento econômico e social das regiões onde conseguem se expandir com plenitude, a partir das vantagens locacionais produtivas.

As mudanças culturais da sociedade, que geram exigências de um mercado globalizado, determinam a necessidade de

adaptação dos territórios à uma nova lógica de produção para a sua competitividade sistêmica e desenvolvimento sustentável.

A atual realidade socioeconômica do Município de Boa Vista revela a necessidade de alterar as condições de concentração de conhecimento, poder e riquezas; de promover mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas, ampliando a esfera pública para a transformação socialmente mais justa das relações entre o Estado, o Mercado e Sociedade.

Para que essas mudanças sejam de fato implementadas, a identificação, mobilização e aproveitamento de recursos endógenos existentes nas localidades (demais municípios do Estado) devem ser concomitantes à atração, à negociação e à captação de recursos exógenos, como forma de potencializar a mobilização para o desenvolvimento das aglomerações produtivas competitivas no Estado.

É dado que as liberdades instrumentais de Sen[1] são reflexos do espaço onde ocorre a ação, onde se devem observar os mais diferentes atributos das regiões, uma vez que estes servem como molas propulsoras ou empecilhos para o desenvolvimento.

A busca de características singulares que diferenciem o local onde se desdobram as diferentes facetas da vida societária, inserido num universo em crescente globalização, constitui-se a centralidade da temática do "desenvolvimento local".

Não há como promover o desenvolvimento sem estimular o protagonismo local. Isso implica, em alguns casos, em alterar as condições que possibilitaram a concentração do conhecimento, do poder e da riqueza.

[1] Amarthya Sen é economista indiano, laureado com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel em 1998, pelos seus contributos para a teoria da decisão social, e do "Welfare State".

A construção participativa busca construir modelos nos quais a comunidade local possa se envolver direta e coletivamente na solução do problema, embora com alguma forma de centralização que coordena esforços locais. A ideia é que, autorizando os cidadãos, em condições mais iguais, é um bem intrínseco, e um meio de assegurar uma distribuição mais justa das decisões, sendo também uma estratégia importante por alcançar soluções mais efetivas a problemas coletivos. Assim, nutrindo uma maior igualdade de poder, se está construindo uma sociedade mais democrática, e uma democracia mais deliberativa.

A teoria do crescimento endógeno para análise do setor moveleiro do Município de Boa Vista, destaca-se por apresentar um arranjo produtivo local em fase de crescimento, que não possui ainda uma cadeia produtiva completa, e que, de certa forma, pode estimular outros empresários boavistenses a entrarem no setor e atrair outras empresas que complementem essa cadeia produtiva, as chamadas "forças locais" e que explica melhor o desenvolvimento do Município de Boa Vista.

Os arranjos produtivos locais não constituem por si, objetivos das políticas, mas meios ou instrumentos para se construir o desenvolvimento em sentido amplo, propiciando formas de dar maior dinamismo econômico, sustentabilidade a pequenos empreendimentos, ambiente propício à inovação e sistemas de governança social e politicamente sustentáveis (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

A atração de setores estratégicos, que impulsionem a cadeia produtiva, fornecendo tecnologia de ponta e softwares voltados para o segmento, bem como de estratégias que fomentem a demanda, pois a produção moveleira tem que ser realizada e a demanda têm que existir, internamente ou externamente, são formas de impulsionar o crescimento endógeno do setor moveleiro

e, para isso, a presença do Estado se faz de forma fundamental nesse processo.

No Estado de Roraima, o atual governo, assim como outras entidades como a Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/RR), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-RR), o Banco da Amazônia (BASA), entre outras instituições, vêm desempenhando políticas voltadas ao apoio do setor moveleiro em questão, através do estabelecimento de parcerias, incentivos fiscais, realização de oficinas de capacitação, além da concessão de lotes para empresas que tenham interesse em se instalar no Distrito Industrial do Estado.

Essas atuações, com foco local, tendem a se expandir e a minimizar os problemas regionais de baixo dinamismo e atraso tecnológico. Daí a importância de se analisar as instituições presentes, seja no setor moveleiro, seja nos arranjos produtivos locais do Município de Boa Vista. A localização do setor é privilegiada em função da base florestal existente na região, dos canais de exportação, tanto para outros Estados como para outros países, a exemplo da Guiana Inglesa e Venezuela, além da proximidade com a matéria-prima principal.

# CAPÍTULO 3

A cadeia produtiva do setor moveleiro

# A CADEIA PRODUTIVA DA INDÚSTRIA MOVELEIRA

A indústria moveleira brasileira e mundial passou por intensa transformação ao longo das duas últimas décadas. Da indústria tradicional, semi-artesanal, regional e intensiva em mão de obra, ela se insere de forma rápida e intensa na competição global, quase ao mesmo tempo em que implanta a produção em massa.

Essas empresas localizam-se, em sua maioria, na região centro-sul do país, constituindo, em alguns Estados, polos moveleiros, a exemplo de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul; São Bento do Sul, em Santa Catarina; Arapongas no Paraná; Mirassol, Votuporanga e São Paulo, em São Paulo; Ubá em Minas Gerais, Linhares no Espírito Santo.

Dessa forma, este capítulo tem por objetivo fazer uma breve caracterização do setor moveleiro, evidenciando de forma simplificada a cadeia produtiva do setor; a indústria moveleira no Brasil e no mundo, citando alguns dos principais polos moveleiros e os fatores de competitividade para o incremento do setor.

## Características gerais da indústria moveleira

Segundo Campanhola (2008), a indústria moveleira se caracteriza pelo expressivo número de micro e pequenas empresas, com predomínio de empresas de capital nacional, o setor se apresenta com elevado grau de verticalização.

Caracteriza-se pela reunião de diversos processos de produção, envolvendo diferentes matérias-primas e uma diversidade de produtos finais que pode ser segmentada,

principalmente, em função dos materiais com que os móveis são confeccionados, como a madeira, o metal e outros; assim como, de acordo com os usos a que são destinados em especial, móveis para residência e para escritório. Devido a aspectos técnicos e mercadológicos, as empresas, em geral, são especializadas em um ou dois tipos de móveis, como, por exemplo, de cozinha e banheiro, estofados, entre outros.

A indústria Moveleira é um setor de desenvolvimento industrial tardio que, somente a partir dos anos 60 a produção em larga escala de móveis padronizados se generalizou no setor (SCT/RS, 1991). A produção de móveis em escala industrial é puxada pelo aumento de consumo, pelo surgimento de um mercado para móveis padronizados (de desenho mais simples, retilíneos e modulados) e a adoção de matérias-primas mais baratas e produzidas industrialmente, sobretudo chapas de madeira processada.

A busca da adequação da produção de móveis ao poder aquisitivo do consumidor, o conceito de mercado estratificado em nichos por faixa etária, sexo e estilos de vida, são noções que começaram a ser introduzidas no setor no final dos anos 60, mas que só nos anos 80 se difundem amplamente. Além desse fato, cabe enumerar algumas características da indústria moveleira mundial.

Em primeiro lugar, trata-se de uma indústria de baixa intensidade tecnológica[2], ou seja, a tecnologia de ponta para a produção de móveis está disponível no mercado a qualquer empresa que dispuser de recursos para sua aquisição. Isto faz com

[2] A indústria moveleira está em último lugar no ranking setorial de intensidade tecnológica na indústria, elaborada pela OCDE (1999, p. 06), o qual engloba 22 setores industriais e os divide em quatro categorias de intensidade tecnológica: alta, média-alta, média e baixa.

que o diferencial competitivo das empresas esteja menos na tecnologia de produção, concentrando-se no *design,* nas estratégias de comercialização e no investimento em *marketing*.

No que tange às suas características estruturais, a indústria moveleira no mundo inteiro sempre foi e continua sendo composta predominantemente de pequenos estabelecimentos localizados em aglomerações locais.

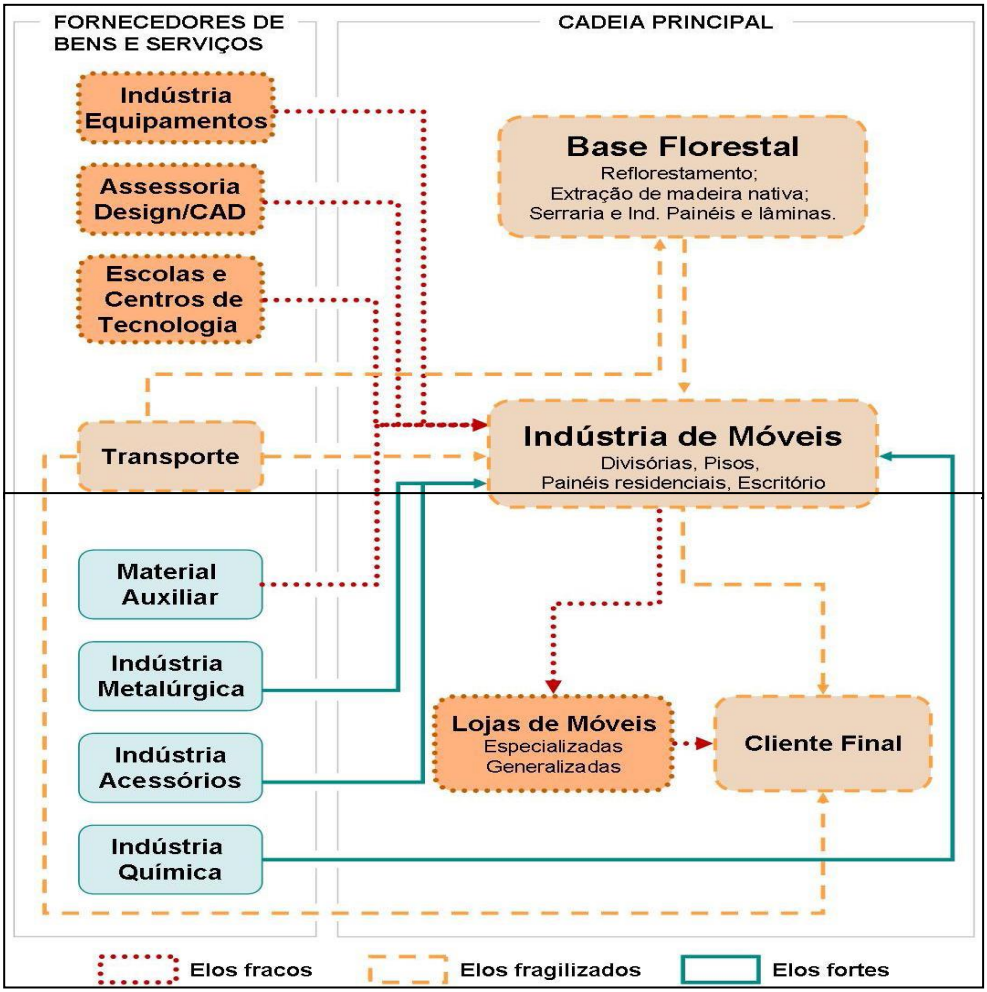
Tomando a indústria moveleira como uma cadeia produtiva, observamos que esta se inicia na produção de madeira nas florestas e termina na casa do consumidor final. No coração desta cadeia está à produção de móveis, que depende crescentemente de insumos fornecidos por outros setores industriais (plástico, metal, vidro, química e têxtil).

Nota-se que o fator competitividade não depende apenas das ações internas desempenhadas pela empresa em si, mas, também, da forma como ela se relaciona com as demais empresas e instituições atuantes na sua cadeia produtiva e na sua região de abrangência. Assim, é importante compreender o conceito de cadeia produtiva.

Pode-se entender uma cadeia produtiva como o conjunto de transações comerciais e não-comerciais, entre empresas e instituições, com o fim de disponibilizar ao consumidor final um produto ou um serviço completo e finalizado.

Conforme a figura 1, é possível apresentar um exemplo de ilustrado da cadeia produtiva de móveis, no qual observa-se todos os elos diretos e indiretos necessários ao processo de produção final de um móvel e de sua oferta ao consumidor estão representados.

**Figura 1 - Cadeia produtiva simplificada da indústria moveleira**




Fonte: GEREMIA (2008). Baseada em PIRES (2001).

A figura 1 mostra a cadeia produtiva da indústria moveleira, onde é possível visualizar a cadeia principal, composta da base florestal de onde se extrai a principal matéria-prima utilizada na fabricação dos móveis, mas que para tanto, necessita de outros insumos que são advindos dos fornecedores de bens e serviços e que complementam a cadeia produtiva da indústria moveleira.

Dessa forma, para a fabricação dos móveis, é necessária a participação da indústria de equipamentos, para aquisição dos maquinários; bem como de mão de obra qualificada oriunda das escolas e dos centros de tecnologia, além de uma assessoria em design, que na figura são considerados elos fracos.

Considera-se como elo forte, a indústria metalúrgica, a indústria de acessórios e a indústria química, responsáveis por complementar a indústria moveleira para a fabricação do produto final, que por último vai para as lojas de móveis e que chegam ao cliente final.

Na figura, podem-se identificar os principais elos que tipicamente fazem parte de uma cadeia produtiva como: produção de matérias-primas e insumos; beneficiamento de matérias-primas e insumos; produção ou operação; comercialização; serviços de apoio; apoio de transporte; e apoio tecnológico.

Em cada um dos elos apresentados, existe uma série de empresas e instituições de grande, médio e pequeno porte, executando suas atividades. As empresas são agrupadas pela função que exercem na cadeia produtiva. Assim, o crescimento e a sofisticação da indústria moveleira têm levado o setor a buscar parcerias com seus fornecedores, com o objetivo de desenvolver insumos específicos e diferenciados para a produção de móveis. Neste sentido, entrou na pauta das políticas industriais para o setor a criação de estruturas de governança que envolva todos os componentes da cadeia moveleira (ROESE, 2003).

Não obstante, a progressiva terceirização de etapas da produção moveleira somente será possível a partir da normatização técnica[3], o que vem constituindo um processo lento, dificultado, inclusive, pela grande informalidade do setor. Entre os efeitos positivos do incremento da normatização, caberia destacar um maior entrosamento entre os produtores, tanto de móveis quanto de partes e componentes para móveis.

Segundo Gorini (1998), a preocupação com a cadeia industrial, incluindo desde os fornecedores de matéria-prima, passando pelos processadores intermediários, até o fabricante final do móvel, revela ainda um potencial inexplorado pelo Brasil, que poderá ter impactos positivos na competitividade das exportações no país.

Se considerarmos, a cadeia industrial de produtos sólidos de madeira, o potencial de ganhos revela-se muito grande para um pequeno volume de investimento relativo, possibilitando o uso múltiplo de florestas já plantadas.

Devido às crescentes restrições de caráter ambiental ao uso de madeiras de lei, tem aumentado muito a importância, no comércio internacional, das madeiras de reflorestamento como o pínus e o eucalipto. Pode-se mesmo dizer que o futuro da indústria de móveis reside no uso crescente dessas madeiras, ou seja, a

[3] É um documento estabelecido por consenso e aprovado por um organismo reconhecido. Fornece regras, diretrizes ou características para atividades, ou para seus resultados, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto. Atualmente a *International Organization for Standardization* (ISO) é a organização não governamental internacional responsável pela regulamentação das normas. No Brasil o órgão responsável é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida pelo governo como único fórum nacional de normalização, responsável pelo fornecimento da base normativa necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro.

antiga vantagem comparativa representada pelas florestas naturais torna-se cada vez mais ineficaz num mundo extremamente preocupado com questões de meio ambiente.

Em nível internacional, grande parcela da indústria moveleira mundial dedica-se a produzir commodities, ou seja, produtos padronizados em que a concorrência se dá via preços. O principal segmento exportador da indústria brasileira já se aproxima desse modelo: móveis padronizados de pínus, apesar de a produção ser ainda altamente verticalizada, desde as etapas iniciais do processamento da madeira.

Dessa forma, o Brasil desfruta de uma fonte importante de competitividade representada pelo baixo custo da sua madeira de reflorestamento, que, todavia, ainda não é utilizada em seu potencial pleno, uma vez que a maior parte das florestas plantadas são manejadas visando exclusivamente à produção de fibra de celulose ou outras aplicações exclusivas.

Os móveis de madeira[4] detêm expressiva parcela do valor total da produção do setor. São ainda segmentados em dois tipos: retilíneos, que são lisos, com desenho simples de linhas retas e cuja matéria-prima principal constitui-se de aglomerados e painéis de compensados[5] e torneados, que reúnem detalhes mais sofisticados de acabamento, misturando formas retas e curvilíneas e cuja principal matéria-prima é a madeira maciça, podendo também incluir painéis de Medium-Density Fiberboard (MDF),

[4] É um segmento da Indústria Moveleira (que abrange também a indústria de móveis de metal, plástico e outros).

[5] O painel aglomerado é formado a partir da redução da madeira em partículas que são depois impregnadas com resina sintética para formar um colchão que, pela ação controlada de calor, pressão e umidade, transforma-se no painel; já o painel de compensado é um produto obtido pela colagem de lâminas de madeira sobrepostas.

passíveis de serem usinados[6].

A indústria, que se caracteriza pela predominância de pequenas e médias empresas atua em um mercado muito segmentado. Ainda é intensivo em mão de obra e apresenta baixo valor adicionado (por unidade de mão de obra) em comparação com outros setores. A demanda por móveis, muito segmentada, varia positivamente com o nível de renda da população e o comportamento de alguns setores da economia, particularmente a construção civil.

Segundo Gorini (1998), a elevada elasticidade-renda da demanda torna o setor muito sensível às variações conjunturais da economia, sendo um dos primeiros a sofrer os efeitos de uma recessão. O gasto com móveis em geral situa-se na faixa de 1% a 2% da renda disponível das famílias (depois dos impostos). Outros fatores que influenciam a demanda por móveis são as mudanças no estilo de vida da população, os aspectos culturais, o ciclo de reposição, o investimento em marketing (em geral muito baixo nessa indústria), entre outros.

Demais fatores de competitividade da indústria moveleira relacionam-se com novas matérias-primas, design, especialização da produção, estratégias comerciais e de distribuição, entre outros. A dinâmica das inovações baseia-se, principalmente, naquelas que se referem ao produto, através do aprimoramento do design e da utilização de novos materiais. A qualidade do produto final é julgada de acordo com as seguintes variáveis principais: material, design e durabilidade, entre outras.

Dessa forma, a introdução de novas matérias-primas além das tradicionais madeiras nobres, cuja comercialização, devido a

[6] O painel de MDF é produzido a partir de fibras de madeira, aglutinadas com resinas sintéticas através de temperatura e pressão, possuindo consistência similar à da madeira maciça.

preocupações ambientais, encontra-se hoje restrita, também vem influenciando tanto o processo produtivo como o mercado consumidor. Entre as novas matérias-primas, destacam-se o Medium-Density Fiberboard (MDF), diversos materiais para revestimento e novas madeiras reflorestáveis, como o eucalipto, que vem sendo introduzido na indústria moveleira em algumas regiões do Brasil.

Ainda, segundo Gorini (1998), devido à extinção de espécies e às restrições ambientais, novas madeiras começam a penetrar no mercado mundial. Cabe destacar o pínus, que substitui a araucária no Brasil, devendo-se mencionar, o eucalipto, que já é utilizado em países como Nova Zelândia, Austrália, Chile, entre outros, para a confecção de móveis.

Além disso, os progressos adquiridos nas técnicas de acabamento permitem fazer com o pínus, móveis com ótima apresentação. A variedade de matérias-primas trouxe consigo outra tendência: a de misturar diferentes materiais na confecção do móvel, prática que, em geral, barateia o custo final, mantendo o mesmo patamar de qualidade.

Como exemplo disso, é mais recomendável utilizar o MDF nas partes frontais do móvel, que requerem design mais trabalhado e, portanto, maior usinagem, enquanto para os fundos usa-se a chapa dura e para as prateleiras e laterais o aglomerado. Assim, os diversos tipos de materiais são complementares uns aos outros, e não concorrentes entre si. O sofisticado design do móvel italiano, em geral, mistura metais, madeira, vidro, pedra, couro, entre outros materiais.

Todas as transformações acima tiveram grande influência sobre o mercado consumidor, colaborando para a sua expansão. A massificação do consumo ocorreu em muitos segmentos da indústria moveleira, especialmente no de móveis lineares

(retilíneos), confeccionados a partir de painéis de madeira reconstituída. Nesses segmentos, o ciclo de reposição de móveis, por parte dos usuários, sofreu forte redução, principalmente nos países desenvolvidos, aumentando o dinamismo da indústria, ou seja, aos poucos os móveis vêm perdendo a característica de bens duráveis de longa duração.

Por outro lado, o novo estilo de vida da sociedade moderna, passou a priorizar maior funcionalidade e conforto, e introduziu novos conceitos ao projeto do produto. Parcela crescente dos móveis comercializados passou a ser projetada de forma que qualquer cidadão não tenha dificuldades na montagem - *ready to assemble e do it yourself*[7], eliminando a figura do montador e, com isso, barateando o produto. Além disso, esse tipo de móvel, ao baratear também o frete, obtém uma grande vantagem no comércio internacional.

## A indústria moveleira no Brasil

Em sua origem, a produção de móveis era artesanal, de madeira maciça, e sua qualidade dependia da habilidade e da criatividade dos artesãos. Esse ofício era transmitido pelos artesãos aos seus aprendizes, que após dominarem a habilidade passavam a produzir por conta própria.

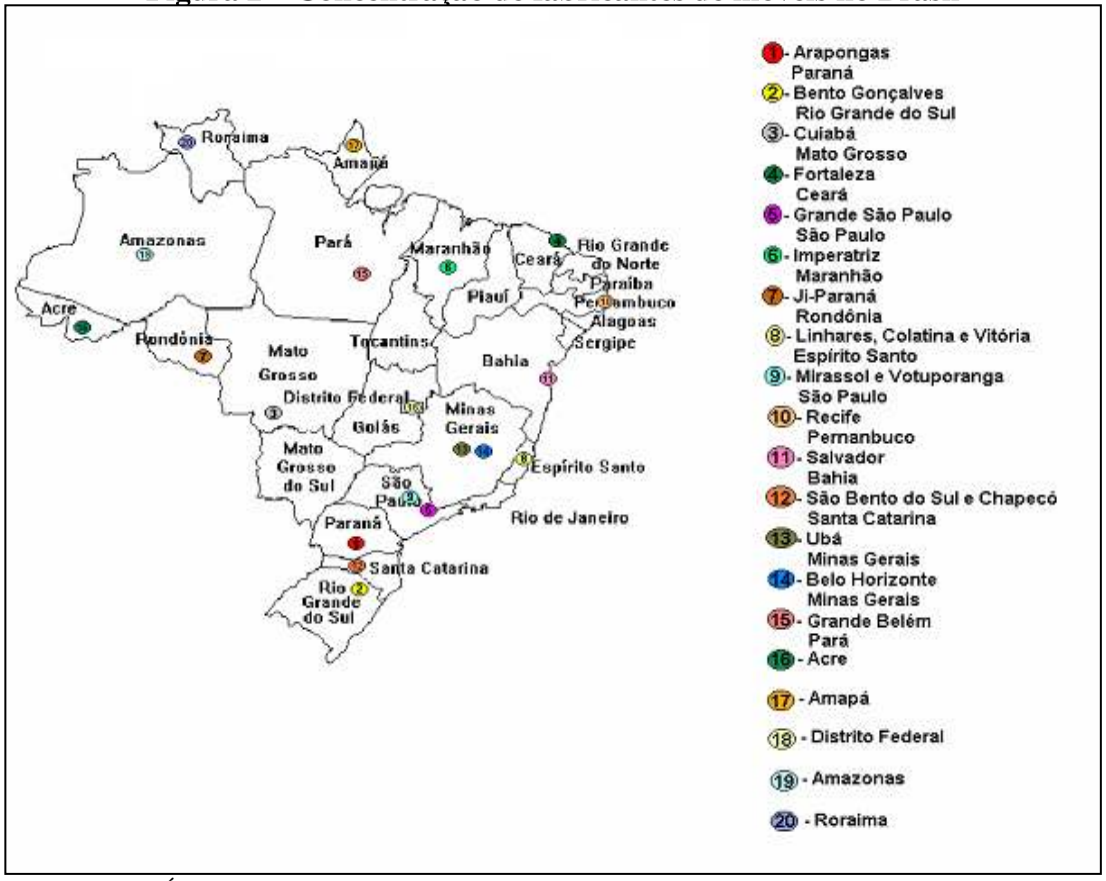
[7] O conceito *do it yourself* começou a aparecer nos Estados Unidos na década de 50, período em que os empresários identificaram o segmento feminino como um novo nicho de mercado para os materiais de construção e começaram a modificar os produtos para adaptá-los a esse público. Dessa forma, nasceram materiais e equipamentos de fácil aplicação, com embalagens atrativas e auto-explicativas. Com essas mudanças, começou-se a perceber o tamanho desse segmento e suas possibilidades de crescimento.

A produção de móveis, devido à especificidade das tarefas envolvidas, reserva a característica de ser intensiva em trabalho manual, sendo que o maquinário utilizado necessita ser adaptado. Segundo Marion Filho (1997), essa característica explica, em tempos atuais, o volume de pequenas empresas na indústria moveleira. As características atuais da indústria moveleira no Brasil são semelhantes ao padrão mundial quanto à participação no valor adicionado, além da utilização intensiva da mão de obra e fragmentação. Entretanto, quanto à organização da produção, ela diverge da característica internacional em função da maior verticalização.

No Brasil, a indústria de móveis apresenta produção geograficamente dispersa por todo território nacional. Essa indústria despontou na década de 1950, primeiramente em três polos localizados na cidade de São Paulo e em seus municípios vizinhos. Nas décadas seguintes surgiram outros polos no Rio Grande do Sul, nos anos 1960, e Santa Catarina, na década de 1970. A figura 2 apresenta a localização dos fabricantes de móveis no país.

Com uma estrutura fragmentada, a indústria brasileira de móveis é formada por aproximadamente 16.112 empresas, sendo 75% micro, 21% pequenas, 2,3% médias e 1,7% formada por grandes empresas que geram mais de 195.000 empregos, em sua maioria de capital nacional, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (ABIMOVEL) (2005). No entanto, o número total de empresas produtoras de móveis, incluindo as informais, deve chegar a 50.000 empresas (COUTINHO *et al.*, 2002).

**Figura 2 – Concentração de fabricantes de móveis no Brasil**




Fonte: ABIMÓVEL (2005).

A maior concentração de empresas produtoras de móveis no país encontra-se na região Centro-Sul, que responde por 90% da produção nacional e 70% da mão de obra do setor, presentes em alguns estados (RS; SC; SP; PR; MG; ES).

Entre os estados produtores de móveis, São Paulo se destaca por concentrar aproximadamente 80% da produção nacional, com predominância na produção de móveis de escritório, correspondendo a cerca de 40% do faturamento do setor moveleiro. A indústria de móveis paulista tem sua produção voltada para o mercado popular. Originou-se no começo do século passado, na cidade de São Paulo e em seus municípios limítrofes – Santo André, São Caetano e São Bernardo – com o surgimento de pequenas marcenarias de artesãos italianos, impulsionado pelo grande aumento do fluxo imigratório.

O segundo principal Estado produtor de móveis é o Rio Grande do Sul, que, em média, representa 20% do valor da produção nacional, comercializada predominantemente no mercado doméstico. Em terceiro lugar, destaca-se o Estado de Santa Catarina, que se dedica à produção de móveis residenciais, sendo que o polo situado em São Bento do Sul, é responsável por aproximadamente 50% das exportações brasileiras de móveis (COUTINHO *et al*., 2002).

No polo gaúcho, existem em média 4,1 mil fabricantes de móveis, sendo que 70% situam-se na região de Bento Gonçalves, localizada a 130 km da capital Porto Alegre. Responsável por 9% do volume de produção nacional, esse polo tem sua produção voltada principalmente para a fabricação de móveis retilíneos seriados (de madeira aglomerada, chapa dura e MDF), dedicados ao mercado interno, e também para a confecção de móveis de madeira reflorestada, em pínus, para a exportação.

A criação destes polos produtores de móveis implementados a partir de iniciativas empresariais, somadas aos estímulos governamentais, testemunha a capacidade empresarial de nossas "famílias" de empreendedores que, com estímulos apropriados, conseguiram rapidamente responder aos quesitos de capacitação produtiva e de adaptação à demanda interna (ABIMÓVEL, 2001).

Como em todo o mundo, a indústria brasileira de móveis apresenta alto grau de fragmentação e caracteriza-se principalmente pelo elevado número de empresas de pequeno porte (micro e pequenas), familiares, tradicionais e de capital majoritariamente nacional, com grande absorção de mão de obra. Segundo Coutinho *et al.* (2002), na indústria moveleira a maioria dos estabelecimentos tem até 20 empregados. Em contraste, existe um reduzido número de empresas de grande porte, tecnologicamente avançadas, que garantem vantagem competitiva pelo volume de produção e pela tecnologia empregada.

Na década de 1990, a indústria investiu fortemente na renovação do parque de máquinas, principalmente em equipamentos importados provenientes, em sua maior parte, da Itália e da Alemanha. Não obstante, as empresas mais modernas, em geral ligadas ao comércio internacional, são poucas, em meio a um universo muito grande de empresas desatualizadas tecnologicamente e com baixa produtividade. Além disso, como não há muitas empresas especializadas na produção de partes, componentes e produtos semi-acabados para móveis, a elevada verticalização da produção doméstica também aumenta os custos industriais.

Cabe destacar ainda a grande informalidade existente no país, especialmente no setor moveleiro, onde esta é marcante na medida em que são fracas as barreiras à entrada, seja pelo lado da tecnologia, seja pelo lado do investimento em alguns segmentos

dessa indústria. A informalidade gera ineficiências em toda a cadeia industrial, dificultando, por exemplo, a introdução de normas técnicas que atuariam na padronização dos móveis, assim como das suas partes e componentes intermediários.

A difusão de novas matérias-primas para a confecção do móvel, como as madeiras reflorestáveis, em que o país teria grandes vantagens competitivas pela dimensão das florestas plantadas, é dificultada pelos seguintes fatores:

a) Fácil acesso às florestas nativas;
b) Carência de fornecedores experientes no plantio especializado, assim como no processamento primário e secundário da madeira (essas últimas etapas exigem elevados investimentos na secagem e corte);
c) Baixos investimentos no projeto e no design moveleiro, gerando pequena demanda da indústria por novos materiais; e
d) Inexistente interação da indústria moveleira com o consumidor final, prejudicando a identificação de novas tendências de mercado.

Por exemplo, com relação ao eucalipto, são recentes os investimentos de empresas do setor de papel e celulose com foco na produção de matéria-prima (madeira serrada) para a indústria moveleira. Em que pesem as elevadas sinergias da produção destinada aos dois setores, os altos investimentos na secagem da madeira e a sua incipiente difusão na indústria moveleira nacional dificultam maiores investimentos nessa área.

Além disso, a concorrência com produtores “informais”, trabalhando em sua maior parte com serrarias obsoletas, gerando desperdícios no processamento da madeira em tora (entre 40% e 60%), também é um fator limitador de maiores investimentos no plantio e processamento da madeira reflorestável destinada ao setor moveleiro.

A difusão de novas matérias-primas na indústria certamente terá impactos positivos na qualidade do produto final e ainda no aumento da produtividade e na redução do preço ao consumidor. Além disso, o Brasil tem potencial para desenvolver importantes vantagens competitivas na área de produtos confeccionados a partir de madeira de reflorestamento: alternativa às restrições ambientais contra a exploração da madeira nativa, que tendem a aumentar no longo prazo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) classifica a indústria de móveis a partir das matérias-primas predominantes. As categorias básicas identificadas são: móveis de madeira (incluindo vime e junco), vindo em seguida os móveis de metal, enquanto o restante diz respeito aos móveis confeccionados em plástico e artefatos do mobiliário, reunindo colchoaria e persianas.

Por outro lado, a indústria de móveis pode ser segmentada por categoria de uso: residencial ou para escritório. A tabela 1 sintetiza as principais características do segmento de móveis de madeira para residência, as quais serão mais detalhadas em seguida. Em contraste com os móveis retilíneos, que são lisos, sem detalhes sofisticados de acabamento, com desenho simples de linhas retas, os móveis torneados apresentam muitos detalhes de acabamento, misturando formas retas e curvilíneas.

**Tabela 1 – Características do segmento de móveis de madeira para residência**

| TIPO DE MÓVEL | PRODUÇÃO | MATÉRIA-PRIMA PREDOMINANTE | PORTE DAS EMPRESAS | PRINCIPAL MERCADO CONSUMIDOR | GRAU DE TECNOLOGIA |
|---|---|---|---|---|---|
| **Torneado** | Seriada | Madeira de reflorestamento, especialmente serrado de pinus | Médias e grandes | Exportação | |
| | Sob encomenda | Madeiras de lei, em especial serrado de folhosas | Micro e Pequenas | Mercado nacional, em especial para as classes média e alta | Baixo, quase artesanal |
| **Retilíneo** | Seriada | Aglomerado | Médias e grandes | Mercado nacional, em especial para as classes média e baixa | Alto |
| | Sob encomenda | Compensado e aglomerado | Micro e Pequenas | Mercado nacional, em especial para as classes média e baixa | Médio |

Fonte: BNDES - Estudo da competitividade.

O segmento de móveis torneados pode ser dividido em dois subsegmentos, de acordo com as matérias-primas utilizadas:

a) Madeiras de lei, que é o mais defasado tecnologicamente, revelando um elevado grau de heterogeneidade tecnológica e cuja antiga vantagem competitiva representada pelas madeiras nativas parece ter perdido eficácia, num mundo cada vez mais preocupado com questões ambientais (empresas que outrora exportavam, atualmente destinam sua produção basicamente ao mercado interno); e

b) Madeiras de reflorestamento, que reúne a maior parte dos fabricantes de móveis torneados seriados, os quais destinam a maior parte de sua produção ao mercado externo (são empresas verticalizadas, que utilizam como principal matéria-prima a madeira da conífera pínus).

No segmento de móveis sob encomenda, cabe mencionar a presença de uma multiplicidade de micro e pequenas empresas, em geral marcenarias, cuja matéria-prima básica é a madeira compensada conjugada com madeiras nativas. Seus equipamentos e instalações são quase sempre deficientes e ultrapassados, gerando muitas imprecisões nas medidas, e o trabalho ainda é predominantemente artesanal. São empresas, em sua maioria, integradas, que detêm, inclusive, o processamento primário da madeira com que trabalham. Seu produto final destina-se predominantemente ao mercado doméstico.

No segmento de móveis seriados, principalmente os retilíneos, encontramos as empresas mais modernas, que produzem em grande escala utilizando redes atacadistas nacionais como distribuidores. Os móveis retilíneos seriados são lisos, sem

detalhes sofisticados de acabamento e com desenho simples de linhas retas. Cabe destacar, por exemplo, os móveis tradicionais para quarto e cozinha, que se destinam à parcela da população com menor poder aquisitivo.

Em contraste com os móveis torneados seriados, cujo processo de fabricação envolve inúmeras etapas como: secagem da madeira, processamento secundário, usinagem, acabamento, montagem e embalagem, onde o grau de especialização no segmento de móveis retilíneos seriados é muito maior. O processo produtivo é mais simplificado, envolvendo produção em grande escala e poucas etapas: corte dos painéis, usinagem e embalagem. As etapas de acabamento e montagem final foram eliminadas, os painéis de madeira aglomerada já são adquiridos com acabamento, e a montagem final do móvel é feita pelo varejista.

A nova tendência entre os consumidores de classe média são os móveis modulares, também classificados na categoria retilíneos seriados, mas produzidos em módulos adaptáveis a um determinado projeto. Esses móveis, cuja demanda vem crescendo muito no Brasil, reúnem qualidade e funcionalidade, a um custo reduzido: permitem que o cliente aproveite melhor o espaço físico disponível, adquirindo o produto em módulos pré-montados. O atendimento tende a ser personalizado, sendo que muitas vezes o consumidor também recebe orientação quanto ao melhor projeto.

## Principais polos moveleiros no Brasil

A indústria nacional de móveis localiza-se, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste, com cerca de 88% da produção doméstica proveniente dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais. Além disso, mais da

metade das exportações nacionais de móveis é oriunda de Santa Catarina.

Nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a produção concentra-se em torno de dois polos industriais: Bento Gonçalves e Flores da Cunha (Rio Grande do Sul) e São Bento do Sul (Santa Catarina), especializados na produção de móveis residenciais. O polo de Bento Gonçalves está voltado principalmente para a fabricação de móveis retilíneos seriados (de madeira aglomerada, chapa dura e MDF), enquanto o polo de São Bento do Sul é especializado em móveis torneados de madeira maciça, especialmente pínus.

Segundo Gorini (1998), o município de Bento Gonçalves - maior polo moveleiro do Rio Grande do Sul - representa 9% da produção nacional, destacando-se na produção de móveis populares, de madeira maciça e, especialmente, de aglomerados, destinados predominantemente ao mercado interno. Os móveis, especialmente de aglomerados, são destinados predominantemente ao mercado interno. Os móveis residenciais (principalmente de cozinha e dormitórios) e para escritório representam, respectivamente, 65% e 15% da produção local. O município é também um polo exportador de móveis confeccionados em pínus, mas a grande maioria das empresas destina sua produção para o mercado interno.

## Fatores de competitividade: matéria-prima, tecnologia, mão de obra e *design*

Matéria-Prima – a dinâmica da modernização tecnológica na indústria de móveis origina-se em grande parte das inovações de produto, através da utilização de novos materiais, como também

do aprimoramento do design. Atualmente, entre as matérias-primas mais utilizadas pelo setor moveleiro no Brasil, cabe destacar:

a) Madeiras maciças – o eucalipto ainda é pouco difundido - e várias madeiras de lei, como mogno, cerejeira, imbuia, cedro, cedrinho, virola e sucupira;

b) Compensados, chapas duras e painéis de madeira aglomerada – os painéis de MDF já são utilizados por expressivo número de empresas de grande e médio portes; e

c) Diversos revestimentos**:** lâmina de madeira, papéis, laminados plásticos, PVC, tintas e vernizes, tecidos, entre outros.

No que diz respeito às madeiras maciças, observa-se uma grande carência de fornecedores especializados no processamento (primário e secundário) da madeira serrada, destinada à indústria de móveis, sendo o fornecimento no Brasil bastante irregular e de baixa qualidade, com forte presença de pequenas serrarias, com máquinas obsoletas e grande desperdício de matéria-prima.

Isso é verdade tanto para madeiras nativas como para madeiras reflorestáveis: o pínus, com utilização já bem difundida no Sul do país e o eucalipto, vem sendo introduzido há pouco tempo na indústria moveleira nacional. Muitos fabricantes de móveis de pínus, inclusive, são integrados para trás, com o plantio da madeira, a fim de garantir o fornecimento e a qualidade da madeira consumida.

Em relação às florestas plantadas, o Brasil tem potencial para ser bastante competitivo, em função do baixo custo de sua madeira de reflorestamento. Esse é um mercado com excelentes

perspectivas, em vista das atuais restrições ambientais ao comércio internacional de madeiras nativas e ao elevado custo financeiro das florestas nativas brasileiras.

O baixo custo das madeiras de reflorestamento no Brasil relaciona-se, principalmente, aos seguintes fatores:

a) Clima adequado ao rápido crescimento das florestas plantadas - em geral, entre 12 e 14 anos, contra o período médio de corte de 50 anos nos climas temperados;
b) Tecnologia florestal dominada; e
c) Extensas áreas disponíveis.

Desse modo, o país desfruta de uma fonte importante de competitividade no mercado internacional representada pelo baixo custo de sua madeira de reflorestamento. Não obstante, há necessidade de melhorar o manejo florestal da madeira destinada ao setor moveleiro, uma vez que atualmente grande parte das florestas plantadas do Brasil é manejada visando exclusivamente à produção de fibra de celulose e a outros usos, como a produção de carvão vegetal para a siderurgia, que vem sendo progressivamente abandonada devido às crescentes restrições ambientais.

Os grandes fornecedores de madeira serrada pínus estão localizados principalmente no Paraná e em Santa Catarina. As maiores dificuldades encontradas pelas empresas moveleiras que adquirem a madeira serrada pínus de terceiros referem-se à sua baixa qualidade, como, a título de exemplificativo, identificam-se os seguintes pontos:

a) Alta incidência de nós;

b) Problemas relacionados com a secagem (teor de umidade e rachaduras);

c) Problemas relacionados com o desdobro (desbitolamentos). Tais deficiências são oriundas do manejo inadequado das florestas plantadas e da pulverização da produção em um grande número de pequenas serrarias, utilizando equipamentos obsoletos.

A utilização de MDF na indústria moveleira nacional vem crescendo rapidamente, principalmente nas grandes e médias empresas do setor. A introdução de MDF na fabricação de móveis retilíneos requer investimentos em novos equipamentos, mas elimina algumas etapas do processo produtivo anterior, envolvendo o aglomerado. Nas empresas que utilizam predominantemente painéis de madeira, o MDF foi introduzido para substituir detalhes até então feitos em madeira maciça. A estrutura produtiva dessas empresas não é facilmente adaptável à introdução do MDF.

Tecnologia – os fornecedores de equipamentos para a indústria de móveis são predominantemente nacionais para as linhas não-integradas. Não obstante, no que se refere aos equipamentos para as linhas integradas, a produção nacional de máquinas ainda não acompanha o nível tecnológico dos produzidos no exterior, especialmente na Itália e na Alemanha, no que diz respeito à precisão e à produtividade.

A maioria das médias e grandes empresas de São Bento do Sul e Bento Gonçalves possuem atualmente máquinas e equipamentos de última geração, dotados de controladores numéricos computadorizados (CNC).

Não obstante, cabe enfatizar a grande diversidade no grau

de atualização tecnológica das empresas moveleiras. Como se trata de manufatura, em que o produto final é a reunião puramente mecânica de partes, a modernização das plantas pode ser feita em determinada etapa do processo produtivo. Em decorrência, as várias etapas do processo produtivo revelam diferentes graus de atualização tecnológica, em que equipamentos mais antigos convivem ao lado de outros mais modernos e sofisticados.

O investimento, portanto, é divisível, permitindo que máquinas de diferentes gerações convivam lado a lado. Esta é uma característica mais acentuada nos segmentos de móveis torneados e para escritório, enquanto no segmento de móveis retilíneos a produção aproxima-se mais de um processo contínuo, o que exige a modernização conjunta de todas as etapas.

No segmento de móveis de pínus, por exemplo, cujo processo de fabricação envolve inúmeras etapas, incluindo a preparação da matéria-prima básica, ou seja, a secagem e o processamento da madeira, e a fabricação do móvel propriamente dita, o que abrange usinagem, acabamento, montagem e embalagem do produto final, podem ser identificados alguns gargalos, entre os quais cabe mencionar como principais as etapas de preparação da madeira e de acabamento do móvel.

Muitas empresas possuem inclusive plantios próprios de pínus, visando garantir o suprimento adequado de qualidade da sua matéria-prima. Ademais, os níveis de acabamento - processo fundamental na determinação da qualidade dos produtos - e usinagem são tecnologicamente inferiores aos apresentados pelos europeus, considerando empresas do mesmo porte.

Com relação aos móveis retilíneos, cuja matéria-prima básica são os painéis de madeira reconstituída (como o aglomerado e o MDF), os recentes melhoramentos nos revestimentos desses painéis (externos à indústria moveleira) contribuíram para o

aumento da qualidade do acabamento final do móvel retilíneo.

Formação de mão de obra – os principais centros destinados à formação de mão de obra e ao desenvolvimento tecnológico da indústria moveleira no Brasil estão localizados em alguns dos principais polos moveleiros, todos geridos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), destacadamente:

a) Fundação de Ensino, Tecnologia e Pesquisa (FETEP), de São Bento do Sul (Santa Catarina);
b) Centro Tecnológico do Mobiliário (CETEMO), de Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul);
c) Centro Tecnológico da Madeira e do Mobiliário (CETMAM), de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba (Paraná).

A FETEP, instituída em 1975 pelas empresas moveleiras de São Bento do Sul, passou a ser gerida pelo SENAI a partir de 1995. Hoje, o SENAI/FETEP atua nas seguintes atividades, envolvendo outros setores, além do moveleiro:

a) Aprendizagem industrial e cursos profissionalizantes, reunindo trabalhadores custeados por empresas locais e candidatos a emprego na indústria nas idades de 14 a 18 anos;
b) Treinamentos operacionais específicos, destinados à preparação de operários qualificados ou semi-qualificados em aspectos teóricos e/ou práticos;
c) Cursos técnicos; e

d) Assistência técnica e convênios tecnológicos com empresas da região, envolvendo a utilização do laboratório de ensaios para madeira e móveis.

O SENAI/CETEMO, fundado em 1983, conta com dois mil alunos/ano, oferecendo cursos profissionalizantes e de formação superior, em convênio com a Universidade de Caxias do Sul e com o Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário (SINDMÓVEIS). Outro destaque foi a criação do Núcleo Nacional de Apoio ao Design, em operação desde julho de 1997, no âmbito do Programa Brasileiro de Design.

Design – a competitividade da indústria moveleira depende não somente da eficiência dos processos produtivos, mas também da qualidade, do conforto, da facilidade de montagem e, sobretudo, do design dos móveis.

A utilização de novos materiais, os novos tipos de acabamento e o design constituem as principais atividades inovadoras na indústria, ou seja, a mais importante fonte de dinamismo tecnológico origina-se da inovação dos produtos, uma vez que as tecnologias de processo estão consolidadas e difundidas e as mudanças tecnológicas são incrementais.

As inovações que surgem do desenvolvimento de um novo design envolvem diversos aspectos, dentre os quais se destacam, entre outros:

a) A diminuição do uso de insumos (materiais e energéticos);
b) A queda do número de partes e peças envolvidas num determinado produto;
c) A redução do tempo de fabricação. O design é mais que um

avanço na estética, pois significa também o aumento da eficiência global na fabricação do produto, incluindo práticas que minimizem a agressão ao meio ambiente.

No Brasil, onde ainda predomina cópias modificadas dos modelos oferecidos no mercado internacional, poucas empresas possuem um departamento de design formalmente constituído. No caso das que exportam móveis de pínus, o design é, na maior parte das vezes, determinado pelos importadores, e em geral as empresas projetam protótipos que são submetidos aos revendedores.

Uma iniciativa que vem se revelando bem-sucedida é o Programa Brasileiro do Design[8], que reúne diversas instituições governamentais e associações ligadas ao setor moveleiro e vem desenvolvendo vários projetos na área, dentre os quais caberia destacar:

a) O Prêmio Brasileiro em Design de Móveis, que reuniu cerca de 600 participantes nos dois anos de sua edição;
b) O Núcleo de Design do Mobiliário e o Manual de Desenvolvimento de Produtos, ambos desenvolvidos pelo SENAI/CETEMO, com o objetivo de assessorar empresas de todo o Brasil, principalmente as pequenas e micro, que em geral não dispõem de recursos para a contratação de um designer.

Entretanto, é consenso que o design não avançará no Brasil

[8] Lançado em 1995 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Programa Brasileiro do Design - PBD é uma iniciativa voltada para a inserção e incremento da gestão do design nos setores produtivos brasileiros.

se não se tornar parte integrante e forte das estratégias do setor privado. Além disso, no setor moveleiro, em que predominam pequenas e médias empresas, a formação de redes e centros regionais de design e o incentivo à cooperação tornam-se imprescindíveis, uma vez que a pequena empresa muitas vezes não pode ter o seu próprio departamento de design, mas poderia, em um esforço coletivo, ter mais capacidade de melhorar o desenho de seus produtos.

## Conclusões parciais

Este capítulo teve como objetivo mostrar a composição da cadeia produtiva da indústria moveleira, evidenciando os principais atores que fazem parte desta cadeia, os elos fortes e fracos que compõem o setor. Procurou-se analisar as características do setor, que é composto mais por micro e pequenas empresas. Os principais polos estão localizados nas regiões sul e sudeste, como os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Contudo, existem necessidades que precisam ser supridas, como o estabelecimento de normas técnicas e a adoção de programas de design para a produção de móveis são de máxima importância para a elevação do nível de qualidade dos produtos e, portanto, de sua competitividade, além de restringir a oferta de móveis de baixa qualidade, provenientes do setor informal da economia.

As associações de classe, sindicatos e agências regionais como o SEBRAE têm um papel extremamente relevante na aproximação das empresas. Um estudo de viabilidade para a implementação da cooperação entre as empresas dessas regiões

poderá ser desenvolvido. Um estudo deste tipo poderá, também, equacionar outros problemas do setor na área de abastecimento. Muitas empresas fornecedoras de componentes plásticos, de metal, de decoração, entre outros, poderiam ser estimuladas a instalar-se nessas microrregiões como forma de potencializar a competitividade desses polos industriais.

São necessárias ações de modernização junto a outros segmentos da indústria brasileira que afetem diretamente a competitividade da indústria de móveis de madeira. Em particular, é necessário modernizar a indústria de madeira aglomerada e elevar a sua competitividade como forma de reduzir custos para a indústria de móveis. Em relação à formação da mão de obra, é necessário que os cursos profissionalizantes direcionem o aprendizado para a formação de técnicos em operação de máquinas modernas, cursos de desenho industrial que utilizem os recursos do sistema CAD.

# CAPÍTULO 4

Estrutura de oferta da
indústria moveleira de Boa Vista (RR)

# ESTRUTURA DE OFERTA DA INDÚSTRIA MOVELEIRA DE BOA VISTA (RR)

Este capítulo tem por objetivo estudar a estrutura da oferta dos móveis fabricados no Município de Boa Vista, identificando o destino da produção e a origem dos insumos (Estado/Município), bem como as principais dificuldades enfrentadas pelos empresários locais.

A pesquisa de campo foi realizada no Município de Boa Vista, através da aplicação de questionários, onde se procurou obter informações referentes ao perfil dos empresários, matéria-prima, estrutura, destino das vendas, *design*, financiamento, meio ambiente e cooperação multilateral, além das condições de produção. A pesquisa envolveu 15 micros e pequenas empresas instaladas no Município de Boa Vista, associadas ao sindicato local, cuja população compreende um total de 19 empresas.[9]

Os questionários foram aplicados entre os meses de janeiro e fevereiro de 2009. Observou-se que, via de regra, a qualidade da mão de obra empregada é baixa; os empresários de forma geral afirmaram que, devido o precário estado das estradas de acesso às florestas no inverno, a legislação ambiental vigente, a demora na liberação da madeira para fabricação dos móveis e a falta de documentação de terras são fatores que reduzem a produção e dificultam a atividade no Estado.

Outra dificuldade enfrentada pelas empresas decorre, principalmente, da baixa tecnologia empregada no processo produtivo, o que interfere diretamente na qualidade dos produtos, e consequentemente, no desenvolvimento das empresas.

[9] Dados obtidos junto ao Sindicato das Indústrias de Marcenaria do Estado de Roraima (SINDIMAR).

A seguir, apresentam-se os principais resultados obtidos sobre a indústria moveleira do Município de Boa Vista, destacando suas ações e dificuldades. Ressalta-se que, neste estudo, buscou-se enfocar a interação ou falta dela entre as instituições, fato que nos leva a descrever as principais ações empenhadas pelos diferentes agentes, a fim de não ocultar detalhes. Procurou-se levantar os dados de forma simplificada, mas que retratam a real situação do setor.

Em suma, esta pesquisa possibilita aferir o comportamento do setor, quanto ao perfil qualitativo/quantitativo e outras informações em nível local, que tem relevância para o setor pesquisado. Na última parte, são apresentadas as conclusões da pesquisa e a sugestão de algumas políticas públicas pertinentes ao setor.

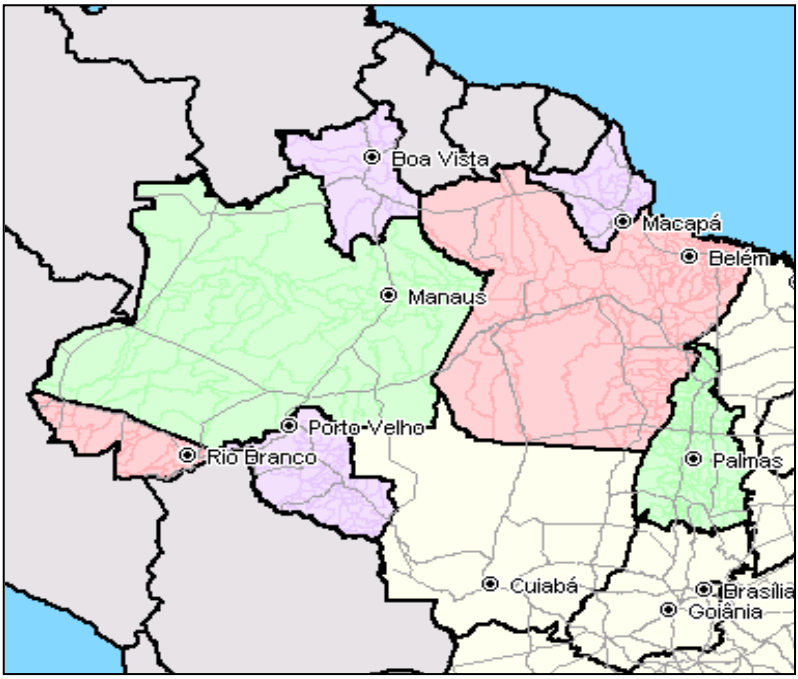
## O município de Boa Vista

O Estado de Roraima possui uma área de 224.298,98 $km^2$ distribuída entre os 15 municípios, com 412.783 habitantes em 2007, segundo contagem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o qual resulta numa densidade demográfica de 1,76 hab./$km^2$. Aproximadamente 65% da população está concentrada na capital Boa Vista, que é o centro dinâmico do estado e dispõe de uma gama de bens e serviços públicos e privados.

A área total do Estado de Roraima, segundo Santos et al (2008), está subdividida basicamente em dois ecossistemas principais: o ecossistema de savanas ou lavrados ou cerrados, que cobrem 17% do total da área, e o de florestas, que representam em torno de 83% do total, onde se concentra a maioria das pequenas

propriedades. Das florestas de Roraima, apenas 2,5% foram desmatadas, sendo, em termos relativos, ao lado do Amazonas, um dos estados mais preservados do Brasil.

**Figura 3 – Localização da Capital Boa Vista**




Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Localizada acima da linha do Equador, capital mais ao norte do país e capital do Estado de Roraima, o Município de Boa Vista, possui uma população de 249.853 habitantes (IBGE, 2007). A figura 3 mostra a localização de Boa Vista, na Região Norte, que possui uma área de 5.711,9 Km².

O Município de Boa Vista possui a mais alta densidade demográfica do estado. Segundo dados do IBGE, são 45,68 habitantes por $Km^2$. Ao norte, faz limites com os municípios de Amajarí, Pacaraima e Normandia; ao Sul com Mucajaí e Cantá; à Leste com Normandia e Bonfim e à Oeste com Alto Alegre.

## Indústria moveleira boavistense: localização e estrutura

O Estado de Roraima, há décadas, tem em sua Balança Comercial a madeira serrada, como um dos itens de maior expressão, executando o papel de mero fornecedor de matéria-prima. A economia industrial roraimense, historicamente, é conhecida como essencialmente exportadora de matérias-primas, tanto para o mercado nacional como para o mercado internacional, garantindo-lhes o suprimento necessário para a manutenção do emprego, de seus recursos humanos e riqueza de suas economias (SEBRAE, 2003).

Acrescenta-se a este fator as divisas com outros países, pois em regiões de fronteira, as indústrias da região Norte ainda apresentam características de elevado consumo de matéria-prima com baixo rendimento, com grande desperdício de madeira, explicado pela falta de diversificação de produtos, produzindo somente prancharia sem acabamento. Isso reflete o grau do processo de exploração florestal e do beneficiamento da madeira como matéria-prima, com a utilização de métodos e tecnologias arcaicas, gerando grande desperdício de madeira, ocasionando na maioria das indústrias um aproveitamento médio de cada tora entre 35% a 45% (SEBRAE, 2003).

**Tabela 2 - Principais produtos exportados pelo Estado de Roraima (2008)**

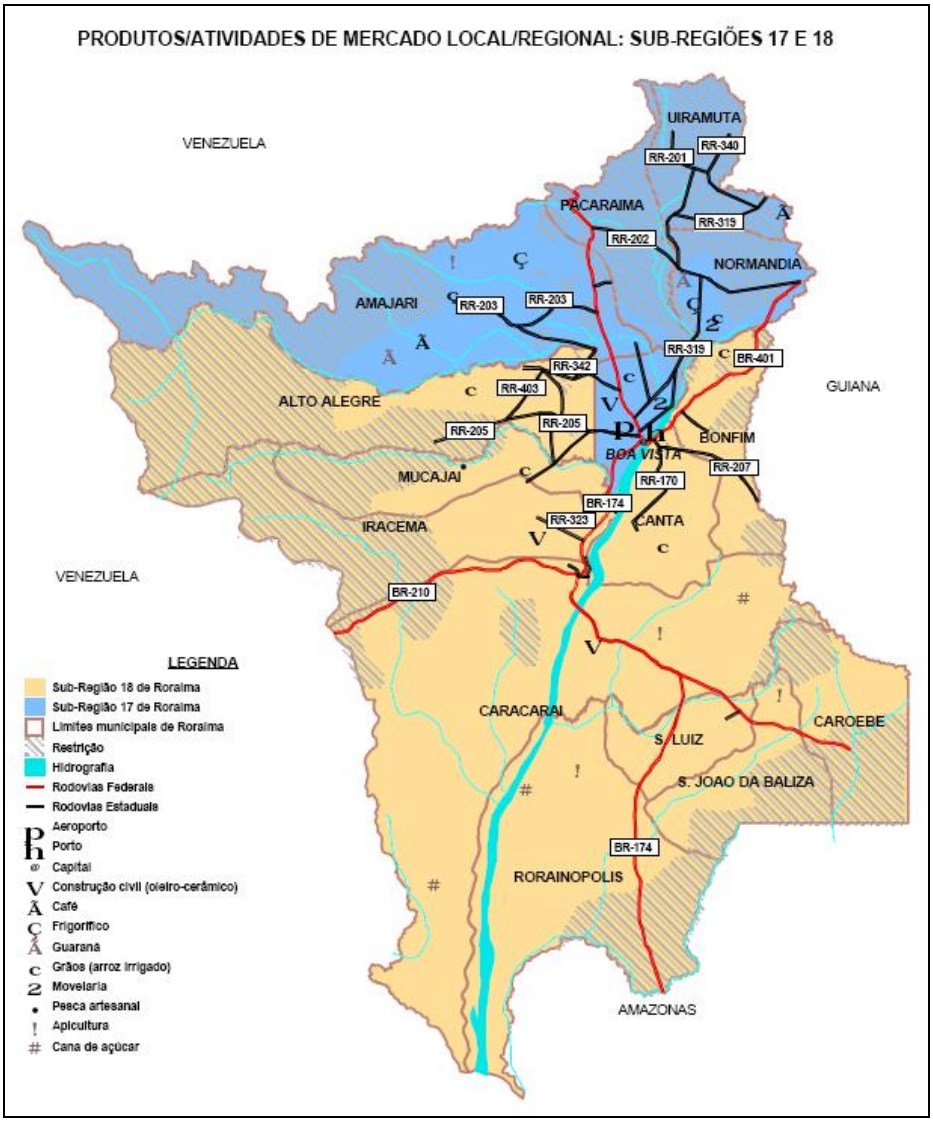
| DESCRIÇÃO | VALOR (US$ FOB) | VOLUME (KG LÍQUIDO) | PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO |
|---|---|---|---|
| Madeira | 9.210.522 | 17.392.628 | Venezuela |
| Grãos de Soja | 5.767.155 | 12.691.065 | Noruega |
| Combustíveis e Lubrificante | 747.568 | 531.155 | Holanda |
| Outros | 611.075 | 181.360 | - |
| **TOTAL EXPORTADO** | **16.336.320** | **30.796.208** | **-** |

Fonte: Balança Comercial Brasileira – SECEX/MDIC.

Analisando os dados da tabela 2, é possível verificar o volume exportado no estado em 2008, sendo que a madeira representa 56% das exportações no estado. A madeira exportada tem como principal país de destino a Venezuela, onde é exportado madeira serrada, em folhas, perfiladas, densificada e outras. Entretanto, seria interessante para fomentar a economia do estado, exportar agregando valor, ou seja, produzindo no próprio estado e exportando o produto final, já beneficiado.

No começo da década de 1970, na cidade de Boa Vista, houve o surgimento de pequenas marcenarias, principalmente dirigidas por nordestinos, fator gerado pelo grande aumento do fluxo imigratório. A indústria moveleira surgia com a maior parte da sua produção voltada para o mercado popular.

## Figura 4 – Potencialidades Regionais Roraima




Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Desta forma, o foco principal desta pesquisa é o Município de Boa Vista, onde está localizada a maioria das empresas produtoras de móveis, e apresenta um grande potencial regional conforme figura 4. O setor moveleiro está distribuído espacialmente em todo o Estado, sendo este o que possui o maior número de empresas (36,51% do universo industrial do Estado). É um setor que possui um enorme potencial de mercado, no seu grau de aderência e em sua capacidade de fomentar novos talentos empresariais (SUFRAMA, 2000).

Atualmente, existem 19 empresas formais e 37 empresas informais que atendem apenas ao mercado local, basicamente a cidade de Boa Vista, no qual possuem reduzida participação. Considerando as condições da produção vigente, o aumento da participação ocorrerá a partir da melhoria na qualidade, preços competitivos e incremento da renda estadual (SUFRAMA, 2000).

A metodologia utilizada neste estudo foi concebida com o objetivo de produzir evidências que permitam substanciar ações de políticas públicas, sendo a pesquisa de campo o elemento central dessa metodologia. Por isso, toda a pesquisa de campo concentrou-se neste objetivo final, ou seja, produzir conhecimentos específicos a cada caso e resultantes da aplicação dos procedimentos recomendados neste trabalho, possam ser objeto de ações de políticas públicas visando realçar e estimular os aspectos virtuosos e/ou resolver os problemas que limitam o desenvolvimento do setor moveleiro em questão.

Estes possuem características que permitem alçá-los à condição de vetores de desenvolvimento setorial, regional e social. Podem oferecer valiosa contribuição para a economia do Estado, na medida em que podem ter sua capacidade de produção complementada com novos atributos organizacionais, comerciais e tecnológicos. A seguir, são apresentados os conteúdos a serem apreendidos em cada uma das questões.

**Tabela 3 – Caracterização da amostra segundo o tamanho das empresas**

| TAMANHO | NÚMERO DE EMPRESAS |
|---|---|
| 1. Micro | 13 |
| 2. Pequena | 2 |
| 3. Média | 0 |
| 4. Grande | 0 |
| **Total** | **15** |

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

A pesquisa de campo inicia-se conforme dados da tabela 3, onde mostra que a maioria das empresas da indústria moveleira de Boa Vista, é constituída por micro-empresas cerca de 86,67%. Levando-se em consideração alguns aspectos, como capital para investimento, máquinas, tecnologia, mão de obra, acesso facilitado de novas empresas, entre outros, isto mostra que o setor tem um potencial de crescimento, principalmente em relação à matéria-prima existente no Estado. A definição do porte das empresas normalmente é feita por meio de dois critérios: primeiro pelo número de empregados e segundo pelo faturamento bruto anual. No caso da pesquisa foi adotado o faturamento bruto anual.

A predominância das empresas do setor moveleiro é de micro empresas constituídas principalmente por membros da mesma família que geralmente não tem acesso às vantagens do setor organizado tais como: crédito financeiro, treinamento, assistência profissional e conhecimento específico do setor (SEBRAE, 2003).

A maioria das empresas do setor moveleiro foi fundada nos últimos entre 15 e 20 anos (TABELA 4), demonstrando o potencial desse mercado. Por se encontrarem numa região onde há uma grande quantidade de madeira nativa, isto consegue ser um fator de atratividade para esses microempresários.

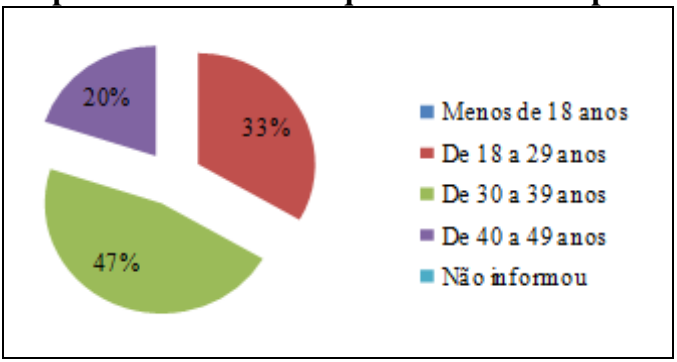
**Tabela 4 – Período de fundação das empresas da amostra**

| ANO DE FUNDAÇÃO | EMPRESAS | |
|---|---|---|
| | QUANTIDADE | % |
| Até 1980 | 1 | 6,67 |
| 1981-1987 | 2 | 13,33 |
| 1988-1994 | 6 | 40,00 |
| 1995-2001 | 4 | 26,67 |
| 2002-2008 | 2 | 13,33 |
| **Total** | **15** | **100** |

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

O gráfico 1, a seguir, mostra a faixa etária de idade dos empresários. Cerca de 47% dos fundadores das empresas do setor moveleiro tinham idade entre 30 e 39 anos quando iniciaram suas atividades.

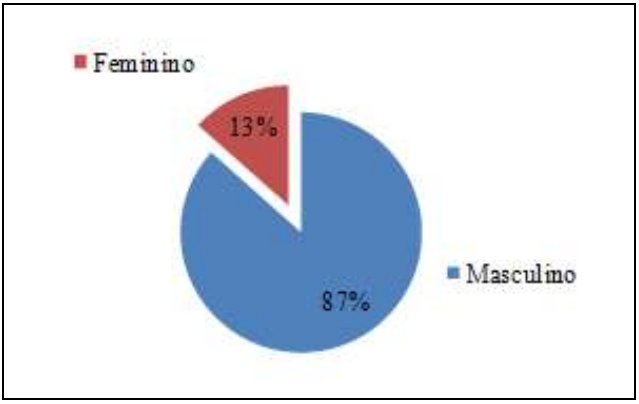
**Gráfico 1 – Faixa etária do empresário da amostra quando criou a empresa**




Fonte: SOUZA (2009).

O sexo masculino ainda predomina na fundação dessas empresas em cerca de 87% dos estabelecimentos pesquisados, e apenas 13% são do sexo feminino, conforme demonstrado no gráfico 2.

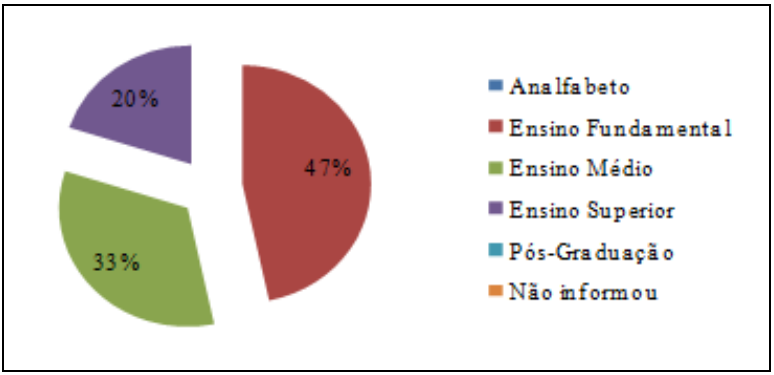
**Gráfico 2 – Sexo do empresário da amostra**




Fonte: SOUZA (2009).

O grau de instrução revela que 47% dos entrevistados possuem o ensino fundamental, 33% possuem o ensino médio e 20% possuem nível superior, conforme mostra o gráfico 3. Conforme dados colhidos na pesquisa de campo, a maioria dos empresários começaram a trabalhar nesta atividade muito jovem, onde alguns aprenderam este ofício com os pais, o que impossibilitou de retomarem os estudos, devido o tempo que passam trabalhando nesta atividade que representa a principal fonte de renda.

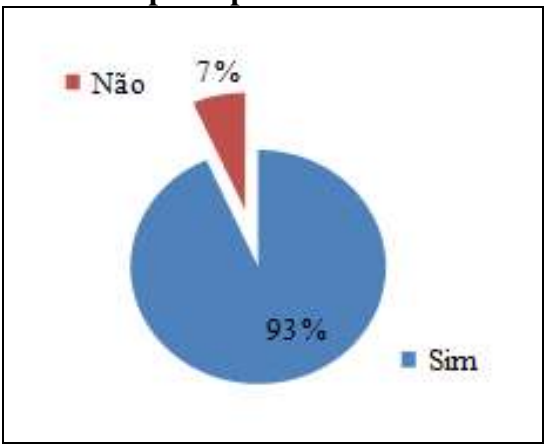
**Gráfico 3 – Grau de instrução do empresário da amostra**




Fonte: SOUZA (2009).

Analisando o gráfico 4, percebe-se que esta atividade é a principal fonte de renda da maioria dos empresários entrevistados, cerca de 93% responderam que sim. Este universo corresponde a 14 empresários e, apenas 7% ou 1 pessoa respondeu que não, que esta atividade não é a principal fonte renda, tendo como atividade secundária o ramo da construção civil.

**Gráfico 4 – Atividade empresarial como principal fonte de renda**



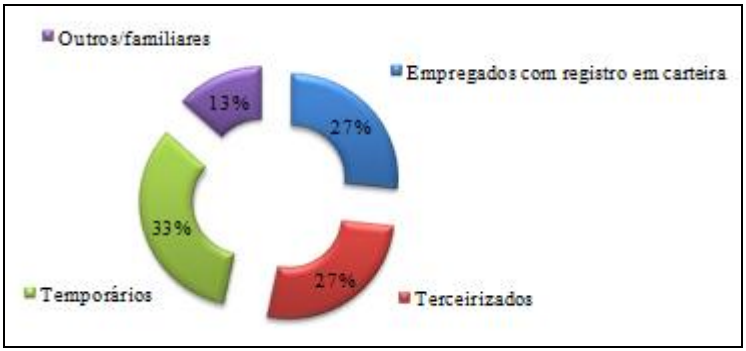

Fonte: SOUZA (2009).

Os tipos de relação de trabalho encontrados na pesquisa, conforme mostra o gráfico 5, demonstram que, em se tratando de micro e pequena empresa, há um maior índice de trabalhadores temporários (33%), atuando na produção de móveis, seguido pelos funcionários terceirizados e os empregados com registro em carteira, cada um, representa respectivamente 27%. O percentual de familiares trabalhando na empresa foi de apenas 13%. A pesquisa revela também a média do número de empregados nas empresas do setor moveleiro: 4,93% de 15 empresas entrevistadas, da amostra de 19 empresas no total.

O perfil dos empregados temporários, também reflete um outro fator: a escolaridade dessas pessoas que trabalham diretamente na produção dos móveis. A maioria, cerca de 53% possuem nível fundamental e cerca de 40% possuem nível médio. O gráfico 6 mostra que a maioria dessas pessoas não possuem cursos de marcenaria específicos para exercerem a atividade e, por

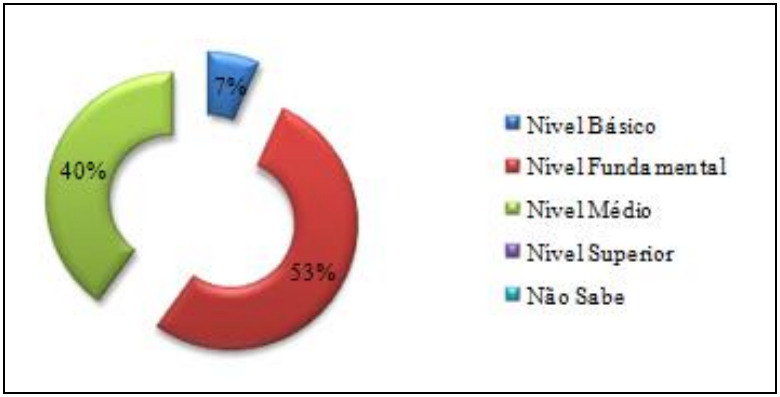
questões financeiras começam a trabalhar cedo nesta atividade para garantir o sustento das suas famílias.

**Gráfico 5 – Perfil dos empregados que trabalham na/para empresa**




Fonte: SOUZA (2009).

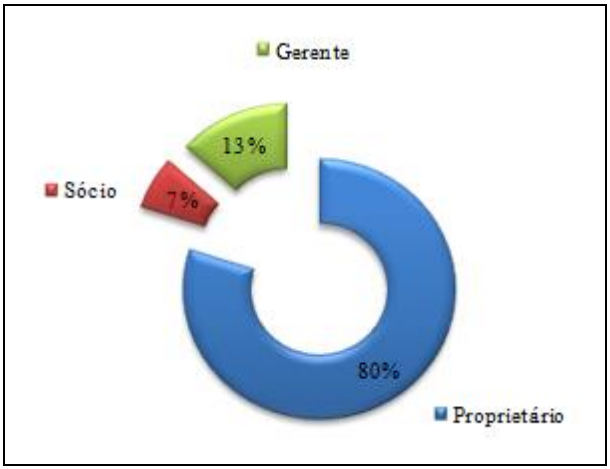
**Gráfico 6 – Nível de escolaridade da maioria das pessoas que trabalham na/para empresa**




Fonte: SOUZA (2009).

A pesquisa de campo buscou entrevistar os próprios donos das empresas de móveis, que conhecem o dia-a-dia da empresa e responderiam de forma mais direta sem ocultar detalhes. O Gráfico 7, mostra que dos 15 (quinze) empresários, 12 (doze) foram os próprios que prestaram as informações desta pesquisa de campo, ou seja, representa 80% dos entrevistados.

**Gráfico 7 - Cargo exercido na empresa**

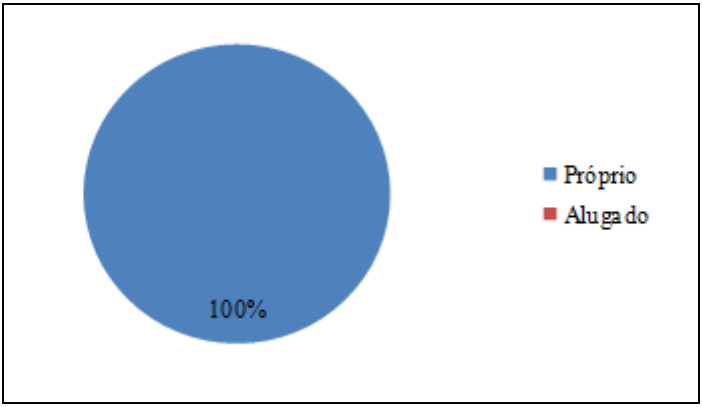



Fonte: SOUZA (2009).

## Estrutura do setor moveleiro em Boa Vista (RR)

A pesquisa de campo realizada com os empresários do setor em relação à estrutura indica que os estabelecimentos onde funcionam as fábricas de móveis é de propriedade dos empresários, ou seja, 100% da amostra pesquisada. A maioria dos estabelecimentos (53%) de 100 a 500 $m^2$.

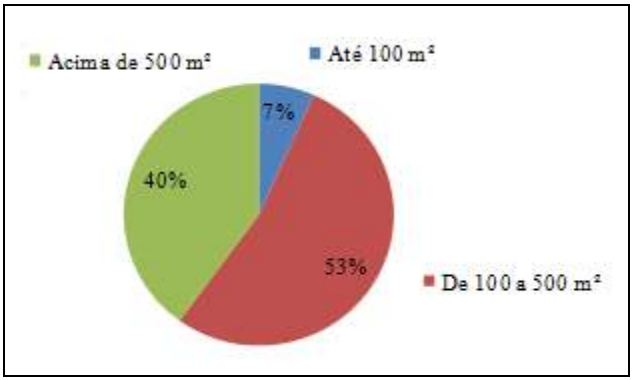
**Gráfico 8 – Local de instalação da movelaria**




Fonte: SOUZA (2009).

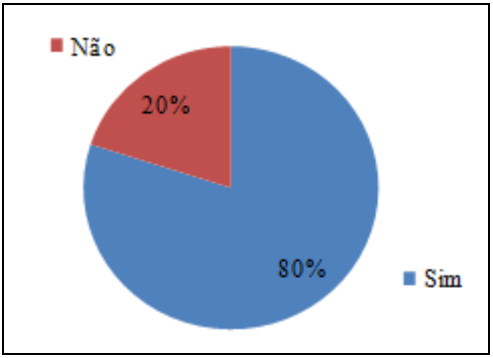
Foi perguntado, se eles sentem a necessidade de ampliar a área construída e, 80% responderam que sim, mas 20% responderam que não. Durante a pesquisa realizada, foi constatado que todas as movelarias estão instaladas na área urbana da cidade.

**Gráfico 9 – Área do imóvel em m²**




Fonte: SOUZA (2009).

**Gráfico 10 – Necessidade de ampliar a área construída**




Fonte: SOUZA (2009).

As indústrias do setor apresentam máquinas e equipamentos obsoletos e em sua grande maioria, deficientes no layout, sendo os principais: cruzamento de fluxo, excessivo volume de estoques intermediários, inexistência de sistemas para remoção e não a separação física do processo produtivo em relação à montagem. Outro fator que chama atenção é a inexistência de estufas de secagem para tratamento da madeira.

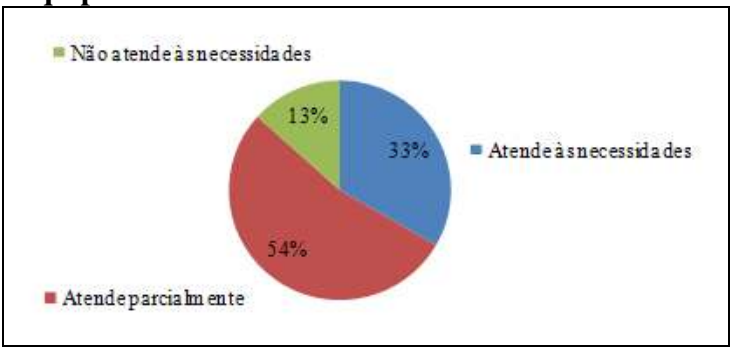
Conforme a figura 5 é possível ter uma noção de como são os maquinários das empresas do setor moveleiro. Mesmo assim, a maioria dos empresários do setor respondeu que a situação dos equipamentos utilizados na fabricação dos móveis atende parcialmente as necessidades (54%), sendo que 13% responderam que não.

**Figura 5 – Máquina utilizada na fabricação dos móveis**



Fonte: SOUZA (2009).

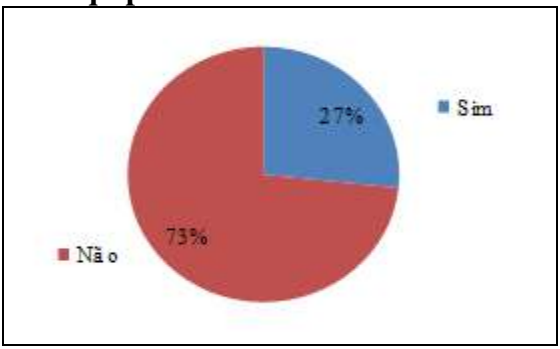
**Gráfico 11 – Situação dos equipamentos da indústria moveleira de Boa Vista**




Fonte: SOUZA (2009).

Em relação à aquisição de novas máquinas e equipamentos atualização dos maquinários utilizados, cerca de 73% responderam que não compraram novas máquinas e equipamentos e 27% responderam que sim. Questionados sobre as novas aquisições, estes responderam que compraram apenas equipamento e algumas máquinas de baixo custo.

**Gráfico 12 – Compra de máquinas e equipamentos nos últimos 2 anos**




Fonte: SOUZA (2009).

**Figura 6 – Estrutura de uma empresa que fabrica móveis no Município de Boa Vista.(RR)**



Fonte: SOUZA (2009).

Assim, a estrutura do setor moveleiro representa um fator importante, o que dificulta na produção de móveis de melhor qualidade é a falta de máquinas especiais para a fabricação de móveis que exigem mais qualidade. Este fator é dificultado pela falta de capital para investimento em máquinas e equipamentos (SEBRAE, 2003).

As empresas do setor moveleiro de Boa Vista possuem máquinas e equipamentos obsoletos, com tempo de uso de em média doze anos, tornando-as menos produtivas. Apresenta deficiências quanto à capacidade tecnológica, carecendo que se promovam ações que fomentem tanto a tecnologia, quanto à gestão pela qualidade e o aprimoramento do design dos produtos (SEBRAE, 2003).

No distrito industrial, localizado em Boa Vista, existe uma central de secagem de madeira, mas devido à falta de alguns equipamentos e instalação, as madeiras ali colocadas não atingem o processo completo da secagem, pois muitas vezes a madeira resseca e em outros casos não seca totalmente.

A secagem da madeira é um dos fatores que interferem na qualidade do móvel. É importante lembrar que somente o desconhecimento das características da madeira pode justificar o uso da madeira verde, principalmente nos usos mais nobres; como no caso da produção de móveis, esquadrias, assoalhos, instrumentos musicais, telhados, carrocerias de caminhão e inúmeros outros produtos nos quais a madeira deve ser usinada, colada, pregada, ou parafusada, receber acabamento superficial e manter a estabilidade dimensional. Além de se agregar valor ao produto final, inúmeras são as vantagens de se trabalhar com a madeira seca:

a) Redução de peso, facilitando o manuseio e reduzindo os custos de transporte;
b) Aumento na resistência natural ao apodrecimento e ao ataque de insetos;
c) Melhoria de algumas propriedades mecânicas da madeira, como dureza, resistência à compressão e flexão;
d) Ausência de deformações, empenamentos e rachaduras da madeira, com a maior estabilidade dimensional;
e) Possibilidade de acabamentos superficiais, como verniz, pintura e laca;
f) Possibilidade de tratamento preservativo.

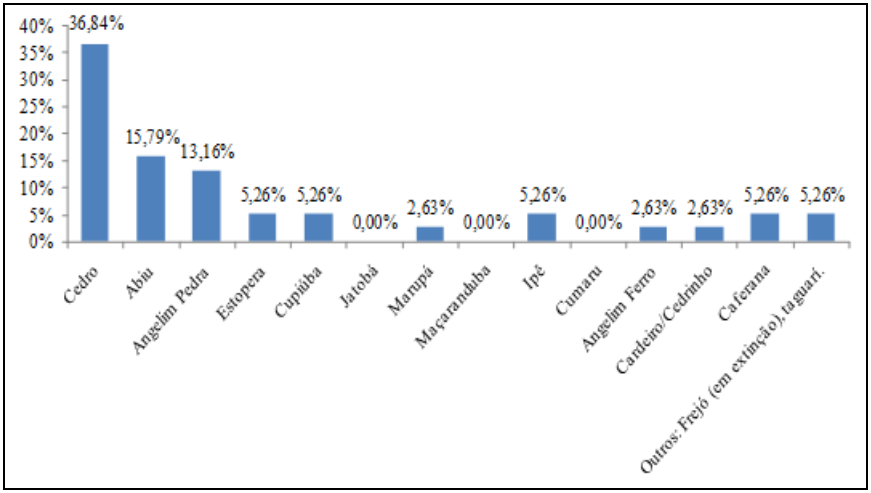
No setor moveleiro, apenas os cooperativados inscritos utilizam a estufa para o processo de secagem. Reclamam da falta de apoio dos órgãos governamentais, que não dão nenhum tipo de assistência gerencial, bem como de ordem financeira. A produção moveleira é quase toda artesanal, sem o emprego de tecnologias modernas, o que interfere diretamente na produção, principalmente no acabamento dos móveis produzidos (SEBRAE, 2003).

## Origem dos principais insumos e destino da produção

Na Amazônia, as atividades do setor florestal diferenciam-se do resto do país devido a características inerentes à região como: localização geográfica e enchente dos rios. As espécies madeireiras beneficiadas pelas indústrias estão distantes do local de beneficiamento. Cerca de 90% do volume das madeiras utilizadas encontram-se em área de várzea, terras periodicamente alagadas em função dos períodos de cheia e vazante. (CRUZ, 1991 *apud* CAMPOS, 2000).

As espécies madeireiras beneficiadas pelas indústrias, utilizadas nas serrarias e movelarias em regra geral são: cedro, mogno, Angelim-pedra, Ipê, Estopeira, entre outros. As empresas que exploram o setor madeireiro de Roraima são divididas de acordo com o seu produto final. No caso das movelarias, estas são especializadas principalmente na fabricação de camas, armários, cômodas, etc. No gráfico 13, é possível visualizar os tipos mais utilizados das espécies florestais, como é o caso do Cedro (36,84%) e o Abíu (15,79%).

**Gráfico 13 – Tipos de madeira utilizada na fabricação dos móveis**

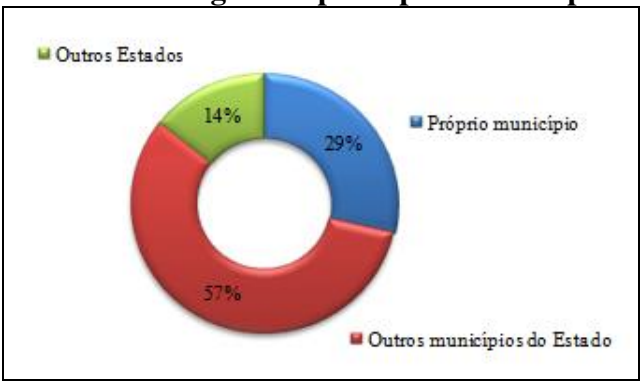



Fonte: SOUZA (2009).

As espécies utilizadas pelas movelarias em sua maioria dependem daquelas utilizadas pelas serrarias, uma vez que é a partir destas que recebem a matéria-prima beneficiada para fabricação de móveis. Entretanto, existem casos em que o proprietário da movelaria encomenda pranchões diretamente do comerciante de madeiras, que são posteriormente desdobradas em tábuas de dimensões variadas.

A origem da principal matéria-prima utilizada na fabricação dos móveis é oriunda de outros municípios do Estado (57%), principalmente daqueles municípios localizados na região Sul do Estado de Roraima, como é o caso do Município de Rorainópolis. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), 100% da balança comercial de 2007 daquele município é composta por madeira densificada, seja em blocos, pranchas, lâminas, perfis, cortadas em folhas e serradas.

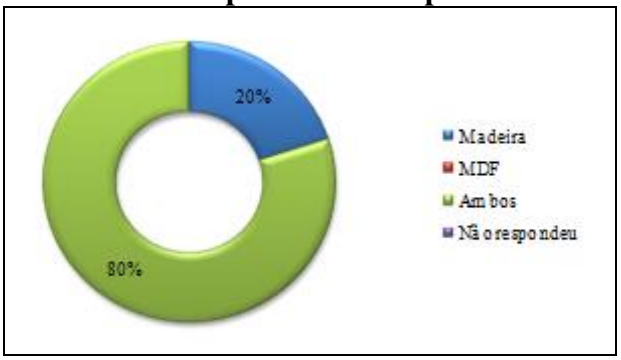
**Gráfico 14 - Origem da principal matéria-prima**




Fonte: SOUZA (2009).

Entretanto, a baixa produtividade do setor moveleiro reduz consideravelmente as vantagens competitivas decorrentes da abundância de matéria-prima. Esse fator locacional é importante para o desenvolvimento de um parque madeireiro, mas insuficiente para sua evolução se não forem integrados outros fatores como: tecnologia, mão de obra especializada, recursos que contribuam para a capacitação do setor, infraestrutura econômica, etc. (SEPLAN-RR, 1996).

**Gráfico 15 - Tipo de matéria-prima usada**




Fonte: SOUZA (2009).

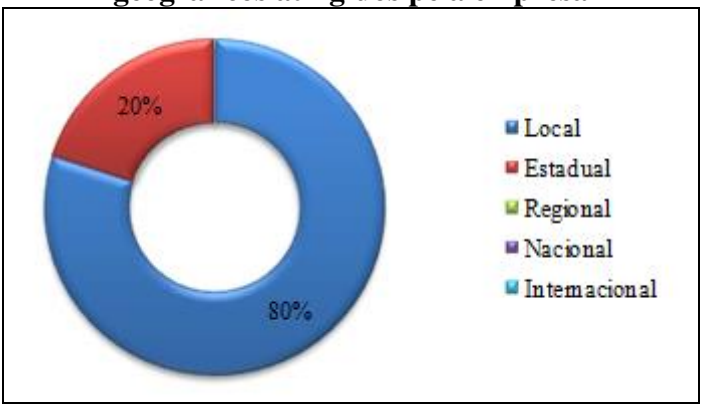
Para a confecção dos móveis é utilizado tanto a madeira, quanto o MDF, aproximadamente 80% dos entrevistados responderam que utilizam ambos: a madeira e o MDF, conforme gráfico 15.

Ao contrário da madeira, que é vendida em pranchas, o MDF é mais fácil de ser trabalhado porque é comercializado em placas. Outro fator, é que ele é mais resistente à flexibilidade e não entorta com a mesma facilidade que a madeira. Destinado à indústria moveleira, o MDF é uma chapa fabricada a partir da aglutinação de fibras de madeira com resinas sintéticas e ação conjunta de temperatura e pressão. A madeira é cortada em pequenos cavacos que, em seguida, são triturados por equipamentos chamados desfibradores, para a obtenção das fibras.

Fabricado pela primeira vez nos Estados Unidos no início dos anos 1960, o MDF chegou à Europa em meados da década de 1970. No Brasil, a primeira indústria iniciou sua produção no segundo semestre de 1997. O MDF possui consistência e algumas características mecânicas que se aproximam às da madeira maciça. A maioria de seus parâmetros físicos de resistência é superior aos da madeira aglomerada, caracterizando-se, também, por possuir boa estabilidade dimensional e grande capacidade de usinagem.

As empresas do segmento de móveis estão voltadas para o mercado interno. Assim, em relação aos mercados geográficos atingidos pelo setor moveleiro, local onde são comercializados os móveis produzidos, as empresas vendem grande parte de sua produção para o mercado local, cerca de 80%. O restante da produção é destinado ao mercado estadual, ou seja, é vendido também para outros municípios do Estado de Roraima.

**Gráfico 16 – Destino da produção/mercados geográficos atingidos pela empresa**




Fonte: SOUZA (2009).

Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER) a produção é destinada basicamente para o mercado interno, na grande maioria através de encomendas, pequena parte é destinada ao interior e um percentual irrisório da produção é exportado para Manaus. Para o mercado externo, no caso da Venezuela, exportamos a matéria-prima (madeira). (SEBRAE, 2003).

O principal canal de comercialização adotado pelas empresas selecionadas, conforme tabela 5, é a venda sob encomenda (47%), onde os produtos são fabricados de acordo com o pedido feito pelos consumidores. Não se identificou nenhuma empresa que adota o sistema de vendas através de grandes e pequenos varejistas, uma vez que por se tratar de um município pequeno em população, justifica-se o porquê de ser venda sob encomenda (não em produção em escala). Em suma, a quase totalidade das indústrias moveleiras de Boa Vista executa a sua produção sob encomenda, atendendo diretamente aos seus clientes.

**Tabela 5 – Principais canais de comercialização dos produtos do setor moveleiro de Boa Vista (RR)**

| CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO | PARTICIPAÇÃO (%) |
|---|---|
| Lojas Próprias | 20 |
| Grandes Varejistas | 0 |
| Pequenos Varejistas | 0 |
| Venda Sob Encomenda | 47 |
| Venda Direta | 27 |
| Outro: Repartições públicas e privadas | 6 |
| **TOTAL** | **100** |

Fonte: SOUZA (2009).

De acordo com os dados levantados, a indústria moveleira de Boa Vista ainda vem trabalhando basicamente sob regime de encomendas, utilizando como justificativa que o mercado local não absorve a produção (SEBRAE, 2003).

Mas, segundo dados da SEPLAN-RR (1996), este segmento tem se dedicado ao sistema de produção sob o regime de encomendas, tendo prevalecido como principal argumento o fato de que o mercado para os produtos é incipiente. Entretanto, convém destacar que esse mercado é quase plenamente abastecido por produtos oriundos de outras unidades da Federação, pressupondo ainda a existência de outros fatores igualmente importantes para a não consolidação desse setor no Estado, tais

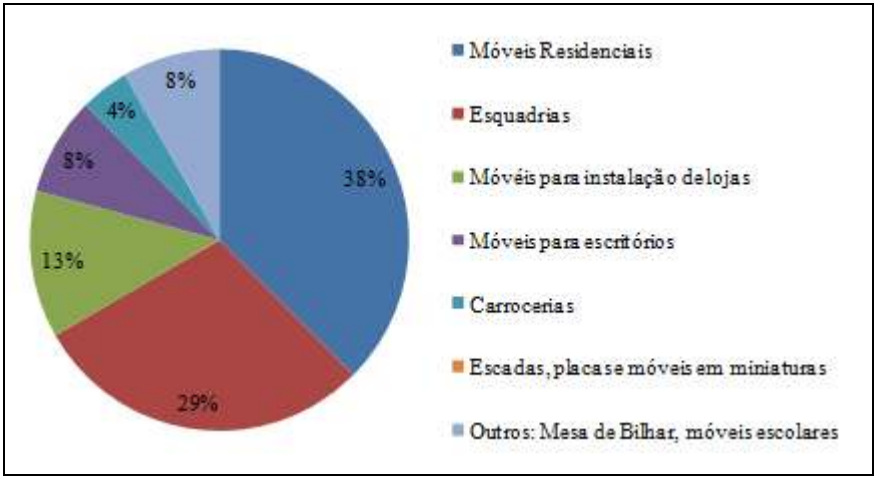
como: baixa densidade de capital, inadequada utilização da capacidade instalada, tecnologia de processo e produtos não satisfatórios, inadequada estrutura empresarial para a formação de preços competitivos, organização da produção e do trabalho não adequadas às inovações das relações empresariais atuais, etc.

Convêm acrescentar que 95% dos produtos aqui comercializados são oriundos de outros estados. Segundo dados do ano de 2001 da Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER), vários são os fatores que contribuem para uma maior aceitação desses produtos tais como: preços acessíveis, móveis com qualidade diferenciadas, design arrojado, produção em série, o que diminui os custos de produção, entre outros. (SEBRAE, 2003).

Observou-se com este estudo que a maioria das empresas do setor atuam no segmento de móveis de madeira maciça, e constatou-se uma grande heterogeneidade tecnológica, que inclui desde as empresas com grau de tecnologia até as pequenas empresas artesanais. Existe uma grande disparidade quanto à atualização tecnológica, sendo que a maioria das empresas apresenta processos produtivos convencionais.

Em relação à linha de produtos, verifica-se no gráfico 17 a predominância dos móveis residenciais, com destaque, segundo a pesquisa para a produção de dormitórios – principalmente cama, seguidos de armários e mesas. Outro segmento muito influente no mercado moveleiro é a produção de portas, janelas e aduelas (esquadrias). Entre os principais móveis fabricados, destacam-se: guarda-roupas, camas, mesas com cadeiras, estantes, portas, janelas, móveis escolares e móveis para escritório.

**Gráfico17 – Móveis mais vendidos pelas empresas da amostra**

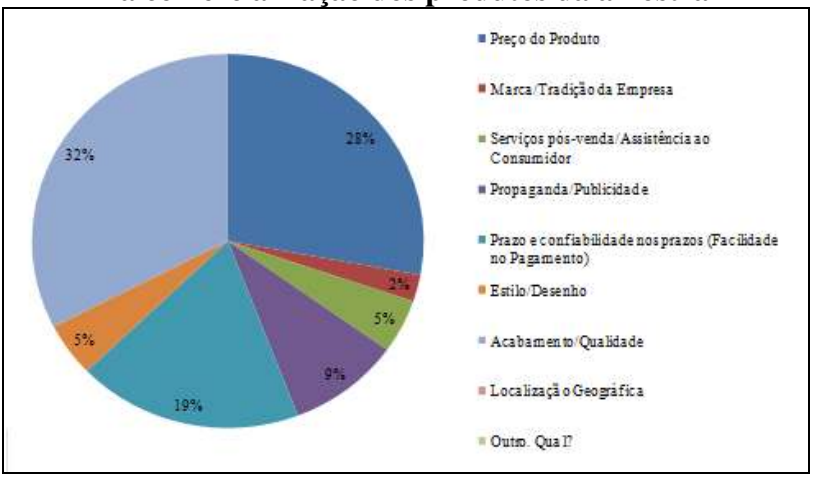



Fonte: SOUZA (2009).

Entre os fatores que explicam o sucesso na comercialização dos produtos, os fabricantes de móveis ressaltam a importância do acabamento/qualidade, além de destacar em segundo os preços que segundo eles, é o que acaba levando os clientes a optarem por seus produtos, e finalmente em terceiro a confiabilidade nos prazos de entrega dos produtos.

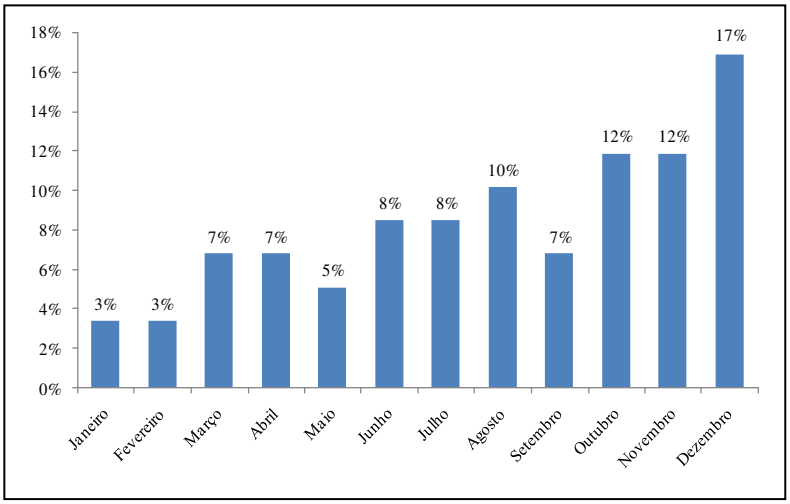
As empresas deste segmento, além de considerar os aspectos associados ao projeto do produto propriamente, conclui-se que o padrão de concorrência baseia-se principalmente em fatores que levam à diferenciação do produto, além da concorrência via preço.

**Gráfico 18 – Principais fatores de sucesso na comercialização dos produtos da amostra**




Fonte: SOUZA (2009).

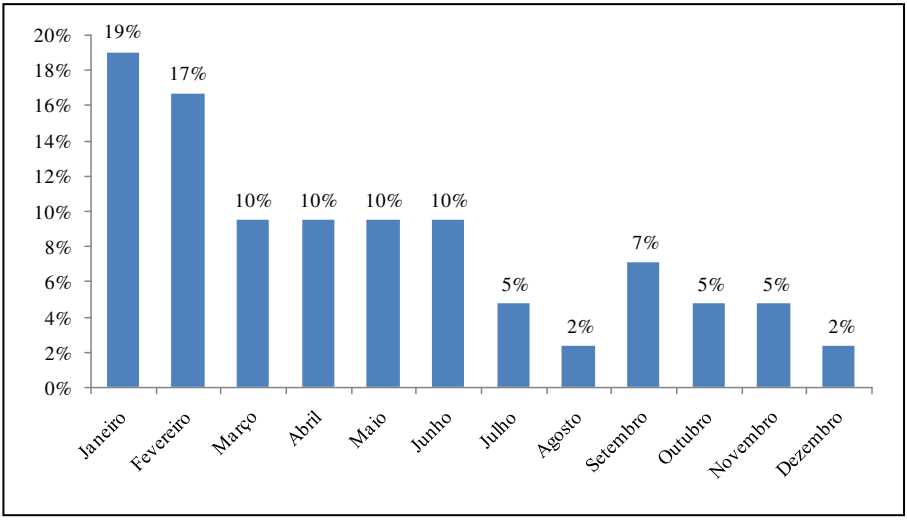
**Gráfico 19 – Sazonalidade de produção das empresas da amostra - Pico**




Fonte: SOUZA (2009).

O termo sazonalidade caracteriza-se pela ocorrência de variações, tanto para cima quanto para baixo. São considerados fenômenos sazonais aqueles que ocorrem regularmente de ano para ano, como, por exemplo, variações climáticas.

**Gráfico 20 – Sazonalidade de produção das empresas da amostra – Baixa**




Fonte: SOUZA (2009).

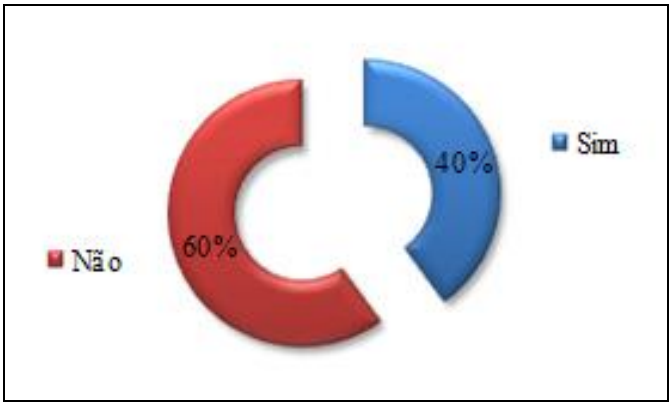
Os gráficos 19 e 20 referem-se ao período de sazonalidade de produção da empresa. Foram perguntados aos empresários quais os meses do ano eles têm maiores vendas e produzem mais, ou seja, sucesso nas vendas e quais os meses do ano a produção e as vendas são fracas. Os meses do ano que ocorrem um aumento nas vendas são os meses de outubro, novembro e dezembro, o que segundo os empresários do setor, deve-se em função da proximidade do período do natal e ano novo, além do 13º salário.

O período de baixa é representado pelos meses de janeiro e fevereiro, onde as pessoas não compram muito nesse período em função das dívidas contraídas no ano que passou, entre outros fatores. Os meses de março, abril e maio também são fracos, pois representa o período do inverno e falta, a partir daí, da matéria-prima utilizada na fabricação dos móveis.

## *Design* dos móveis no setor moveleiro de Boa Vista

Quanto aos recursos materiais, a maioria das empresas de móveis possui sistema CAD (programa de *design* auxiliado por computador) para a elaboração dos seus projetos e apenas 40% disseram que não possuem.

**Gráfico 21 – Utiliza sistema CAD (programa de *design* auxiliado por computador)**




Fonte: SOUZA (2009).

Em relação à origem do *design*, a principal fonte são

catálogos, revistas e sítios especializados da internet. Consideram também como importes iniciativas: visitas à feiras da região, e em outras regiões do país (Tabela 6).

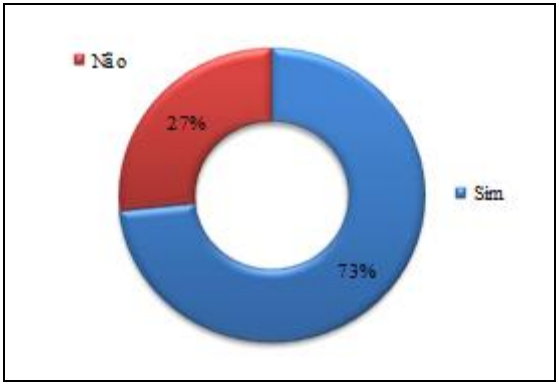
**Tabela 6 – Importância do *design* para setor moveleiro de Boa Vista**

| TIPO DE CONTRIBUIÇÃO | Importância e origem do design utilizado pela empresa | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Alta** | **Média** | **Baixa** | **Nula** | **%** |
| Visitas a feiras da Região | 9 | 2 | 2 | 0 | **13** |
| | 69% | 15% | 15% | 0 | **100%** |
| Visitas a feiras em outras regiões do país | 9 | 1 | 4 | 0 | **14** |
| | 64% | 7% | 29% | 0 | **100%** |
| Visitas a feiras no exterior | 6 | 1 | 2 | 3 | **12** |
| | 50% | 8% | 17% | 25% | **100%** |
| Catálogos, revistas e sites especializados da internet | 12 | 1 | 0 | 0 | **13** |
| | 92% | 8% | 0% | 0% | **100%** |
| Especificações de clientes | 7 | 5 | 1 | 0 | **13** |
| | 54% | 38% | 8% | 0% | **100%** |
| Imitações de produtos concorrentes nacionais | 3 | 6 | 4 | 0 | **13** |
| | 23% | 46% | 31% | 0% | **100%** |
| Imitações de produtos concorrentes estrangeiros | 2 | 3 | 4 | 2 | **11** |
| | 18% | 27% | 36% | 18% | **100%** |
| Contratação de especialista em design | 5 | 3 | 1 | 3 | **12** |
| | 42% | 25% | 8% | 25% | **100%** |
| Universidade/ Centros de pesquisa | 6 | 1 | 2 | 3 | **12** |
| | 50% | 8% | 17% | 25% | **100%** |
| Outros: criação própria | 1 | 1 | 0 | 0 | **2** |
| | 50% | 50% | 0% | 0% | **100%** |

Fonte: SOUZA (2009).

Em se tratando das formas de divulgação dos produtos, 73% responderam que possui catálogo de divulgação dos seus produtos, considerando desde fotos até divulgação própria. O SEBRAE-RR em 2008, apoiou na elaboração do primeiro catálogo de produtos do setor moveleiro de Boa Vista – RR, como forma de divulgar os produtos fabricados pelo setor.

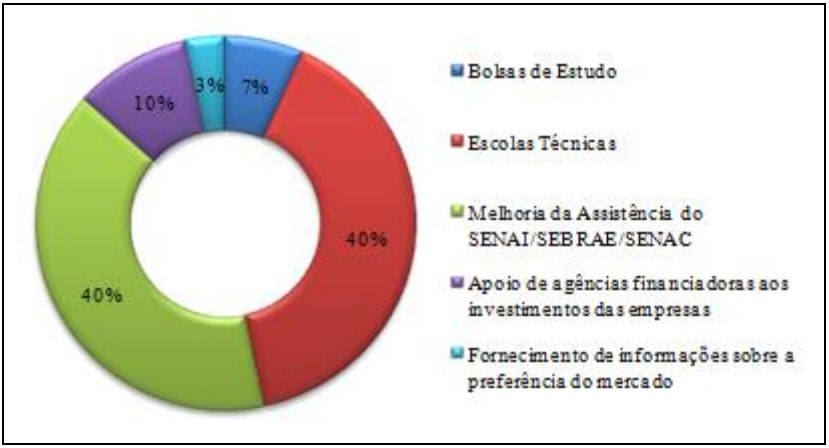
**Gráfico 22 – Catálogos dos produtos**




Fonte: SOUZA (2009).

Para a promoção do *design* no setor, os empresários consideraram como sendo as duas iniciativas mais importantes: a existência nas escolas técnicas do curso de marcenaria, pois a mão de obra hoje existente carece dessa qualificação, em segundo lugar, está a melhoria da assistência do conhecido como o "Sistema S", do SENAI, SEBRAE e SENAC, desses órgãos que já prestam serviços, como realização de seminários, cursos, entre outros eventos, mas que segundo a pesquisa, precisam divulgar ações mais efetivas para a promoção e desenvolvimento do setor (Gráfico 23).

**Gráfico 23 – Duas iniciativas importantes para promoção do *design* no setor moveleiro**




Fonte: SOUZA (2009).

Ainda assim, o serviço de apoio às micros e pequenas empresas em Roraima, está aliado ao desenvolvimento do setor moveleiro do Município de Boa Vista (RR). A instituição atua na capacitação do empreendedor e das empresas por meio de ações promocionais, acesso a mercados e atividades em grupos, que possibilitam a redução de custos e a troca de experiência entre as empresas.

Entre as principais atividades do SEBRAE, destacam-se: a realização de consultorias gerenciais e tecnológicas nas empresas, buscando identificar as principais limitações, formação de grupos setoriais focados na busca de alternativas competitivas e desenvolvimento sustentável e a prospecção de novos mercados em nível nacional e internacional.

O incremento da eficiência produtiva depende de vários fatores, tais como: substituição das máquinas e equipamentos,

introdução de novas tecnologias no processo produtivo, qualificação da mão de obra, utilização de madeira seca, disponibilidade de recursos financeiros para esta atividade.

O setor moveleiro dispõe de grandes potencialidades, uma vez superados os problemas comuns ao setor, como qualidade, treinamento, acabamento, financiamento e incentivos à atividade.

## Principais dificuldades do setor moveleiro

A indústria moveleira não conseguiu um bom posicionamento no mercado moveleiro local, principalmente pelo difícil acesso ao crédito para aquisição de máquinas e equipamentos e capital de giro (SEBRAE, 2003).

Apesar do significativo desenvolvimento do setor, a maioria das empresas enfrenta dificuldades, tais como: reduzida escala de produção, escassez de mão de obra especializada, custos de transportes, falta de tecnologias no processo de secagem da madeira, pouco incentivo dos órgãos governamentais e elevado índice de desperdício de madeira, dentre outras dificuldades (SEBRAE, 2003).

Apesar da abundância de matéria-prima, o setor moveleiro de Boa Vista encontra-se distante dos padrões tecnológicos adotados nos demais centros produtores de móveis de madeira do país, com a maioria das máquinas e equipamentos obsoletos, dificultando assim seu melhor posicionamento no mercado, principalmente o externo que exige altos padrões de qualidade.

Boa parte dos móveis comercializados em Boa Vista são oriundos de outros grandes centros moveleiros, onde os padrões tecnológicos são mais desenvolvidos. Em Boa Vista, os móveis aqui produzidos são em grande parte elaborados de forma semi-

artesanal com agregação de outros tipos de materiais utilizados na fabricação como: ferro, granito, vidro, etc.

**Figura 7 – Maquinário utilizado na produção dos móveis**



Fonte: SOUZA (2009).

Métodos de produção são de reduzido nível tecnológico, pois não secam a madeira, o acabamento é deficiente, inexiste *design* moderno, dentre outros. Como resultado, a produtividade do setor é baixa, com seus reflexos sobre a lucratividade, qualidade e nível de produção (SUFRAMA, 2000).

Um fato que preocupa e que foi constatado nessa pesquisa é que a maioria das empresas não possui equipamentos de segurança no trabalho. As poucas que possuem estão incompletas. Quando no local de trabalho há quem fiscalize, a prática é menos constante, mas se inexiste fiscalização, o que, segundo alguns

empresários, pode causar transtornos, como inalação de algum tipo de produto tóxico.

**Figura 8 – Condições de trabalho das pessoas que atuam no setor moveleiro**



Fonte: SOUZA (2009).

A falta de qualificação também é um entrave para o desenvolvimento do setor, o que acaba interferindo na baixa produtividade. Tal fator colabora para o desperdício de madeira, pois não se busca o aproveitamento até mesmo por falta de conhecimentos técnicos, da capacidade de produção e do desconhecimento do grande mercado consumidor em potencial existente (SEBRAE, 2003).

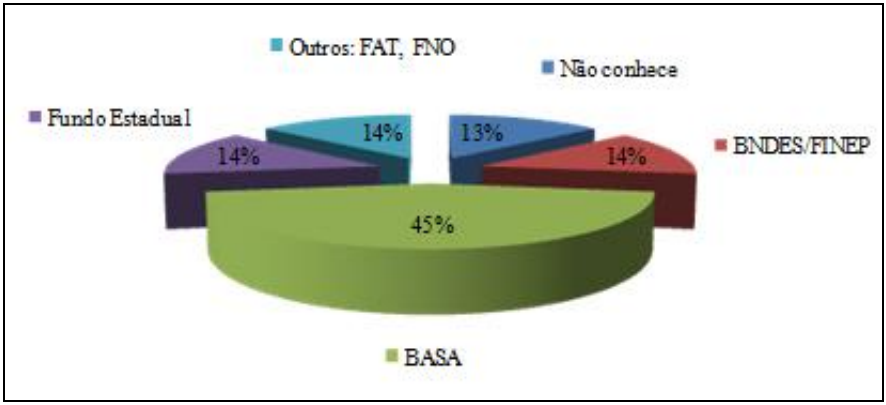
Devido à pequena produtividade do setor moveleiro, a geração de emprego e mão de obra qualificada torna-se outro

ponto negativo, pois o Estado deixa de gerar arrecadação de impostos entre outras fontes de recursos socioeconômicos, que de uma forma específica, reflete em perda para o Município de Boa Vista.

## Fontes de financiamento

Para os empresários do setor moveleiro, foi perguntado se tinham conhecimento das principais fontes de financiamento, ou seja, incentivos e benefícios direcionados ao setor que estão disponíveis para incremento da atividade produtiva. Aproximadamente 45% responderam que conhecem as linhas de financiamento do Banco da Amazônia, 14% responderam que conhecem as fontes do BNDES, Fundos Estaduais, bem como outros, como: FAT/FNO.

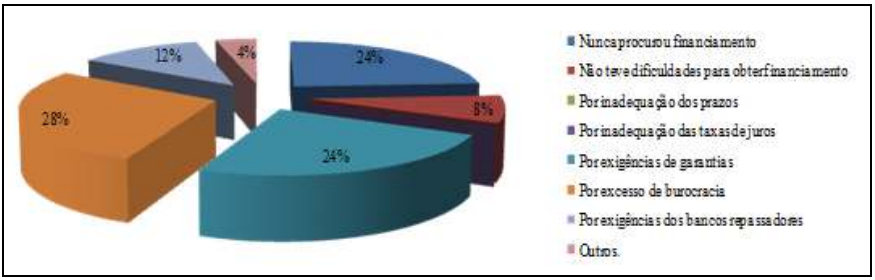
**Gráfico 24 – Conhecimento das linhas de financiamento disponíveis para apoio tecnológico**




Fonte: SOUZA (2009).

Cabe destacar que o FNO/FAT são recursos destinados a investimentos fixos e capital de giro para as empresas do setor de indústria, comércio e serviço instalados na região Norte. Os recursos são controlados pelo Banco da Amazônia (FNO) e Banco do Brasil, além da Caixa Econômica Federal (FAT).

**Gráfico 25 – Dificuldades de acesso aos mecanismos de financiamento**




Fonte: SOUZA (2009).

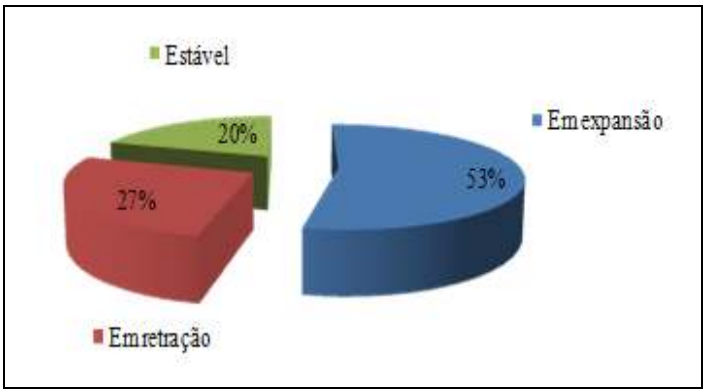
Apesar de muitos conhecerem as linhas de financiamento, cerca de 14% da amostra respondeu que não conhece essas fontes para obtenção de crédito. Isso se deve por diversas razões ao acesso dessas fontes de financiamento. Analisando o gráfico 25, é possível perceber que 28% se deve ao fato do excesso de burocracia, dos documentos exigidos para liberar esses recursos e muitos acabam desistindo dessa obtenção de crédito.

Outros 24% responderam que exigências de garantias também foram um dos fatores que desestimularam muitos empresários a não fazer um financiamento. E, apenas 8% responderam que não tiveram dificuldade para obter empréstimos juntos às instituições.

Questionados sobre o que eles pensavam sobre à atual situação do mercado atual, cerca de 53% dos entrevistados

responderam que o mercado encontra-se em expansão, 27% em retração e 20% acreditam que está estável.

**Gráfico 26 - Opinião em relação ao mercado atual**

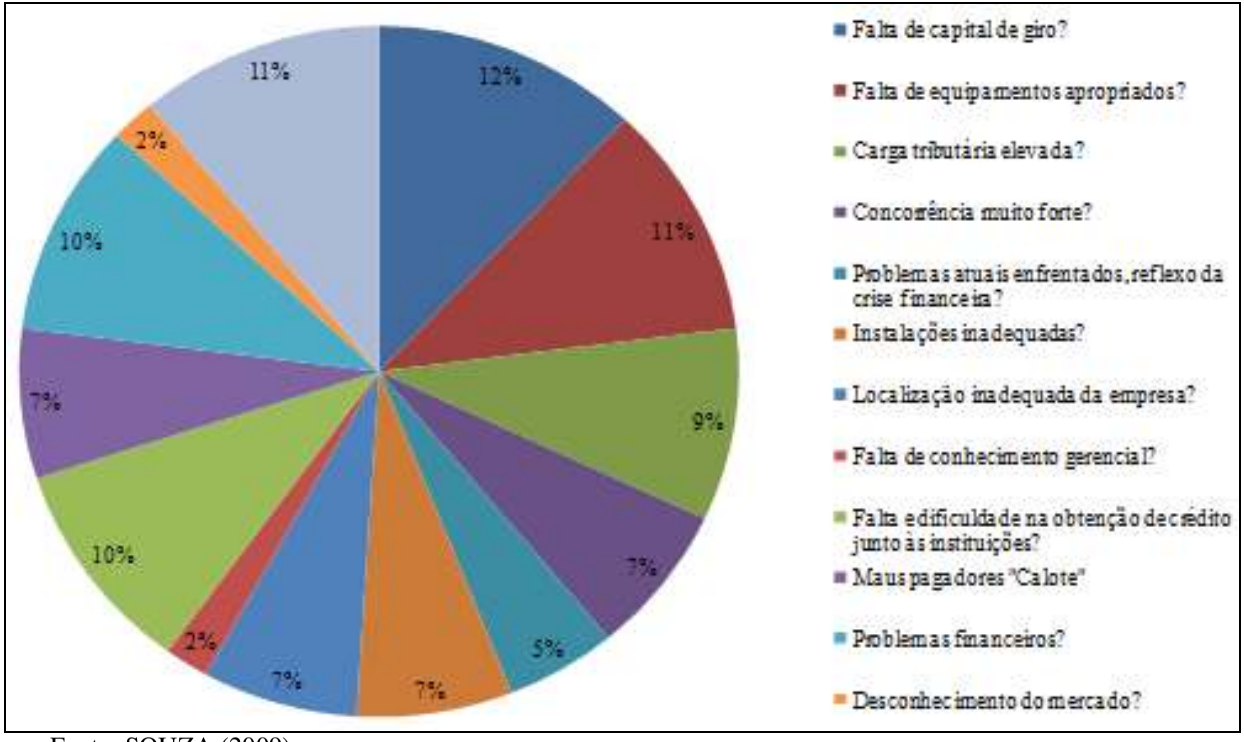



Fonte: SOUZA (2009).

Finalizando o questionário aplicado junto aos empresários, foram questionados sobre as principais dificuldades enfrentadas pelo setor. Todos os itens do gráfico 27 foram marcados, pois a questão admitia mais de uma resposta, mas escolhendo as cinco mais citadas, temos:

a) Falta de capital de giro;
b) Falta de mão de obra qualificada;
c) Falta de equipamentos apropriados;
d) Falta e dificuldade na obtenção de crédito junto às instituições; e
e) Problemas financeiros.

**Gráfico 27 – Principais problemas enfrentados pelo setor moveleiro nos últimos anos**




Fonte: SOUZA (2009).

Dessa forma, os empresários do setor moveleiro destacaram essas como as principais dificuldades enfrentadas atualmente. Como essa pergunta admitia mais uma resposta, 12% responderam que a falta de capital de giro é um problema, ou seja, como investir mais, como comprar mais matéria-prima, se não tem capital? Percebe-se que os itens mais marcados estão interligados, pois a falta de capital de giro não deixa de ser um problema financeiro.

O problema financeiro só pode ser resolvido se os empresários tiverem crédito junto às instituições e estes não conseguem devido ao excesso de exigências e garantias impostas. Assim, a falta de incentivos ao setor é forte, carecendo de uma política mais eficaz por parte dos governos estadual e municipal.

Por outro lado, não se é possível investir em maquinários novos devido à essa falta de crédito, pois as máquinas são caras, necessitando de empréstimos junto a essas instituições. O setor moveleiro apresenta escassez de mão de obra qualificada, e isso representa também um obstáculo ao desenvolvimento do setor, principalmente no que concerne à qualidade dos produtos fabricados, visto que boa parte da produção, como já mencionado, é feita de forma semi-artesanal.

A baixa qualificação profissional é mais intensa na área operacional, o que aponta para a grande necessidade de treinamento em vários setores, com ênfase na secagem da madeira, no processo de produção e na parte de design, que é, entre outros, um dos itens mais exigidos pelo mercado, tanto nacional como internacional (SEBRAE, 2003).

Grande parte da mão de obra direta das empresas do setor moveleiro, não teve nenhum tipo de treinamento especializado, considerando que muitos iniciam na profissão como profissionais que colaboram na atividade como familiares e vão adquirindo

habilidades com os mais experientes. É necessário que sejam ministrados cursos de qualificação no que diz respeito a melhor produtividade dentro das empresas (SEBRAE, 2003).

Para que haja no futuro maior incremento do consumo local, será necessário, maior investimento no setor com aquisição de máquinas e equipamentos modernos, buscando alcançar maior produtividade e qualidade dos produtos através da obtenção de financiamentos proporcionados pelo governo com taxa de juros mais atraentes.

## Conclusões parciais

Este capítulo teve como objetivos mostrar o perfil e a estrutura do setor moveleiro, no Município de Boa Vista. Através da pesquisa de campo, realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2009, mostra que o setor necessita se estruturar para obter o desenvolvimento e competitividade não só no mercado local, mas exportar para o país vizinho que é a Venezuela. A estrutura do setor moveleiro necessita de muitos avanços, seja tecnológico com máquinas modernas e atuais, até de um apoio ainda maior das instituições que ajudam a promover o setor e esses são fatores essenciais para o desenvolvimento, independente do porte da empresa.

Através da concretização de programas e projetos já existentes, políticas nesse sentido são válidas, desde que visem mostrar as reais necessidades do setor. A falta de uma política consistente e mais efetiva pode ser considerada como um obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico.

Como esta pesquisa de campo concentrou a amostra em empresas que se encontravam sindicalizadas, não foi possível

aumentar o universo da pesquisa, mais um outro fator que se apresenta como um problema para o setor, são as empresas que atuam no setor informal, e que dificultam a elas mesmas acesso ao crédito e aos incentivos do governo. Isto impede o aumento do faturamento e a geração de novos empregos.

Medidas enérgicas deverão ser tomadas para dinamizar o setor, para que se tenha sucesso no futuro, dentre elas: a capacitação gerencial, especialização da mão de obra existente, acesso ao crédito para aquisição de máquinas e equipamentos e capital de giro, visando melhoria na qualidade dos produtos e maior competitividade.

O diagnóstico nos mostra que o setor moveleiro no Município de Boa Vista tem plenas condições de prosperar. Porém, vale enfatizar que existem limitações que devem ser tratadas de forma conjuntural, tais como: questões fundiárias, de crédito e questões ambientais, entre outras.

# CAPÍTULO 5

Potencialidades da indústria moveleira de Boa Vista (RR)

# POTENCIALIDADES DA INDÚSTRIA MOVELEIRA DE BOA VISTA (RR)

A indústria moveleira de Roraima apresenta grande potencial pela disponibilidade de madeira nobre para móveis. Há uma grande diversidade de matéria-prima para o abastecimento, tanto a demanda regional quanto a internacional.

Localizado no Município de Boa Vista, o setor moveleiro apresenta grandes vantagens, principalmente pela sua localização próxima das fronteiras de países que têm uma grande demanda reprimida. As exportações do setor moveleiro são feitas de forma individual, o que traduz em custo alto para o consumidor final.

O Estado de Roraima possui aptidão para a atividade florestal com base no manejo florestal. Há abundância de florestas ricas em madeiras de valor comercial e produtos florestais não-madeireiros. Essas florestas têm grande importância para conservação da biodiversidade e regulação do clima (local, nacional e global). Além disso, essas florestas abrigam ricos depósitos minerais e possuem grande beleza cênica para o ecoturismo (BARBOSA *et al.,* 2008).

Por outro lado, o setor moveleiro apresenta-se como formatador de possibilidades e perspectivas para o desenvolvimento de sua cadeia produtiva, por apresentar dinâmica própria, sendo importante para a economia regional do ponto de vista social, pelos efeitos que sua verticalização trará ao conjunto socioeconômico estadual, com a geração de forte valor agregado ao longo da cadeia.

Nesse sentido, este capítulo apresentará dados sobre a madeira na Amazônia, perspectivas de crescimento do setor moveleiro e os projetos que o Estado e Prefeitura Municipal têm

para o desenvolvimento do setor, além das legislações existentes e incentivos que ficam para o setor.

## Dados das potencialidades da Amazônia Legal

As potencialidades existentes da indústria moveleira nas regiões da Amazônia são muitas, principalmente nos estados da região Norte, rico em matéria-prima. A Amazônia Legal inclui os estados do Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), Mato Grosso, parte do Maranhão (a 44 graus de longitude oeste) e uma pequena porção de Goiás (acima de 13 graus de latitude sul). A Amazônia Legal possui uma área aproximada de 5 milhões de quilômetros quadrados (59% do Brasil) (Figura 9).

**Figura 9 – Amazônia Legal**




Fonte: Lentini *et al*. (2005).

Segundo Lentini *et al* (2005), a Amazônia é formada por quatro fronteiras madeireiras, classificadas de acordo com as tipologias florestais, a idade da fronteira e as condições de acesso fluvial ou terrestre, conforme a seguir:

a) Antigas (mais de 30 anos). Localizadas ao sul e leste da Amazônia, em regiões como Paragominas, Tailândia e Rondon do Pará (PA), Sinop e Feliz Natal (MT). Melhor acesso rodoviário (estradas asfaltadas) e cobertura florestal reduzida;

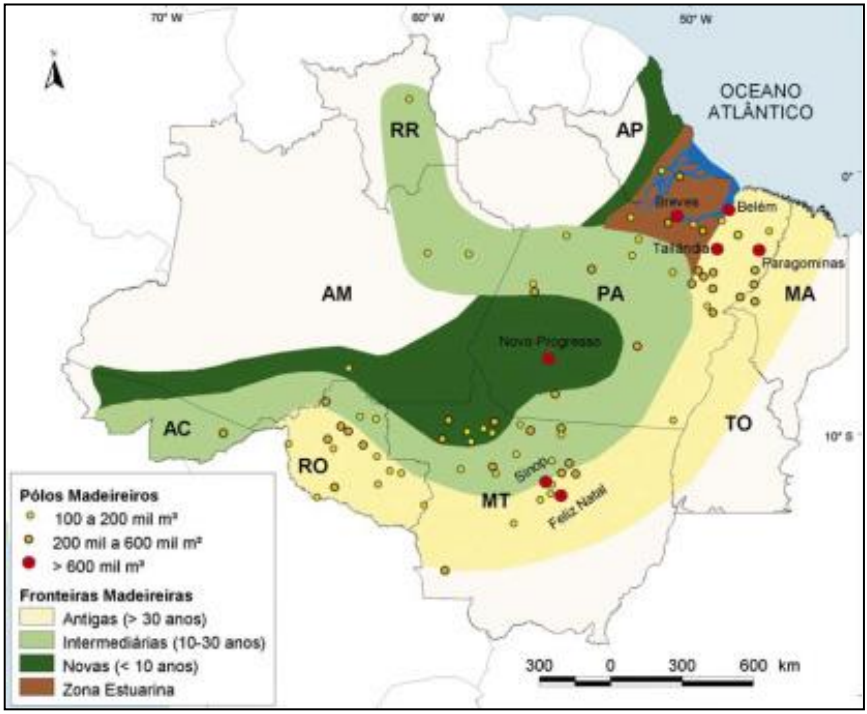
b) Intermediária*s* (10 a 30 anos). Situadas em regiões como as proximidades de Cláudia e Marcelândia (MT), Porto Velho e Buritis (RO) e Rio Branco (AC);

c) Novas (menos de 10 anos), destacando-se o oeste do Pará (Novo Progresso e Castelo de Sonho) e o extremo noroeste de Mato Grosso[10] (Aripuanã e Colniza). Essas fronteiras, recém-colonizadas, contêm importantes estoques de florestas economicamente valiosas, mas ainda possuem baixa infraestrutura;

d) Estuarina. É onde a exploração madeireira ocorre de forma seletiva e esporádica desde o século XVII. Entretanto, desde a década de 1960, com a instalação das indústrias, a exploração madeireira tem ocorrido de forma mais intensa nessa região (figura 10).

[10] A Amazônia Legal foi criada em 1953, pela Lei 1.806. Nessa época, o Estado de Mato Grosso possuía apenas a porção localizada ao norte de 16 graus de latitude dentro da Amazônia Legal. O Mato Grosso passou a compor a Amazônia Legal em sua totalidade por meio da Lei Complementar nº. 31 de 11/10/1977.

**Figura 10 – Fronteiras e polos madeireiros da Amazônia Legal**




Fonte: Lentini *et al*. (2005).

Em Roraima, a partir dos anos 90 com a intensificação de novos projetos de assentamentos para colonização supriam o setor, que ainda guarda esperanças em fortalecer-se com o repasse de imensas glebas de florestas da União para a posse do Governo Estadual, a fim de se promover um intenso fluxo de colheita de madeira sob o mesmo modelo arcaico de exploração e comercialização (BARBOSA *et al*., 2008).

Atualmente no Estado o quadro de usinagem de madeira não difere muito do de épocas passadas, exceto pela existência de

um único plano de manejo empresarial recentemente aprovado na região: as madeiras processadas em Roraima provêm de áreas desflorestadas para fins de agropecuária (BARBOSA *et al*., 2008).

O desconhecimento do mercado global faz com que a região amazônica e, em especial, o Estado de Roraima continuem adotando os mesmos procedimentos, resultando em processos de alto impacto para reduzir custos sem plano de manejo. O resultado é o empobrecimento do setor, do ambiente e da população, na medida em que os custos com multas, impostos e transportes aumentam em função da degradação e da elevação dos índices da miséria regional.

Em relação ao desmatamento em Roraima, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), a área total de florestas desmatadas em Roraima entre 1978 e 2006 foi de 8047 $km^2$, considerando os dados analógicos e digitais de 1978 a agosto de 2006. Este número representa 3,6% da área total do Estado (225.116,1 $km^2$), ou 9,1% de todos os ecossistemas florestais presentes na "área de uso" livre de todos os municípios. Entende-se por "área de uso" como toda a área sem impedimentos legais ao desmatamento, ou seja, já descontado as unidades de conservação (UC) e as terras indígenas (TI). Desta forma, a "área de uso" em todos os municípios totaliza 107.610 $km^2$, sendo 82.856 $km^2$ (77%) em área de florestas.

Em 2001, a Medida Provisória 2.166 promoveu a alteração do Código Florestal, o espaço a ser preservado como Reserva Legal por proprietários rurais na Amazônia Legal passou a ser de 80% das propriedades. Ao invés da simples derrubada da floresta para dar lugar a pastagens e monoculturas, o desenvolvimento deveria ser obtido a partir da manutenção dos ecossistemas florestais nativos da Amazônia.

## Projetos do governo estadual e municipal para desenvolvimento do setor moveleiro

Nas subseções seguintes serão mostradas algumas iniciativas tanto do governo estadual sobre questões que envolvem o setor moveleiro, bem como do governo municipal, além dos incentivos fiscais e financeiros para os empresários que investirem no setor.

## Iniciativas do Governo Estadual de Roraima

Zoneamento Ecológico-Econômico – O Governo do Estado de Roraima elaborou o Projeto de Lei nº. 047/08, que institui o Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima e dá outras providências. Foi definido com base nos estudos e trabalhos realizados no Estado de Roraima, assim como na Legislação Federal pertinente, conforme segue:

> Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
>
> Decreto nº. 99.540, de 21 de Setembro de 1990 – Institui a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e dá outras providências;
>
> Decreto nº. 4.297, de 10 de julho de 2002 – Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências;

> Decreto nº. 6.288, de 06 de dezembro de 2007**.** Altera o Decreto Nº 4.297.
>
> Medida Provisória nº. 2166-67 de 24 de agosto de 2001 – Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências.

É um instrumento político e técnico de planejamento, cuja finalidade consiste em otimizar o uso regional e a aplicação das políticas públicas. Tecnicamente, coleta e organiza as informações, necessárias ao planejamento e administração do uso sustentável, por meio da ocupação racional dos recursos naturais.

Simultaneamente incrementa a eficácia das decisões políticas e das intervenções públicas na gestão do território, produzindo canais de negociação entre as várias esferas de governos e a sociedade local.

Visa atender o planejamento do território de forma responsável, comprometendo-se com as questões de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável e com efetividade dos recursos financeiros aplicados.

A ausência de um planejamento territorial repercute em custos extraordinários na reversão de um cenário de destruição do meio ambiente e desperdício de lucros, no que tange a boa produtividade.

Assim, quem planeja e quem arbitra as decisões precisa municiar-se de boas informações multidisciplinares sobre o meio ambiente. Dessa forma, o Zoneamento Ecológico Econômico é um instrumento norteador fundamental para o planejamento e

ordenamento do território, tendo em vista o crescimento e o desenvolvimento sustentável da região.

Através do ZEE foram identificadas as vocações econômicas do Estado de Roraima, como o clima, vegetação caracterizada pelos domínios dos cerrados (lavrados), florestas e campinaranas e suas áreas de contato, que propiciam excelente ambiente diversificado e extraordinária vantagem competitiva no agronegócio e nas agroindústrias.

Em janeiro de 2009, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o decreto nº. 6.754, que veio regulamentar a Lei nº 10.304 de 2001, além da Medida Provisória nº. 454, pela qual fez o repasse de seis milhões de hectares de terras da União para o Estado de Roraima, o que equivale a 25% da área total do Estado.

Com a Medida Provisória, permitiu-se que as terras transferidas sejam preferencialmente utilizadas em atividades de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, de assentamento, de colonização e também para promover a regularização fundiária no Estado; e retirou o prazo de 180 dias para sua regulamentação, conforme estabelecia o texto de 2001.

Como a lei nunca foi regulamentada, o presidente Lula a alterou por meio da MP e editou o decreto que a regulamenta de uma só vez, tornando-a aplicável de imediato. A MP e o decreto de 28 de janeiro estabelecem condições para a transferência de glebas da União para o Estado.

O decreto ressalva expressamente a transferência não apenas de áreas institucionais, já definidas, mas também das Unidades de Conservação (UCs) em processo de criação, como: Reserva Extrativista Baixo Rio Branco-Jauaperi, Floresta Nacional Jauaperi, Unidade de Conservação Lavrados, ampliações do Parque Nacional Viruá e da Estação Ecológica Maracá e as áreas destinadas à redefinição dos limites da Reserva Florestal Parima e

da Floresta Nacional Pirandirá. Estas UCs serão instituídas após consulta ao Estado de Roraima.

Essas medidas vêm ao encontro de uma demanda antiga do Estado como condição fundamental para seu desenvolvimento. O Estado vai precisar elaborar e implementar um plano de desenvolvimento consistente, construído com a participação da população.

O Zoneamento Ecológico-Econômico atualmente foi encaminhado ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que deve analisar a lei que institui o ZEE e, finalizando esta etapa do processo de aprovação da legislação, poderá então ser aplicada no Estado.

Dessa forma, após o repasse das terras da União para o Estado de Roraima, e com a Lei do Zoneamento Ecológico-Econômico devidamente aprovada, não haverá mais barreiras para que os projetos de desenvolvimento não aconteçam, ainda que tenham que ser redimensionados devido às limitações territoriais motivadas pela demarcação da Raposa Serra do Sol.

Impulsionar o setor moveleiro com a implantação de uma área administrativa moderna e ágil, além de proporcionar meios para que o Distrito Industrial de Roraima seja referência no Norte são as metas do Governo do Estado, com os investimentos de revitalização do distrito e implantação do Condomínio Industrial.

Segundo dados da SEPLAN-RR, serão construídos seis galpões no Distrito Industrial para abrigar alguns setores das indústrias do Estado de Roraima, incluindo a indústria moveleira, através do convênio nº. 040/2007, entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e Governo do Estado de Roraima e têm por objeto a infraestrutura de um complexo industrial e armazenagem em Boa Vista, num total de mais de R$ 10 milhões.

Desta forma, as empresas de móveis do estado vão ganhar um novo impulso econômico com a finalidade de incentivar o desenvolvimento do setor, gerando valor agregado, além de contribuir de forma significativa para aumentar o volume das exportações. O referido convênio atualmente encontra-se em fase de licitação e certamente atenderá os anseios da classe moveleira.

Em 2008, o setor moveleiro inaugurou a Câmara Setorial de Madeira e Móveis de Roraima – CASEMM. A entidade tem o objetivo de reunir e agregar empresários e entidades dos setores moveleiros, madeireiros e de marcenaria de Roraima para debater políticas e anseios da classe.

## Iniciativas do Governo Municipal de Boa Vista

O Sindicato das Indústrias Moveleiras do Estado de Roraima manifestaram interesse em conseguir benefícios com a Zona de Processamento e Exportação (ZPE), mas para isso falta regulamentação por parte dos governos estadual e municipal, pois os benefícios só atingem as empresas que se instalarem no terreno destinado à instalação da ZPE, na região do Passarão, ao longo do trecho sul da BR-174.

Com a construção do Condomínio Industrial, além das empresas já instaladas no Distrito Industrial (BR-174 saída para Manaus) a preocupação é que estas empresas sejam contempladas pelos benefícios da ZPE, uma vez que toda estrutura também existente no distrito está também contemplada na área de funcionamento da Área de Livre Comércio de Boa Vista.

## Incentivos Fiscais e Financeiros em Boa Vista

Segundo Araújo (2008), com a aprovação da Área de Livre Comércio (ALC) no Município de Boa Vista, os empresários, de modo geral, estarão sendo beneficiados com a isenção de impostos disponibilizados com a regulamentação dessa área e contribuirá não apenas para a economia do Estado, mas para a sobrevivência dos empresários locais. A isenção desse imposto será sobre as operações de aquisição. As operações internas, entre o comércio e o consumidor final, continuam com os mesmos tributos.

Segundo Cruz (2009), as Áreas de Livre Comércio foram criadas para promover o desenvolvimento econômico e social das regiões fronteiriças internacionais localizadas na Amazônia Ocidental, com o intuito de integrá-las ao restante do país, oferecendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus, com incentivos de IPI e do ICMS.

As Zonas de Processamento de Exportação são destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior. No caso da ZPE de Boa Vista, esse instrumento pode representar o elemento decisivo para a dinamização da economia não só na Capital, mas de todo o Estado de Roraima. Representa um instrumento capaz de induzir o beneficiamento e a industrialização dos recursos naturais, aumentando o valor agregado de sua produção e gerando empregos.

O Município de Boa Vista concentra mais de 70% das atividades econômicas e cerca de 65% do contingente populacional do estado, acaba sendo imprescindível no contexto socioeconômico do Estado, pois os entraves ao desenvolvimento de Boa Vista são igualmente entraves ao crescimento de Roraima. Além do mais, não existem condições de viabilizar um projeto de

desenvolvimento que tenha a indústria como propulsora. Longe dos fornecedores de matéria-prima, o custo final não seria competitivo.

No entanto, os interessados em adquirir produtos estrangeiros ou de outros estados brasileiros e gozar dos benefícios deverão cadastrar-se junto SUFRAMA e Receita Federal, sendo necessário que apresente toda documentação necessária, além do alvará de funcionamento. Os impostos a serem isentos e onde os empresários não precisarão mais recolher com a implantação da ALC de Boa Vista:

a) COFINS – contribuição federal incidente sobre a receita bruta das empresas destinada a financiar a seguridade social. São contribuintes da COFINS as pessoas jurídicas de direito privado em geral, inclusive as micro-empresas e as empresas de pequeno porte;

b) PIS – é uma contribuição social, devida pelas pessoas jurídicas com o objetivo de financiar o pagamento do seguro-desemprego e do abono para os trabalhadores que ganham até dois salários mínimos;

c) Imposto de Importação – Imposto Federal e somente a União tem competência para instituí-lo (art. 153, I, da Constituição Federal). O contribuinte do imposto é o importador, ou quem a ele a lei equiparar. A alíquota utilizada depende de decreto presidencial;

d) IPI – Imposto Federal que incide sobre os produtos industrializados, estrangeiros e nacionais. Os contribuintes deste imposto podem ser o importador, o industrial, o comerciante ou o arrematador, ou a quem a lei os equiparar, dependendo do caso; e

e) ICMS – Imposto estadual onde somente os Governos dos Estados têm competência para instituí-lo (art. 155, II, da Constituição Federal). O simples fato de a mercadoria sair do estabelecimento de contribuinte já caracteriza o fato gerador. Não importa se a venda se efetivou ou não, mas sim se ocorreu a circulação da mercadoria.

A implantação da ZPE, segundo CRUZ (2009), também faz parte do contexto econômico das ações do Governo do Estado. O fato de Roraima estar incluído na Amazônia Legal possibilita ao Estado se beneficiar dos incentivos federais administrados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

São basicamente, isenções de Imposto de Renda e financiamentos do Fundo de Financiamento da Amazônia (FINAM), pelo Banco da Amazônia (Basa) – financiamentos do Fundo Constitucional do Norte (FNO) – e pela SUFRAMA – incentivos destinados a empreendimentos industriais localizados na Zona Franca e que são extensivos à Amazônia Ocidental.

O Governo do Estado oferece um conjunto de incentivos, tais como: a) Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Roraima – FUNDER (Lei nº. 023, de 21/11/1991); b) Tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas (Lei nº. 124, de 26/03/1996); c) Estímulos para infraestrutura (venda de lotes a preços reduzidos no Distrito Industrial de Boa Vista); e, d) Outros estímulos de caráter administrativo (simplificação para a constituição e participação em processos de licitação para as micro e pequenas empresas).

Os incentivos do FUNDER são concedidos nas etapas de implantação, funcionamento, relocalização, ampliação, modernização, diversificação e recuperação de empresas. Além disso, o governo subsidia tarifas de água e esgoto, de infraestrutura de armazenagem e produção, bem como dá apoio a estudos de mercado e projetos executivos. Dessa forma, a ZPE de Boa Vista, pode ser considerado um instrumento estratégico ao qual as autoridades estarão recorrendo para mais rapidamente superar as etapas de no processo de desenvolvimento do Estado.

## Legislação ambiental e normas do setor moveleiro: manejo e certificação florestal

A madeira em tora explorada em florestas naturais na Amazônia pode ser legalmente adquirida por meio de duas fontes: (i) Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS)[11] ou (ii) Autorizações de Desmatamento. Nesse último caso, o desmatamento está restrito a 20% das propriedades rurais localizadas em áreas florestais da Amazônia Legal, de acordo com a Medida Provisória 2.166-65/2001.

Até o primeiro semestre de 2005, novas regras para o manejo florestal na Amazônia estavam sendo discutidas pelo Ministério do Meio Ambiente e IBAMA além de diversos setores da área florestal. Uma das inovações previstas é a Instrução Normativa que regulamenta a Autorização Prévia à análise técnica dos PMFS a ser expedida pelo IBAMA. Essa autorização seria concedida a empreendimentos sem problemas jurídicos (por exemplo, relativos à situação fundiária das áreas de manejo). Dessa forma, os empreendimentos apenas prosseguiriam com o planejamento da exploração (inventário florestal, elaboração dos PMFS etc.), caso não houvesse pendências na Análise Prévia.

Enquanto as novas regras de manejo florestal não forem aprovadas, o instrumento legal que regula os Planos de Manejo é a Instrução Normativa IBAMA n. 4, de 2002. A Instrução requer o censo das árvores a serem exploradas, exceto para sistemas tradicionais de exploração (abaixo de 10 metros cúbicos por

[11] Os Planos de Manejo devem ser elaborados por profissionais registrados junto aos Conselhos Regionais (Creas). A partir de abril de 2003 (Portaria IBAMA n. 19), esses profissionais também se tornaram responsáveis pelo acompanhamento dos Planos, devendo apresentar ao IBAMA uma declaração de acompanhamento e avaliação dos PMFS.

hectare). Também procura diminuir o tempo de transação do manejo (regulado em até 60 dias para a aprovação do PMFS).

Planos de Manejo Florestal – Em 2000, os 389 Planos de Manejo aprovados pelo IBAMA somavam 185 mil hectares. Em 2001, houve um aumento no número de planos aprovados (549), que cobriam uma área de 340 mil hectares. Cerca de 9,3 milhões de metros cúbicos foram autorizados para exploração por meio de Planos de Manejo em 2001. Em 2003, o volume de madeira em tora autorizado para manejo ficou em cerca de 8,2 milhões de metros cúbicos.

Para Roraima, a adoção de manejo como regra geral promoveria uma redução na oferta e um aumento na qualidade e no preço do produto, bem como a construção de uma cadeia produtiva sólida e persistente no ramo, pois estaria comandando a regulagem de estoques e não à mercê de crises econômicas, políticas e sociais. Desta maneira, este importante setor de receita estadual poderia estabelecer preços superiores aos seus produtos (Roraima detém a menor cotação média de madeira da região Norte) e gerar cadeia produtiva sólida e ambientalmente consistente (BARBOSA *et al.,* 2008).

Em julho de 2008, realizou-se em Boa Vista, o 3º Seminário do APL Madeira e Móveis: oportunidades e desafios para o desenvolvimento do setor florestal de Roraima e reuniu cerca de 120 pessoas entre técnicos do governo, empresários do setor florestal, representantes de entidades de classe, políticos, líderes comunitários, pequenos produtores florestais e estudantes de áreas afins à atividade florestal.

Os resultados dos grupos de trabalho caracterizaram os seguintes entraves ao marco político e institucional para o manejo florestal em Roraima: a) Insegurança fundiária; b) Burocratização dos sistemas de licenciamento ambiental; c) Falta de conhecimento

da legislação e boas práticas de manejo florestal; e, d) Ausência de políticas florestais estaduais (p.ex. zoneamento econômico florestal).

Como propostas, os participantes dos grupos apresentaram, entre outras: a) Criação de um fórum para discutir uma política florestal para Roraima; b) Implementação da descentralização da gestão florestal, fortalecendo os órgãos estaduais e aumentando a presença desses órgãos nos municípios; e, c) Criar programas de capacitação para produção florestal sustentável.

Uma maior eficiência do setor moveleiro passa por melhorias no parque industrial, na necessidade de atuação coletiva (associativismo), na diminuição do excesso de burocracia para tornar a atividade legal e ao mesmo tempo rentável, entre outras ações.

A partir dessas informações, os participantes do Seminário caracterizaram como principais entraves para o desenvolvimento do setor moveleiro:

a) Excessiva burocracia e carga tributária para licenciar e legalizar a atividade;
b) Baixa qualificação de mão–de-obra;
c) Baixa qualidade dos produtos; e
d) Baixo nível tecnológico na produção.

A seguir, temos o quadro 1, que mostra os principais entraves, propostas, ações e os responsáveis para o setor moveleiro do Estado.

**Quadro 1 – Síntese das propostas sobre produção e tecnologia para o setor moveleiro de Roraima**

| Entraves | Propostas | Ações | Responsáveis |
|---|---|---|---|
| Excessiva burocracia para licenciamento | Consolidar estudo sobre demanda e oferta para adaptar padrões de licenciamento, reduzir carga tributária, melhorar parque industrial e aumentar produção. | Implementar programas de capacitação de mão de obra, criar plano de marketing para os produtos florestais roraimenses, criar marca para produtos moveleiros etc. | Órgãos governamentais, Organizações públicas e privadas, universidades etc. |
| Baixa qualificação de mão de obra. | | | |
| Baixa qualidade de produtos. | | | |
| Preço baixo do produto | | | |

Fonte: SEBRAE-RR.

Como propostas, os participantes apontaram:

a) Diminuição da carga tributária e documentos exigidos para produzir e transportar móveis;

b) Fomento do setor a partir de estudo que qualificará demanda e oferta de produtos moveleiros em Roraima;

c) Consolidação do polo moveleiro de Roraima, por meio de intercâmbio entre empresas para melhorar sistemas de produção e trocas de informações tecnológicas, conforme quadro exposto.

Lei de Gestão de Florestas Públicas[12] – sancionada pelo Presidente da República em março de 2006, prevê a descentralização da gestão florestal para os Estados. Essa lei tem por objetivos:

a) Regulamentar a gestão das florestas em áreas públicas (União, Estados e Municípios);

b) Criar o Serviço Florestal Brasileiro, SFB, como órgão regulador da gestão das florestas públicas;

c) Criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para promover o desenvolvimento tecnológico, assistência técnica e incentivos para o desenvolvimento do setor florestal (BARBOSA et al., 2008).

A lei define três formas de gestão:

a) Unidade de Conservação para produção florestal (por exemplo, Flonas/Flotas, RDS);

b) Uso comunitário (assentamentos florestais, Resex, PDS etc.);

c) Concessões florestais fora de Unidades de Conservação. O processo de licitação considera não apenas o melhor preço ofertado pelo concessionário, mas também os benefícios socioeconômicos a serem gerados pelo empreendimento no local, a maior agregação de valor local e a melhor técnica de manejo florestal (menor impacto ambiental) apresentada.

[12] Lei nº 11.284, de março de 2006, regulamentada pelo decreto nº 6.063, de março de 2007.

## Floresta Nacional de Anauá

Segundo Lentini (2005), o setor madeireiro da Amazônia é paradoxal. Por um lado, é economicamente competitivo e um importante gerador de oportunidades de emprego e renda para uma parcela significativa da população da Amazônia. Por outro, o caráter migratório da indústria madeireira e o baixo índice de adoção de manejo florestal revelam alguns dos graves problemas do setor madeireiro.

Dessa forma, políticas públicas se fazem necessárias através do ordenamento territorial. Assim, para deter o caráter migratório da indústria madeireira, é essencial a definição das regiões nas quais a exploração pode ocorrer, de acordo com o Zoneamento Ecológico- Econômico. Nessas áreas, deve-se priorizar a regularização fundiária e a criação de Florestas Nacionais ou Estaduais – Unidades de Conservação de Uso Sustentável– para assegurar uma oferta legal e manejada de produtos florestais.

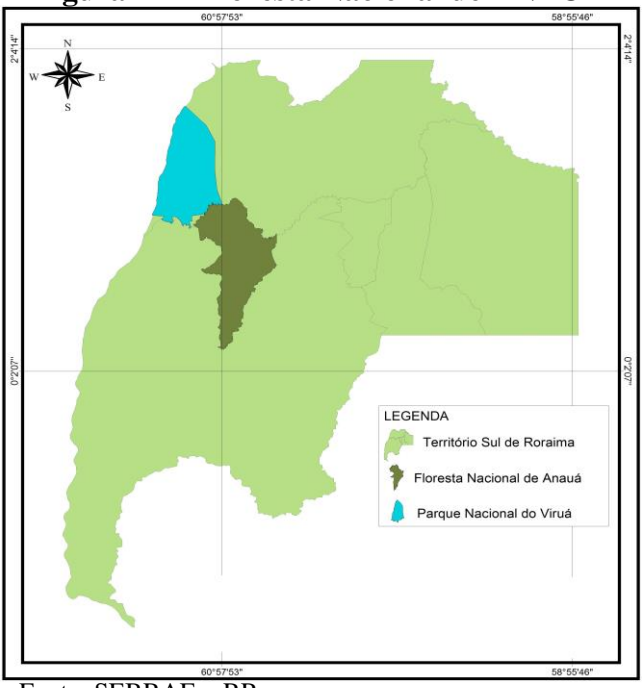
Outro tipo de política pública seria o apoio à eficiência da indústria, onde a melhoria no rendimento de processamento industrial pode reduzir de forma significativa o consumo de matéria- prima e, portanto, a pressão sobre a floresta. Por exemplo, se o rendimento do processamento subisse hoje em 3% (de 42% para 45%), haveria uma economia de 1,6 milhão de metros cúbicos de madeira em tora, o que significaria poupar 108 mil hectares de florestas. Dessa forma, recomendamos a adoção de instrumentos econômicos, tal como a redução de impostos para a aquisição de maquinário destinado a melhorar o rendimento (LENTINI, 2005).

A maioria da produção da Amazônia (63%) são produtos de baixo valor agregado, comercializados apenas como madeira serrada, principalmente para a construção civil. Por isso, são

necessários instrumentos econômicos para incentivar o aumento da renda da produção madeireira como, por exemplo, a diminuição das taxas de importação de maquinários, que agregam maior valor à produção. Paralelamente, são necessários investimentos em treinamento de pessoal técnico especializado para operar esse maquinário.

A adoção de manejo como regra geral promoveria uma redução na oferta e um aumento na qualidade e no preço do produto, bem como a construção de uma cadeia produtiva sólida e persistente no ramo, pois estaria comandando a regulagem de estoques e não à mercê de crises econômicas, políticas e sociais.

**Figura 11 - Floresta Nacional de ANAUÁ**




Fonte: SEBRAE – RR.

Desta maneira, este importante setor de receita estadual poderia estabelecer preços superiores aos seus produtos (Roraima detém a menor cotação média de madeira da região Norte) e gerar cadeia produtiva sólida e ambientalmente consistente (BARBOSA et al*.,* 2008).

Através do decreto s/n de 18 de fevereiro de 2005, foi criada a Floresta Nacional (Flona) de Anauá, com 392.725 ha, localizada no Município de Rorainópolis, com o objetivo de promover o uso múltiplo dos recursos florestais, a manutenção e a proteção dos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental, bem como o apoio ao desenvolvimento de métodos de exploração sustentável dos recursos florestais das áreas limítrofes. Área de nascentes e mananciais hídricos margeados por densa floresta ambrófila e campinaranas. A criação da unidade atendeu aos anseios da população local que desejava formas de explorar racionalmente seus bens naturais sem levá-los à exaustão por desmatamento.

Segundo dados do Sistema Nacional de Unidade Conservação (SNUC), falta elaborar o plano de manejo da Floresta Nacional de ANAUÁ (figura 11), para viabilizar o seu desenvolvimento econômico sustentável, por meio das ações de manejo florestal sustentável; geração de emprego e renda para famílias de produtores; extrativistas e profissionais das mais diversas áreas, minimizando índices críticos socioambientais em evidência na referida região.

## Conclusões parciais

O presente capítulo buscou mostrar de forma sucinta as potencialidades do setor moveleiro no Estado de Roraima e que

beneficiam o Município de Boa Vista. Mostrou-se dados recentes da Amazônia brasileira, bem como os projetos para o desenvolvimento do setor, através de iniciativas do Governo Estadual e Municipal.

Os incentivos fiscais e financeiros que a indústria moveleira pode contemplar com a Área de Livre Comércio de Boa Vista, além dos incentivos fiscais que poderá gozar com a instalação da Zona de Processamento de Exportação que está em fase de andamento.

Através apresentação do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Anauá (Flona Anauá), no Sul do Estado, protegida pela Lei de Crimes Ambientais, poderá ser explorada de forma sustentável. Para isso, deverão ser traçadas diretrizes com o objetivo de preservar o meio ambiente sem agredir a natureza.

A Flona Anauá ocupa uma área de 259.550 hectares preservados, de posse e domínio públicos, provida de cobertura vegetal nativa e plantada, estabelecida com fins de promover o manejo dos recursos naturais. Considerada como prioridade do APL Madeira e Móveis e do Projeto Estruturante Não-Madeireiro do SEBRAE/RR, a viabilidade desse plano proporcionará a esses projetos um manejo adequado. Em suma, o setor moveleiro dispõe de grandes potencialidades, uma vez superados os problemas comuns ao setor, como qualidade, treinamento, acabamento, financiamento e incentivos à atividade dentre outros fatores, facilitará a competitividade do mesmo com outros mercados.

# CONCLUSÃO

# CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo avaliar as potencialidades das empresas do setor moveleiro do Município de Boa Vista, traçando o perfil dos empresários, origem da matéria-prima, *design,* entre outros fatores de maior importância, como dificuldades e perspectivas de crescimento do setor.

O referencial teórico mostra que a mudança de enfoque deste estudo do desenvolvimento exógeno para desenvolvimento endógeno resultou de a região ser relativamente isolada do resto do Brasil e do exterior, e das características da indústria moveleira local. Assim, para valorizar as potencialidades locais, considerou-se ser necessário abordar novas maneiras para que grupos de empresas e outras instituições possam alavancar o desenvolvimento regional.

O que se pode observar é o surgimento de novos paradigmas no que se refere à questão do desenvolvimento regional. Nisso, salienta-se a teoria do desenvolvimento local endógeno, reforçando a força e o papel dos agentes locais na formatação de seu próprio desenvolvimento econômico. Antes, esse desenvolvimento era pensado como sendo impulsionado de cima para baixo, onde se introduziam grandes projetos estruturantes em regiões desfavorecidas, a exemplo dos pólos de desenvolvimento e dos complexos industriais. Agora, com a perspectiva de desenvolvimento endógeno, o novo modelo de desenvolvimento é realizado de baixo para cima, ou seja, partindo-se das potencialidades do local, tendo como agentes principais os próprios atores locais (AMARAL FILHO, 1996).

Ao se questionar sobre esses mecanismos, os aglomerados de empresas aparecem como uma alternativa de promoção do desenvolvimento regional endógeno. Dentre os diversos tipos de

aglomerados estão os distritos industriais, *clusters* e arranjos produtivos locais. Estas abordagens apresentam características próprias e heterogêneas, mas de modo geral enfocam grupos de empresas em torno de atividades afins dentro de um mesmo espaço geográfico.

A indústria moveleira é internacionalmente reconhecida como de baixa intensidade tecnológica, em relação a outros setores. Mas isto não significa que a inovação não esteja incorporada ao dia a dia do setor, especialmente em *design*, novos insumos e materiais e na gestão do processo produtivo, sobretudo quando ela é considerada a partir da perspectiva das cadeias produtivas.

No caso do setor moveleiro do Brasil, que possui uma cadeia produtiva moveleira que se inicia no cultivo e extração de madeira e termina apenas na entrega do móvel na casa do consumidor final. Cada etapa desta cadeia produtiva envolve um grande número de interações e atores econômicos e sociais diferenciados: inicia-se com a extração de madeira nativa, ou com a produção de madeira cultivada; isso engloba conhecimentos relacionados ao manejo sustentado de florestas e questões políticas, como controle da exportação de madeira não processada, questões ambientais; a cadeia produtiva continua com a produção do insumo mais importante do setor, as chapas de madeira; a seguir, vêm as questões relacionadas com o núcleo da cadeia, ou seja, a fábrica de móveis de madeira e sua concentração em aglomerações, além da constituição de arranjos industriais.

Outros atores participam dessa cadeia produtiva, que necessita de insumos que são advindos dos fornecedores de bens e serviços e que complementam a cadeia produtiva da indústria moveleira para a fabricação do produto final, que por último vai para as lojas de móveis e que chegam ao cliente final como: a indústria de equipamentos, para aquisição dos maquinários; mão

de obra qualificada oriundas de centros de tecnologia; a indústria metalúrgica; a indústria de acessórios; e a indústria química.

No que tange ao tema apresentado neste livro pode-se afirmar que o setor moveleiro, localizado no Município de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, pode ser considerado, à longo prazo, como um aglomerado com potencial necessário para alavancar a economia deste setor de maneira endógena. Com a participação de diversos atores, tanto de setores públicos como privados, o arranjo produtivo parte da potencialidade do local, traduzida pela atividade moveleira e tem como preocupações a redução das diferenças sociais e a promoção do desenvolvimento local.

Este livro representou uma tentativa de discutir como os arranjos produtivos locais podem ser considerados como mecanismos capazes de promover o desenvolvimento regional e endógeno de regiões com baixo dinamismo. Nesse contexto, os polos de desenvolvimento foram os mecanismos adotados para alavancar o desenvolvimento de regiões menos favorecidas por meio de grandes projetos de investimentos.

No Brasil esse mecanismo foi representado pelo Plano de Metas, pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, além das políticas de desenvolvimento regional nas regiões Norte e Nordeste. Embora os polos de desenvolvimento tenham trazidos alguns benefícios, o que se pôde verificar foi uma oposição às exigências e desafios trazidos pelo novo modelo de desenvolvimento: o desenvolvimento regional e endógeno.

O desenvolvimento regional ou local depende da conciliação das políticas, que impulsionam o crescimento, com os objetivos locais. A organização da sociedade local pode transformar o crescimento advindo dos desígnios centrais em efeitos positivos, ou melhor, em desenvolvimento para a região.

A região não pode ser vista apenas como um fator geográfico, mas como um ator social, como elemento vivo do processo de planejamento. O Estado é quem estabelece as regras do jogo e a região é a parte negociadora, que deve se inserir nos mecanismos de decisão para fazer acordos, transações, dirimir conflitos, enfim, deve ter a capacidade de transformar o impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento com inclusão social.

A solução dos problemas regionais e, por conseguinte a melhoria da qualidade de vida. Demanda o fortalecimento da sociedade e das instituições locais, pois são estas que transformarão o impulso externo de crescimento em desenvolvimento.

A partir da pesquisa bibliográfica e do questionário (Apêndice A) aplicado, foi possível chegar a um diagnóstico sobre as limitações ao desenvolvimento da fabricação de móveis no Município de Boa Vista.

Adicionalmente, as hipóteses previamente levantadas, mostraram que, no passado, a falta de incentivos ao setor moveleiro mostrava-se de forma tímida, mas que, atualmente, as políticas públicas e incentivos fiscais voltados para o crescimento do setor, como por exemplo, a celeridade na realização do projeto de construção do condomínio industrial, capaz de promover os fabricantes de móveis condições para que possam iniciar a produção em série, o que reduziria o custo da produção, com a qualidade necessária para atender as exigências do mercado.

Por outro lado, a questão ambiental, pode apresentar sim efeitos negativos, pois a principal matéria-prima utilizada na fabricação dos móveis é a madeira, sendo necessário o manejo florestal para a extração de forma sustentável dessa matéria-prima. Assim, o setor moveleiro do Município de Boa Vista possui grande

potencial mas para que este setor se desenvolva de maneira satisfatória, é necessário que as limitações detectadas neste trabalho sejam eliminadas, principalmente em relação ao acesso de matéria-prima legalizada, sendo esta uma das maiores limitações na fabricação de móveis no Estado. Hoje, o estado dispõe de uma área destinada a utilização da madeira de manejo florestal, que se encontra em fase de elaboração do Plano de Manejo.

Através do Programa Nacional de Florestas, o Governo Federal vem implementando o uso sustentável das Florestas Nacionais – FLONAS. São políticas de reflorestamento e de uso manejado das florestas, que permite a obtenção de uma matéria-prima mais bem elaborada, proporcionando o seu aproveitamento quase total, permitindo maior competitividade para o setor, atendendo as exigências do mercado sem agredir o meio ambiente e com retorno econômico e social.

Entretanto, a baixa tecnologia no processo de secagem da madeira e a falta de máquinas modernas é outro fator que causa severas limitações ao desenvolvimento do setor moveleiro, tendo em vista que o mesmo interfere diretamente na qualidade dos móveis fabricados e, consequentemente, na competitividade dos produtos, gerando assim outra limitação para o setor.

Há necessidade, ainda, de estabelecer uma estratégia de atualização tecnológica que envolva a orientação na aquisição de máquinas e equipamentos para as empresas menores; há necessidade de estudos sobre as preferências dos consumidores; criação de um centro de projetos integrados, inclusive *design* exclusivo, visando uma maior integração entre as empresas da região e os polos de móveis mais desenvolvidos

As possibilidades de que à longo prazo a indústria madeireira seja indutora do desenvolvimento da economia estadual é de suma importância, por sua dinâmica própria, o que importante

do ponto de vista econômico e social. Essas possibilidades estão condicionadas ao suprimento regular de matéria-prima, a uma política de apoio e a um programa de verticalização de produtos gerados pelo beneficiamento da madeira serrada.

Com o alongamento do processo de verticalização, a indústria moveleira apresenta-se com enorme potencial em alavancar o setor, somando-se a outros setores com idênticas possibilidades, como produção de esquadrias, embarcações, casas pré-fabricadas, laminados, compensados, instrumentos musicais, urnas funerárias, objetos de decoração e embalagens, artesanatos, etc.; alguns já fabricados, mas com baixo nível tecnológico. Quanto à interdependência dos moveleiros junto a seus fornecedores, vimos que existem alguns entraves fortes na relação. Dentre estes pontos podemos destacar como principais:

a) Madeiras secas - o moveleiro normalmente não tem acesso a madeiras que tenham algum processo de secagem;

b) Inexistência de garantia de fornecimento regular de madeira, pois as serrarias não enquadram os moveleiros como clientes potenciais, vendendo-lhes apenas as “sobras” de madeiras que não foram exportadas;

c) Os questionamentos ambientais e os aspectos institucionais têm limitado a expansão da produção de madeira tropical. Ademais, o aproveitamento das toras é ineficiente, com baixo grau tecnológico; e o sistema de exploração florestal predominante é o extrativismo itinerante, que acaba por causar distorções na oferta de madeira;

Considerando-se a proposta para a realização do presente livro, e analisando-se os resultados obtidos, é possível fazer

algumas considerações frente à indústria moveleira estudada. Para tanto, ressalta-se que o estudo buscou responder como é formada a estrutura do setor moveleiro no Município de Boa Vista, o perfil dos empresários, além da origem da matéria-prima e o destino da produção.

Na pesquisa de campo realizada, pode-se constatar que a origem da matéria-prima utilizada na fabricação dos móveis é oriunda de outros municípios do Estado (57%), principalmente daqueles municípios localizados na região Sul do Estado de Roraima, como é o caso do Município de Rorainópolis.

O destino da produção está voltado para o mercado interno, pois os mercados geográficos atingidos pelo setor moveleiro, local onde são comercializados os móveis produzidos, as empresas, vendem grande parte de sua produção para o mercado local, cerca de 80%. O restante da produção é destinado ao mercado estadual, ou seja, é vendido também para outros municípios do Estado de Roraima.

O perfil do empresário local mostra que 87% dos empresários são do sexo masculino e que ainda predomina na fundação dessas empresas, e apenas 13% são do sexo feminino. Essa atividade, segundo a pesquisa, é a principal fonte de renda da maioria dos empresários entrevistados, onde cerca de 93% responderam que sim. Este universo corresponde a 14 empresários e, apenas 7% ou 1 pessoa respondeu que não, que esta atividade não é a principal fonte renda, tendo como atividade secundária o ramo da construção civil.

Mesmo assim, ainda existem grandes desafios a serem superados, especialmente no tocante a fatores competitivos importantes como *design* e agregação de valor ao móvel. Os resultados deste estudo contribuem para destacar a necessidade de:

a) Maior qualificação da mão de obra;
b) Introdução de inovações tecnológicas no manejo, no corte e secagem da madeira;
c) Melhor assistência das agências financiadores dessas atividades, principalmente na difusão de informações sobre crédito para o setor moveleiro;
d) Políticas públicas voltadas para o setor moveleiro.

Haja vista o reconhecimento das empresas e às vantagens associadas à localização da região; as parcerias existentes entre os agentes e as inovações adotadas no período; além das vantagens em relação à implantação da área de livre comércio e da zona de processamento de exportação, localizadas no próprio município, são iniciativas do governo municipal que poderão desencadear o desenvolvimento regional endógeno de Boa Vista, pois os incentivos existem, necessitando apenas de sua implantação e efetivação.

Por fim, deve-se destacar que, mediante a análise dos resultados observados, constata-se que a indústria possui possibilidades de desenvolvimento. Este fato pode ser comprovado pelos diversos aspectos que foram verificados no que diz respeito às estratégias e à competitividade dessa indústria.

No entanto, foram identificadas algumas potencialidades para o crescimento desse setor, como os projetos existentes do governo estadual e municipal, como o Zoneamento Ecológico-Econômico, que visa atender o planejamento do território de forma responsável, comprometendo-se com as questões de preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável com maior efetividade dos recursos financeiros aplicados, além da construção de um condomínio industrial, onde está destinado um espaço para atender

o setor o moveleiro.

Dessa forma, sancionada em 2006, a lei de gestão de florestas públicas tem por objetivos a regulamentação da gestão das florestas em áreas públicas, bem como a criação de um fundo nacional de desenvolvimento florestal para promover o desenvolvimento tecnológico, assistência técnica e incentivos para o desenvolvimento do setor florestal nacional.

Assim, deverá ser regulamentado o uso e a gestão da Floresta Nacional (Flona) de Anauá criada em 2005, que se apresenta como uma das potencialidades de desenvolvimento do setor madeireiro e moveleiro, pois tem o objetivo de promover o uso múltiplo dos recursos florestais, a manutenção e a recuperação de áreas degradadas, bem como o apoio ao desenvolvimento de métodos de exploração sustentável dos recursos florestais.

Enfim, para que se possa afirmar que o setor terá acentuado seu desenvolvimento, contribuindo para geração de renda e emprego na região, é necessário que sejam superadas as dificuldades identificadas. Sendo assim, a contribuição maior deste trabalho foi proporcionar uma ampla visão de diversos aspectos relacionados à indústria em questão, de forma que as dificuldades possam ser superadas de maneira mais eficiente.

# REFERÊNCIAS

# REFERÊNCIAS

ABIMÓVEL – Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário. **Panorama do setor moveleiro no Brasil**. São Paulo: ABIMÓVEL, 2004.

ABIMÓVEL – Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário. **Panorama do setor moveleiro no Brasil**. São Paulo: ABIMÓVEL, 2001.

AGUIAR, G. R. **Pólo moveleiro de João Alfredo, Pernambuco: uma análise à luz do modelo de clusters** (Dissertação de Mestrado em Economia). Recife: UFPE, 2005.

ALIER, J. M. **De la economia ecologica al ecologismo popular.** Barcelona: Icaria, 1994.

AMARAL FILHO, J. A. "A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local". **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, junho, 2001.

ANDRADE M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento:** uma introdução à economia regional**.** São Paulo: Editora Atlas, 1987.

ARAÚJO, E. Q. N. **Fatores limitantes ao desenvolvimento do setor moveleiro no Estado de Roraima** (Trabalho de Conclusão de Curso em Administração). Boa Vista: Faculdades Cathedral de Ensino Superior, 2008.

BARBOSA, A *et al.* (orgs.). "Oportunidades e obstáculos para o desenvolvimento florestal de Roraima". **Anais do 3º Seminário Estadual do APL Madeira e Móveis (SEBRAE e IEL)**. Boa Vista: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2008.

BARBOSA, *et al.* "Desmatamento em Roraima: dados históricos e distribuição espaço-temporal". **Relatório Técnico**. Boa Vista: INPA-RR, 2008.

BARQUEIRO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BIEGER, B. N. **Caracterização e perspectivas do pólo moveleiro de Coronel Freitas/SC** (Tese de Doutorado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

BOUDEVILLE, J. R. **Aménagement Du Territoire et polarisation.** Paris: Génin, 1972.

BRANDÃO, V. "Moveleiros querem ser incluídos na ZPE". **Jornal Folha de Boa Vista**, 01 de outubro, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

BRASIL. **Decreto Federal n. 99.540, de 21 de Setembro de 1990**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

BRASIL. **Decreto Federal n. 4.297, de 10 de julho de 2002**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

BRASIL. **Decreto Federal s. n., de 18 de fevereiro de 2005**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

BRASIL. **Decreto Federal n. 6.288, de 06 de dezembro de 2007**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

BRASIL. **Decreto Federal n. 6.754, de 29 de janeiro de 2009**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

BRASIL. **Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

BRASIL. **Lei Federal n. 10.304, 05 de novembro de 2001**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

BRASIL. **Medida Provisória n. 2.166-65, de 28 de junho de 2001**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

BRASIL. **Medida Provisória n. 2.166-67, de 24 de agosto de 2001**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

BRASIL. **Medida Provisória n. 454, de 28 de janeiro de 2009**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

CAMPANHOLA, C. **Estudo prospectivo setorial: Madeira e Móveis**. Bento Gonçalves: MOVERGS, 2008.

CAMPOS, I. (org.). **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal**: Estudos de Aglomerações – PDSA 2005-2008. Belém: ADA, 2007.

CARVALHO, D.; SANTANA, A.; MENDES, F. "Análise de cluster da indústria de móveis de madeira do Pará". **Novos Cadernos NAEA**, vol. 9, n. 2, 2006.

CASSIOLATO, J. E.; LASTES, H. M. M. "Inovação, globalização e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico". *In*: CASSIOLATO, J. E.; LASTES, H. M. M. (orgs.).

**Globalização & inovação localizada:** experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

COSTA, F. A. "Questão agrária e macropolíticas na Amazônia: novos momentos grandes desafios". **Revista do Centro de Estudos Avançados**, n. 53, janeiro/março, 2005.

COSTA, G. "Investimentos da SUFRAMA ultrapassam R$ 13 milhões em Roraima". **Roraima em Foco**, 05 de fevereiro, 2008.

COSTA, G. "Setor moveleiro ganhará galpões do Governo no Distrito Industrial". **Roraima em Foco**, 15 de fevereiro, 2008.

COUTINHO, L. G. *et al*. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio.** Campinas: UNICAMP-IE-NEIT, 2002.

CROOCO, M.; HORÁCIO, F. **Industrialização Descentralizada: Sistemas Industriais Locais O Arranjo Produtivo Moveleiro de Ubá.** Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2001.

CRUZ, P. **Um novo rumo para a economia de Roraima:** ALC & ZPE de Boa Vista. Boa Vista: Ed. Boa Vista, 2009.

DINIZ, C. C. *et al.* "Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional/local". **Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro.** Belo Horizonte: DEDEPLAR, 2004.

EBNER, A. "Schumpeterian Theory and the sources of economic development: endogenous, evolutionary or entrepreneurial?" *In*: **International Schumpeter Society Conference on "Change**

**development an transformation**. Manchester: ISSC, 2000.

FOLHA BV. "Moveleiros inauguram câmara de madeira e móveis". **Jornal Folha de Boa Vista**, 21 de junho, 2008.

GIL, A. C. **Métodos de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias.** São Paulo: Editora Atlas, 2000.

GORINI, A. P. F. "Panorama do setor moveleiro no Brasil com ênfase na competitividade externa a partir do desenvolvimento da cadeia externa de produtos sólidos de madeira". **BNDES Setorial**, n. 8, setembro, 1998.

GORINI, A. P. F. **Indústria de móveis no Brasil.** São Paulo: Editora Alternativa, 2000.

HADDAD, P. R. (org.) **Economia Regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.

HADDAD, P. R. "A organização dos sistemas produtivos locais como prática de desenvolvimento endógeno". **Anais do Seminário de Microfinanças**.. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2003.

HOOVER JR., E. M. "The partial equilibrium approach". *In*: REAN, R. D., *et alii* (eds.). **Spatial economic theory**. New York: The Free Press,1970.

HOWELLS, J. "Knowledge, innovation and location". *In*: BRYSON, J. R.; DANIELS, P. W.; HENRY, N.; POLLARD (eds.). **Knowledge, Space, Economy**. London: Routledge, 2000.

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais. **Instrução Normativa n. 04 de 04 de Março de 2002**. Disponível em: <www.ibama.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados dos municípios de Roraima**. Rio de Janeiro: IBGE, s.d. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. "Novas políticas na área do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais". **Revista Parcerias Estratégicas**, n. 17, setembro, 2003.

LENTINI, M. *et al*. **O Estado da Amazônia**. Belém: Imazon, . 2005.

LENTINI, M. *et al*. **Fatos Florestais da Amazônia 2005**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2005.

MARTIN, R.; SUNLEY, P. "Paul Krugman's Geographical Economics and Its Implications for Regional Development Theory: A Critical Assessment". **Economic Geography**, vol. 72, n. 3, 1996.

MARION FILHO, P. J. **A evolução e a organização recente da indústria de móveis nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul** (Tese de Doutorado em Economia Aplicada). Piracicaba: ESALQ/USP, 1997.

MASKELL, P.; MALMBERG, A. "Localized learning and industrial competitiveness". **Cambridge Journal of Economics**, n. 23, 1999.

MATTOS, J. F.; BELTRAND, M. V.; BERTÉ, R. S. (orgs.). **Cooperar para competir – O novo desafio da competitividade**. Porto Alegre: MBC/SEBRAE, 2002.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

NASCIMENTO, J. M.; LIMA, N. R. **APL móveis de Paragominas – Pará.** (Trabalho de Conclusão de Curso em Economia Agrobio-Industrial). Belém: UFPA, 2005.

NASSER, B. "Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento". **Revista do BNDES**, vol. 7, n. 14, dezembro, 2000.

NORTH, D. "Teoria da localização e crescimento econômico regional". *In*: SCHWARTZMAN, J. **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. "The Knowledge based economy: a set of facts and diagrams". **Presentation on the 1999 Ministerial meeting on science and technology policy**. Paris: OECD, 1999.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. "Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável". **Faculdade Católica de Administração e Economia**, vol. 6, n. 2, maio/dezembro, 2003.

RANGEL, R.; MANOLESCU, F. "Arranjo produtivo local como estratégia de desenvolvimento Regional endógeno". **Anais do XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica**. Paraíba: Universidade do Vale do Paraíba, 2008.

ROESE, M. **Problemas locais, respostas globais: a indústria de móveis de madeira à luz dos enfoques de cadeias produtivas e sistemas regionais de inovação** (Tese de Doutorado em Política Científica e Tecnológica). Campinas: UNICAMP, 2003.

RORAIMA. **Lei Estadual n. 23, de 21 de dezembro de 1992**. Disponível em: <www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

RORAIMA. **Lei Estadual n. 25, de 21 de dezembro de 1992**. Disponível em: <www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

RORAIMA. **Lei Estadual n. 124, de 26 de março de 1996**. Disponível em: <www.imprensaoficial.rr.gov.br>. Acessado em 09/03/2018.

RUIZ, R. M. "Políticas regionais na nova geografia econômica". **Projeto Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004.

SACHS, I. **Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil**. Brasília: SEBRAE. 200p. 2002.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o Século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SALES-CAMPOS, C.; ABREU R. L. S.; IANEZ, B. F. "Condições de uso e processamento de madeira nas indústrias madeireiras de Manaus, Amazonas, Brasil". **Revista Acta Amazônica**, vol. 30, n. 2, 2000.

SANTANA, A., C. **Arranjos produtivos locais na Amazônia: metodologia para identificação e mapeamento.** Belém: ADA, 2004.

SANTOS, A. M. M; GUARNIERI, L. "Características gerais de apoio a arranjos produtivos locais". **BNDES Setorial**, n. 12, 2000.

SANTOS, G. A.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. "Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais". **Revista do BNDES**, vol. 11, n. 22, dezembro, 2004.

SANTOS, H. E. A. **Fatores de Crescimento de Roraima** (Dissertação de Mestrado em Economia). Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SANTOS, H. E. A *et al. "*Roraima e os desafios do desenvolvimento sustentável". **T&C Amazônia**, ano VI, n. 14, junho, 2008.

SANTOS, R. M. **Indústria brasileira de móveis.** Design como fator de competitividade na indústria moveleira. Campinas: UNICAMP, 1998.

SCHEFFER, J. R.; SCHENINI, P. C. "Processos de aprendizagem e regime tecnológico na indústria de móveis do arranjo produtivo moveleiro da região de São Bento do Sul (SC): um estudo de caso em empresas selecionadas". **Anais do Encontro da ENANPAD**. Porto Alegre: ANPAD, 2003.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCT/RS - Secretaria da Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul. **Tecnologia e Competitividade*:* análise e perspectivas da indústria moveleira do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: SCT/RS, IDERGS, BADESUL, 1991.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **A Mobilização para o desenvolvimento de territórios produtivos:** o caso de Alagoas. Maceió: SEBRAE, 2003a.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Diagnóstico do arranjo produtivo do setor moveleiro em Boa Vista/RR**. Boa Vista: SEBRAE, 2003b.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Setor Moveleiro em Boa Vista – RR.** Estudo de Mercado. Boa Vista: SEBRAE, 2003c.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais**. Projeto Promos – SEBRAE – BIB: versão 2.0. Brasília: SEBRAE, 2004.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Projeto APL – Madeira e Móveis.** Relatório de Pesquisa (Pesquisa $T_0$). Boa Vista: SEBRAE, 2006.

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. **Balança Comercial Brasileira por Estados da Federação: Roraima**. Brasília: MDIC, 2009.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia da Letras, 2000.

SEPLAN-PR – Secretaria de Planejamento do Paraná.

**Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná.** Etapa 3 - Caracterização estrutural preliminar dos APLs pré-selecionados e notas metodológicas para os estudos de caso. Curitiba: IPARDES, 2005.

SEPLAN-RR - – Secretaria de Planejamento de Roraima. **Pólo Moveleiro, Políticas e Diretrizes Governamentais, volume I**. Boa Vista: SEPLAN-RR,.1996.

SONAGLIO, C. M. **A inovação tecnológica em arranjos produtivos locais: a indústria de móveis retilíneos residenciais de Bento Gonçalves (RS)** (Dissertação de Mestrado em Administração). Santa Maria UFSM, 2006.

SOUZA, L.S. **Arquivo de pesquisa de campo** (CD-ROM). Boa Vista; UFRR/NECAR-RR, 2009.

SOUZA, N. J. "Conceito e Aplicação da Teoria da Base Econômica". **Perspectiva Econômica**, vol. 10, n. 25, 1980.

SOUZA, N. J. "Economia Regional: conceito e fundamentos teóricos". **Perspectiva Econômica**, vol. XVI, n. 32, 1981.

SOUZA, N. J. **A teoria da base econômica regional:** uma verificação empírica (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1982.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento regional**. Porto Alegre: PPGE/UFRGS, 1997.

SOUZA, N. J. (org.). **Evolução econômica e social da região do Vale do Rio Pardo**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

STORPER, M. "La géographie des conventions: proximité territoriale, interdépendences non marchants et development économique". *In*: RALLET, A.; TORRE, A. **Économie industrielle et économie spatiale**. Paris: Economica, 1995.

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Convênio n. 040/2007**. Manaus: SUFRAMA, 2007. Disponível em: <www.site.suframa.gov.br/acesso-a-informacao/convênios>. Acessado em 09/03/2018.

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus.. **Potencialidades regionais Estado de Roraima.** Boa Vista: SUFRAMA, 2000.

TONINI, H.; ANTÔNIO, L. M. F. "Rendimento em madeira serrada de cupiuba (Goupia glabra), caferana (Erisma uncinatum) e angelim-pedra (Dinizia excelsa)". **Embrapa Roraima - Comunicado Técnico**, n. 07, novembro, 2004.

TONINI, H.; LOPES, C. E. V. **Características do setor madeireiro do Estado de Roraima.** Boa Vista: Embrapa Roraima, 2006.

VEIGA, R. H. "Ecologia Ambiental e Ecologia Humana". **Anais do XII Encontro Nacional da ABRAPSO**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2003.

VERÍSSIMO A.; LIMA, E. LENTINI, M. **Pólos Madeireiros do Estado do Pará**. Belém: Imazon 2002.

# SOBRE A AUTORA

# SOBRE A AUTORA



**Luciana Silva de Souza** é bacharel em Ciências Econômicas, especialista em Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas e mestre em Economia. Conselheira no Conselho Regional de Economia de Roraima. Premiada em 3º lugar no XVI Prêmio Brasil de Economia promovido pelo Conselho Federal de Economia (COFECON) no ano de 2010. É servidora pública da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FEMARH-RR). Email para contato: luabela11@gmail.com.

# COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção "Comunicação & Políticas Públicas" e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 100 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

# ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

**Coleção "Comunicação & Políticas Públicas"**

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.

 + 55 (95) 981235533 /  nupsbooks@gmail.com

 www.livroeletronico.net